DESPORTO | O ANTES E O DEPOIS DA DEMOCRACIA

# O REFERENCIAL

## ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

## 40 ANOS PELA LIBERDADE

## REVOLUÇÃO SOB O OLHAR DE FUTUROS JORNALISTAS

Alfredo Cunha

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 146 | JULHO – SETEMBRO 2022

aqua nova

EPAL
Grupo Águas de Portugal

COSTA NOVA
PORTUGAL

Para o ritual mais reconfortante do seu dia

EPAL lança o Bule AQUA NOVA, uma peça pioneira em grés reciclado. O novo bule recebe o medalhão icónico ilustrativo do Aqueduto das Águas Livres e irá dar à sua mesa uma nova inspiração, refletindo a sustentabilidade ambiental para um futuro mais promissor.

O BULE AQUA NOVA PODE SER ADQUIRIDO:
Lojas EPAL | Estação Elevatória a Vapor dos Barbadinhos
Reservatório Mãe d'Água das Amoreiras | Aqueduto das Águas Livres

Direitos reservados

**4 EDITORIAL**
*A25A, um desafio contínuo*, Aniceto Afonso | **4**

**10 ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL – 40 ANOS**
*Quatro décadas a defender Abril*, Vasco Lourenço | **12**

**24 ABRIL E OS JOVENS**
*A Revolução revelada*, Maria Inácia Rezola | **24**
*Encontros com a memória*, Fátima Lopes Cardoso | **26**
*Repórteres de Abril*, Carolina Rodrigues e Daniela Matias | **30**
*Presos de espírito livre*, Helena Couto e Mariana Louro | **39**

**46 ABRIL – DESPORTO EM LIBERDADE**
*A prática que se democratizou*, José Armando Martins Lopes | **46**
*Quase meio século depois*, José Manuel Constantino | 48
*A porta que Abril abriu*, Jorge Olímpio Bento | **56**
*Dos privilégios aos direitos*, João Oliveira | **60**

**64 ABRIL – CULTURA E LIBERDADE**
*"As desigualdades constituem um dos riscos da liberdade"*, entrevista com a jornalista Joana Gorjão Henriques, Alexandre Manuel e Carlos de Matos Gomes | **64**

**70 ABRIL – JANELAS SOBRE O MUNDO**
*União Europeia numa encruzilhada*, Carlos Branco | **70**
*Paraísos Fiscais*, Armando J. Garcia Pires I **76**

**82 ABRIL – CAMINHOS PARA O FUTURO**
*O futuro da ciência*, Ana Amoroso das Neves | **82**
*Prioridade aos seres vivos*, Luís Todo Bom | 90
*Estranho Verão*, João Ferreira do Amaral | 92
*A ameaça da ultradireita*, João Vasconcelos Costa | 95

**98 ABRIL – ARTE E POESIA**
*Memória e as memórias*, José Fanha | **98**
*Histórias do tempo da outra senhora* | **100**
*25 de Abril (apresentação das serigrafias)*, João Nasi Pereira | **102**

**106 ABRIL – HISTÓRIAS E MEMÓRIAS**
*Olhares diplomáticos sobre a Revolução em Portugal*, Reto Monico | **106**

**116 HOMENAGENS**
*João de Almeida Bruno (1935-2022)*, Carlos de Matos Gomes | **116**
*Fernando Celso Cardoso do Amaral (1935-2022)*, Aniceto Afonso | **120**

**122 BOLETIM**
*Da casa da democracia à casa da liberdade* | **122**
*O capitão de Abril e a psicóloga* | **125**

ANICETO AFONSO

# A25A
# UM DESAFIO CONTÍNUO

Em outubro deste ano, a Associação 25 de Abril faz 40 anos. Fundada em 1982 por vontade da grande maioria dos militares de Abril, a sua constituição foi precedida por múltiplas reuniões e objeto de saudáveis discussões, mas a sua necessidade nunca foi contestada. Os capitães de Abril, em especial os que constituíam o Conselho da Revolução, extinto em 30 de setembro do mesmo ano, acompanhados por muitos dos que se tinham envolvido no processo revolucionário e apoiado e participado na democratização do novo regime, sentiam que se tornava necessário constituir uma associação a partir da qual pudessem dar visibilidade e consistência aos valores de Abril.

Foi assim que um grupo de 27 capitães de Abril assinou a documentação necessária para a institucionalização da sua associação, a que deram o nome de Associação 25 de Abril, e muitos outros logo aderiram, sendo por isso considerados como sócios fundadores. Ao longo destes 40 anos, outros cidadãos comprometidos com os valores de Abril tornaram-se sócios ou apoiantes e, em conjunto, todos têm contribuído para as iniciativas e a intervenção cívica e cultural da A25A na vida democrática portuguesa.

Cabe por isso relembrar quais são os fins estatutários da A25A, que ficam aqui expressos:

a) A consagração e divulgação, no domínio cultural, do espírito do movimento libertador de 25 de Abril de 1974;
b) A recolha, conservação e tratamento de material informativo e documental para a história do 25 de Abril e do processo histórico que o precedeu e se lhe seguiu;
c) A organização de cerimónias e outros atos evocativos e comemorativos do 25 de Abril;
d) A divulgação, pedagogia e defesa dos valores e espírito democráticos;
e) A preparação e desenvolvimento de seminários, colóquios, exposições, visitas e outras iniciativas da mesma índole sobre assuntos de carácter técnico-científico e técnico-profissional relacionados com o campo da Defesa e das Forças Armadas, visando contribuir para o estudo de questões de interesse atual e para a caracterização do papel do militar e das Forças Armadas numa sociedade democrática;
f) Os que a Assembleia Geral aprovar, e que não contrariem a natureza da Associação.

Passados 40 anos, é tempo de retomar um debate que tem sido objeto de muitas preocupações dos membros mais velhos da Associação e que tem a ver com a sua renovação e a passagem de testemunho para gerações mais novas. Queremos refletir sobre o papel da Associação 25 de Abril na sociedade portuguesa quando o inexorável "relógio biológico" levar consigo a legitimidade histórica dos seus fundadores. Como desde há bastante tempo muitos vêm alertando, a A25A ficará numa situação de grande vulnerabilidade, e uma conjuntura política desfavorável poderá levar ao seu desaparecimento. Mas a democracia e a liberdade, valores essenciais de Abril, ganham-se e perdem-se todos os dias, e por isso estamos convictos de que a intervenção da A25A continua a fazer falta. E, para que a continuidade da nossa ação seja assegurada, torna-se necessário sensibilizar os mais jovens, como naturais herdeiros e guardiões dos valores ligados ao 25 de Abril – a liberdade, a democracia, a justiça e a paz. É tempo de chamar pessoas mais jovens, que pelo seu pensamento e ação, queiram assumir a continuidade da A25A.

Esta reflexão deve começar de imediato no sentido de:

1. Debater novas condições necessárias para a continuação da A25A;
2. Apontar caminhos para a sua reformulação;
3. Referenciar eventuais novos fins estatutários e associativos;
4. Elencar formas de sustentação das suas atividades.

Na nossa perspetiva, a A25A tem um lugar próprio na sociedade portuguesa, como agente de intervenção nos domínios culturais e cívicos, atenta àqueles que continuam a não ter voz e que vão ficando para trás e como depositária dos valores humanistas essencialmente definidos nos três "D's" do seu programa: democratização, descolonização e desenvolvimento. A nossa presença, assegurada por aqueles que vierem a assumir-se como nossos continuadores na compreensão da essência do 25 de Abril, será sempre um alerta firme às consciências de todos os responsáveis e uma garantia de exigência e de afirmação. É esse o desafio que temos pela frente.

E Vasco Lourenço reforça essa convicção na sua memória sobre a A25A: "Confio que, em conjunto, consigamos encontrar soluções para

projetar a nossa Associação 25 de Abril, a Casa da Liberdade, para o futuro, mantendo-a como peça fundamental na defesa e preservação dos valores de Abril".

Neste número de *O Referencial* quero destacar a participação de novos colaboradores, alguns dos quais muito jovens, todos com capacidade de assumir um papel que precisamos de transmitir. É por isso que dou as boas-vindas, em primeiro lugar, às nossas colaboradoras Maria Inácia Rezola, membro do conselho editorial, e Fátima Lopes Cardoso, ambas professoras da Escola Superior de Comunicação Social, que trazem consigo as suas alunas Carolina Rodrigues, Daniela Matias, Helena Couto e Mariana Louro, com trabalhos de investigação especiais para *O Referencial*, um sobre os fotógrafos de Abril, com destaque para o grande mestre da fotografia e nosso sócio Eduardo Gageiro e outro sobre figuras da resistência, que foram presas e que contam as suas histórias, Álvaro Ribeiro Monteiro, Diana Andringa e Manuel Candeias. Sejam todos bem-vindos ao nosso convívio.

Continuando a referir as novidades, saúdo a entrada de José Fanha, figura cimeira da nossa poesia, professor e divulgador dos valores de Abril, sócio da A25A. Abre a rubrica *Abril: Arte e Poesia*, trazendo memórias do "tempo da outra senhora" e algumas obras de referência na poesia e na arte alusivas à resistência e ao 25 de Abril. Estamos muito gratos, tanto ao novo coordenador como aos autores das obras, herdeiros de Sophia de Mello Breyner Andresen e João Nasi Pereira.

**A DEMOCRACIA E A LIBERDADE GANHAM-SE E PERDEM-SE TODOS OS DIAS**

Ainda como tema novo, realço o dossiê sobre *Desporto em Liberdade*, que o nosso colaborador José Armando Martins Morim Lopes coordenou, trazendo para as páginas de *O Referencial* algumas figuras cimeiras da mudança do desporto em Portugal depois do 25 de Abril, como Jorge Olímpio Bento, que nos traz a evocação do Decreto-Lei 675/75, publicado pelo então ministro da Educação, o nosso saudoso capitão de Abril Vítor Alves, que "cria os Institutos Superiores de Educação Física e integra-os na Universidade Técnica de Lisboa e na Universidade do Porto", instituindo assim "uma fronteira entre o passado e o futuro". Temos também José Manuel Constantino, atual presidente do Comité Olímpico de Portugal, que nos traça um panorama da evolução do desporto desde Abril até "quase meio século depois", para além de nos alertar para muitas das fragilidades das sociedades democráticas atuais. Destaco também o nosso colaborador João Oliveira, médico e praticante desportivo, que, contando um pouco do seu percurso pessoal, nos traz a memória da passagem dos privilégios para alguns aos direitos da prática desportiva trazidos pelo 25 de Abril. A todos um bem hajam muito grato.

De entre as rubricas de continuidade, contamos com a coordenação da secção sobre *Os caminhos para o futuro* do nosso sócio Luís Sequeira, que nos traz novamente João Ferreira do Amaral, no texto de análise deste "estranho verão, que agora acaba", alertando-nos para que a situação atual pode gerar "o caldo de cultura ideal para o crescimento de movimentos de extrema-direita". Contamos também com uma interessante abordagem de Luís Todo Bom sobre "Os grandes desafios científicos e tecnológicos do futuro", reflexão oportuna e urgente, especificamente porque "os grandes desafios científicos e tecnológicos do futuro próximo vão situar-se nas áreas da saúde e do ambiente, ou seja, na saúde dos seres vivos e do planeta". Também a nossa nova colaboradora Ana Amoroso das Neves vem refletir sobre "o futuro da ciência" fazendo, entre muitas outras considerações e perguntas, aquela que parece decisiva: "como irá a crise ucraniana afetar a agenda de capacitação da UE para a Europa Central e de Leste, e como irá gerir o seu objetivo de preencher a lacuna histórica de inovação entre o Leste e o Ocidente?". Parecem difíceis os caminhos para o futuro! A nossa gratidão a todos os que procuram orientar-nos nos labirintos deste tempo.

Na continuação das entrevistas de figuras da cultura portuguesa que têm preenchido a rubrica *Abril: Cultura e Liberdade*, temos conosco, trazida por Alexandre Manuel e Carlos de Matos Gomes, a muito premiada jornalista Joana Gorjão Henriques. As suas respostas demonstram uma grande sensibilidade e uma forte intervenção nos problemas atuais da sociedade, bem patentes nos destaques que aqui é possível fazer: "As desigualdades constituem um dos grandes riscos da liberdade"; "Esta luta pela igualdade é, tem de ser, de toda a sociedade portuguesa, mas aqueles que estão em vantagem há séculos têm uma dupla responsabilidade"; "Não consigo imaginar um Estado a funcionar sem uma proximidade com os cidadãos"; "Nenhuma mudança se fará sem os cidadãos, e em particular sem os cidadãos que são alvo de discriminações". Seja por isso bem-vinda ao nosso convívio.

**É TEMPO DE CHAMAR PESSOAS MAIS JOVENS QUE, PELO SEU PENSAMENTO E AÇÃO, QUEIRAM ASSUMIR A CONTINUIDADE DA A25A**

Por sua vez, Armando J. Garcia Pires dá continuidade à sua colaboração, procurando caracterizar o *Mundo novo*, com um elucidativo texto sobre os paraísos fiscais, que nos alerta de forma certeira: "Revela-se indispensável procurar minimizar o impacto dos paraísos fiscais,

porque estes não só esvaziam os cofres dos estados (e como tal dos sistemas sociais de saúde e educação), mas também financiam as actividades de criminosos, de terroristas, a guerra, e suportam regimes não democráticos em todo o mundo". Mais uma vez o nosso obrigado.

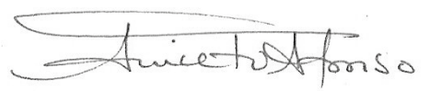
Carlos Branco volta ao tema que preocupa todo o mundo, e em especial, a Europa, com uma reflexão sobre "A União Europeia (UE) numa encruzilhada". É um alerta sobre o nosso futuro, sobre as opções geoestratégicas difíceis da Europa, e sobre as indústrias, as matérias-primas e a energia, no contexto atual. Um dos seus pontos fundamentais é mais um alerta: "O caminho da transição energética e tecnológica que a UE pretende trilhar não só não vai diminuir as suas dependências como também vai agravá-las, uma vez que ficará mais dependente, mas agora da China, em vez da Rússia". É uma janela para vermos o mundo mais além.

Desejo ainda saudar o nosso sócio João Vasconcelos Costa, que por sua iniciativa, nos contempla com uma esclarecida opinião sobre a situação europeia e a ameaça da ultradireita, obrigando a uma urgente reflexão sobre o que se passa no nosso continente.

É a vez de uma palavra sobre a continuação dos olhares diplomáticos sobre a revolução portuguesa, vista pelos olhos do então embaixador da Suíça em Portugal, na rubrica *História e Memórias*, trazida às nossas páginas pelo nosso sócio e historiador Reto Monico. Esta continuação abrange dois períodos distintos, julho-outubro de 1974 e janeiro-fevereiro de 1975. Os relatórios são documentos notáveis e muito elucidativos sobre as questões de cada um destes períodos. Num relatório de julho de 1974, referindo-se a Costa Gomes, o embaixador suíço antecipa aquilo que depois todos nós vivemos a constatar: "Alguns observadores têm a tendência de ver nele o árbitro da evolução política do país. Na minha opinião, Costa Gomes será provavelmente um fator determinante dos próximos desenvolvimentos políticos em Portugal". Já num novo relatório, um outro diplomata suíço, interpretando a situação em 7 de fevereiro de 1975, afirma: "Os aspetos positivos são: *a tomada de consciência* política do povo; este é orgulhoso das suas liberdades, o que exclui o regresso 'ao fascismo'". Memórias que nos ajudam a refletir sobre esse inolvidável período da História de Portugal.

Falta uma referência às homenagens que prestamos a dois militares de Abril que nos deixaram: João de Almeida Bruno e Fernando Celso Cardoso do Amaral - dois saudosos capitães de Abril. Curvamo-nos perante a sua memória.

Termino com o apelo que repito sempre: as páginas de *O Referencial* estão disponíveis para acolher as colaborações de todos, concretizando os debates que são necessários no mundo e na sociedade em que vivemos.



1982-2022

# ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL

# 40 anos

Fernando Baião

# QUATRO DÉCADAS A DEFENDER ABRIL

**Estando vedada aos militares no activo a participação em iniciativas políticas, partidárias ou não, a associação a criar teria de ter uma natureza cultural e cívica, para promover a interligação e o convívio entre militares e civis, o que obrigava a que tivesse como associados todos cidadãos**

VASCO LOURENÇO*

Guilherme Venâncio, Lusa

"Confio que, em conjunto, consigamos encontrar soluções para projectar a nossa Associação 25 de Abril, a Casa da Liberdade, para o futuro, mantendo-a fundamental na defesa e preservação dos valores de Abril". Na foto, Vasco Lourenço a discursar na apresentação da A25A

QUANDO, EM MEADOS DE 1982, estava prestes a terminar o Período de Transição, e com isso a intervenção directa dos militares de Abril na política portuguesa, uma questão se levantou ao núcleo de dirigentes do MFA (ou seja, à sua Comissão Coordenadora integrada no Conselho da Revolução, assumindo, sem quaisquer dúvidas ou hesitações, a total legitimidade revolucionária dos actores principais do 25 de Abril) – **deviam ou não os militares de Abril remeterem-se à sua condição específica de militares, tão querida aos "puristas especialistas de todas as matérias" ou, pelo contrário, deviam assumir-se como cidadãos de corpo inteiro, para quem, à função específica de militar se deve juntar a acção cívica, direito mas acima de tudo dever, de todo o cidadão que se preza?**

Cumpridas todas as promessas feitas em 25 de Abril de 1974, atingidos todos os objectivos

Direitos reservados

O desfile na Avenida da Liberdade no dia 25 de Abril, data comemorativa da Revolução, é o ponto alto dos festejos que a A25A organiza desde que foi fundada, em parceria com outras entidades

definidos de construção da paz e aprovação de uma nova Constituição da República, cumprido o compromisso da consolidação da democracia, efectuada a revisão da Constituição (mal grado todas as suas imperfeições), abriu-se a porta ao anunciado e voluntário regresso dos militares a quartéis. Estava, pois, na altura de reflectir sobre o futuro.

Não foi fácil a discussão, não foi fácil a decisão sobre os caminhos a seguir.

Como acontecera no período da conspiração e no processo de consolidação democrática que se seguiu à libertação, os puristas defenderam posições "corporativas", concluindo que a solução passava por avançar para a criação de um clube de oficiais.

Lembro-me bem da discussão com alguns deles, durante a qual sobressaiu o Hugo dos San-

1984

1985

1986

1987

1988

1989

1990

1991

Discurso do presidente da A25A, Vasco Lourenço, no acto de inauguração da actual sede da instituição, na presença das três principais figuras do Estado, à época: Presidente da República, Jorge Sampaio; presidente da Assembleia da República, Almeida Santos; primeiro-ministro, António Guterres

**COMO ERA ESSENCIAL QUE A GRANDE MAIORIA DOS MILITARES DE ABRIL ADERISSE À ASSOCIAÇÃO, O NOME DE ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL FOI FACILMENTE CONSENSUALIZADO**

tos, a quem então afirmei: "Se assim pensas, cria um clube de oficiais. No entanto, informo-te que serei seu associado, mas não gastarei um minuto que seja com a sua formação".

Defendi então que, embora tivéssemos cumprido todas as promessas, olhando para o Portugal livre e democrático como filho do 25 de Abril, não o podíamos abandonar à sua sorte, antes tínhamos o dever de o acarinhar, lutando para que não o destruíssem e o desviassem do seu normal caminho.

Vencida essa primeira batalha, colocou-se então uma primeira e essencial condição: **Estando vedada aos militares no activo a participação em actividades políticas, partidárias ou não, a associação a criar teria de ter uma natureza cultural e cívica, onde os militares poderiam defender os valores que enformaram o MFA e estavam plasmados na Constituição da República.**

Esta opção levou alguns dos militares de Abril a afastarem-se, em especial a maioria do núcleo da Escola Prática de Infantaria (EPI), forte-

1992

1993

1994

1995

1996

1997

1998

1999

mente influenciados pelo Hugo dos Santos, o que me provocou enorme desgosto (a ausência da quase totalidade dos spinolistas encarei-a como natural e sem grandes preocupações).
Assumindo, como sempre assumimos, um estatuto de cidadão de corpo inteiro e não de cidadão de segunda, como alguns teimavam em impor aos militares no activo, avançámos, efectivamente, para a fundação de uma associação inédita entre os militares. Esta afronta aos militares através de um estatuto que só impõe deveres e esquece direitos vem de muito longe, e nós fomos grandes vítimas dessa concepção, ainda presente em muitos dos responsáveis políticos actuais.
Mas havia uma outra questão primordial: **um dos principais objectivos da associação que se pretendia criar, deveria contribuir para evitar que os militares, as Forças Armadas, voltassem a ser o suporte de um qualquer regime não democrático, de uma qualquer ditadura, como acontecera entre 1926 e 1974**.

## ABERTURA À CIDADANIA

Ora, como isto é muito mais fácil de fazer, direi mesmo só é possível acontecer, se os militares forem separados dos civis, havia que contribuir para promover a interligação e o convívio entre militares e civis. O que obrigava a que a **associação a criar não tivesse como associados apenas os militares, mas fosse aberta também aos outros cidadãos**.
E como conheço razoavelmente a psicologia dos militares, em especial a psicologia dos oficiais, lembrei-me da estratégia que ajudei a definir para a conspiração, onde se começou por não defender abertamente o derrube da ditadura e a resolução política da guerra, assumindo-se, como primeiro degrau, a necessidade de recuperar o prestígio das Forças Armadas perante a nação portuguesa, desfraldando assim a bandeira que nos permitiria chegar à hora H.
Não tinha sido fácil abrir os olhos à generalidade dos conspiradores e fazer-lhes perceber que esse prestígio só seria recuperado e esse objectivo alcançado, se e quando as Forças Armadas deixassem de ser o suporte de um regime opressor, de uma ditadura que, além da supressão das liberdades, nos impunha uma guerra sem sentido ou justificação.
Pois bem, como era essencial que a grande maioria dos militares de Abril aderisse à associação – o nome de Associação 25 de Abril foi facilmente consensualizado – começámos por decidir que só os oficiais dos quadros permanentes poderiam ser sócios fundadores. Mas considerando de imediato que os restantes militares poderiam, passados cerca de seis meses, fazerem-se sócios efectivos.

**CONTINUAMOS RADICALMENTE AUTÓNOMOS E INDEPENDENTES EM RELAÇÃO AOS PARTIDOS POLÍTICOS, MAS NÃO NEUTROS EM TERMOS POLÍTICOS, IDEOLÓGICOS E SOCIAIS**

Faltava, contudo, resolver a possibilidade de abrir aos cidadãos não militares as portas da A25A. Foi aí que tive a sorte de contar com a capacidade criadora do António de Almeida Santos, que já me ajudava na elaboração dos estatutos.
Com a sua competência bem conhecida, sugeriu-me: "e se criássemos uma qualidade de associado, a quem não déssemos todos os direitos dos sócios, nomeadamente a capacidade eleitoral activa e passiva (não poderá eleger nem ser eleito) mas a quem se não exigissem todos os deveres, nomeadamente o pagamento de quotas?". Acrescentando: "seria um associado, não sócio efectivo, a que poderíamos chamar de Apoiante".
E foi assim que se criou a Associação 25 de Abril, onde os primeiros 1 500 números ficaram destinados aos sócios fundadores (que não têm quaisquer privilégios, sobre os demais só-

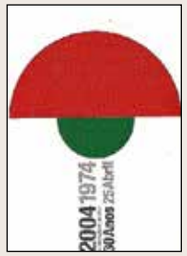
**COMO RESULTADO DA NOSSA ACÇÃO, CONSIDERO QUE ESTAMOS PRESTIGIADOS NO SEIO DA SOCIEDADE, JUNTO DOS DIVERSOS DIRIGENTES POLÍTICOS E OUTROS RESPONSÁVEIS**

2000

2001

2002

2003



2004

2005

2006

2007

cios efectivos), ficando os seguintes números para os sócios efectivos, mas não fundadores, e se criou uma qualidade de associado, o apoiante, a quem não era exigido o pagamento de quota, devendo declarar, na sua proposta, se desejava pagar quota e qual o seu valor (a enorme maioria optou por pagar uma quota igual à do sócio efectivo).

Passados cerca de oito anos (Março de 1990), quando aprovámos a revisão dos estatutos, apresentei uma proposta no sentido de que todo o cidadão português que se manifestasse defensor dos valores de Abril pudesse adquirir a qualidade de sócio efectivo, sendo que os apoiantes existentes tinham a possibilidade de optar pela passagem automática a sócio efectivo, bastando que manifestassem esse desejo.

A grande maioria optou por essa alteração, mas houve alguns que, por diversos motivos, se mantiveram apoiantes: desde o n.º 1, que não quis perder esse atributo, até a um grande amigo pessoal, que me afirmou "eu tenho muito gosto em apoiar, mas não me considero merecedor de ter o mesmo estatuto dos Capitães de Abril!".

Mais tarde, numa segunda revisão dos estatutos (Março de 2008), abrir-se-ia a possibilidade a todos os cidadãos, portugueses ou não, se fazerem sócios efectivos.

Ultrapassávamos assim a necessidade que tivéramos de criar a qualidade de convidado permanente, para os estrangeiros que se quiseram fazer sócios e não o puderam fazer. Recorde-se nomeadamente Jorge Amado e a sua mulher Zélia Gattai, bem como Gabriel Garcia Márquez.

**DECIDI QUE, SE TIVER FORÇAS E CAPACIDADE PARA ISSO, ESTAREI NESTAS FUNÇÕES ATÉ SE REALIZAREM AS COMEMORAÇÕES DOS 50 ANOS DO 25 DE ABRIL**

Na passagem dos 40 anos de vida da Associação 25 de Abril, de que sou o sócio n.º 1 e presidente da sua direcção desde o início, impõem-se-me algumas reflexões.

## PASSADO: MISSÃO CUMPRIDA

No presente, continuamos radicalmente autónomos e independentes em relação aos partidos políticos, mas não neutros em termos políticos, ideológicos e sociais. Mantemos relações com todas as forças políticas que se reclamam dos valores de Abril, os valores da liberdade, da paz, da democracia e da justiça social. Embora com dificuldades, prosseguimos fiéis aos nossos valores, os quais levaram os Capitães de Abril a avançar para o que viria a transformar-se numa das mais belas epopeias da História de Portugal, e que estiveram na base da criação da Associação 25 de Abril, faz agora 40 anos.

Como resultado da nossa acção, considero que estamos prestigiados no seio da sociedade, junto dos diversos dirigentes políticos e outros responsáveis, e também, para nós fundamental, junto da generalidade dos cidadãos portugueses. Posso ainda afirmar que, no estrangeiro, junto das diversas comunidades portuguesas e muitas outras instituições de diversa natureza, a Associação 25 de Abril é igualmente prestigiada e reconhecida como meritória.

**DESDE O INÍCIO QUE ASSUMIMOS MANTER OS NÚMEROS DOS SÓCIOS FALECIDOS, NÃO OS ATRIBUINDO A QUALQUER NOVO ASSOCIADO**

Quanto aos associados, tendo congregado cerca de 95% dos militares de Abril, abrigando muitos civis de Abril – em Portugal, onde o associativismo cultural e cívico é muito pouco praticado – temos o orgulho em afirmar que na **A25A só estão os que cá querem estar, estando cá todos os que cá querem estar.**

Por isso, sempre encarámos como natural a decisão de alguns se afastarem voluntariamente, através do pedido de exoneração. Há sempre quem se engane e decida retomar novos caminhos. O que, há que reconhecê-lo, é preferível aos que não assumem e "preferem" ser suspensos de direitos.

Desde o início que assumimos manter os números dos sócios falecidos, não os atribuin-

2008

2009

2010

2011

2012

2013

2014

2015

Direitos reservados

Ao longo de 40 anos, a A25A tem desenvolvido inúmeras actividades para o aprofundamento da democracia. Na foto, Mário Soares, Joana Amaral Dias e Freitas do Amaral participam no debate sobre a guerra no Iraque e a situação do Irão realizado na Associação 25 de Abril a 20 de Março de 2007

do a qualquer novo associado. Por essa razão nunca procedemos à actualização da numeração dos sócios, sendo que o número mais elevado (4428) ultrapassa bastante o número de sócios activos (1508). A diferença está nos falecidos, nos exonerados a seu pedido e nos suspensos porque não cumprem com os seus deveres e não assumem o pedido de exoneração.
Quanto aos apoiantes, tendo chegado ao número de 2612, mantêm-se como activos 312 (a maioria passou à qualidade de sócio efectivo, mas há que considerar os que faleceram e os que solicitaram a exoneração).

Por fim, também há que considerar os sócios colectivos, mantendo-se activos 18 neste momento, e os sócios de honra e de mérito que a A25A decidiu distinguir aos longo destes 40 anos (actualmente 33 de honra e dois de mérito).

## QUANTO AO FUTURO

Como afirma Aniceto Afonso no seu editorial, é urgente pensar na renovação.
Confesso que, como primeiro responsável da A25A, esse é um campo onde lamento não termos conseguido atingir os objectivos. Pessoalmente costumo dizer que "pago para cá estar, pois toda a actividade dos dirigentes é pró-bono. Estou cá, exercendo as funções que exerço, porque quero cá estar". Por isso não me queixo, por mais problemas e incómodos que tenha de enfrentar e suportar.
Já fiz várias tentativas, ao longo destes 40 anos, para encontrar um substituto. Não obtive êxito, porventura por responsabilidade minha, pouco decidido a abandonar o "comando do navio".
Decidi que, se tiver forças e capacidade para isso, estarei nestas funções até se realizarem as comemorações dos 50 anos do 25 de Abril, sendo que a A25A não deixará de realizar um programa próprio, independentemente da sua integração nas comemorações oficiais.
Depois, bem, depois, confio que, em conjunto, consigamos encontrar soluções para projectar a nossa Associação 25 de Abril, a Casa da Liberdade, para o futuro, mantendo-a como peça fundamental na defesa e preservação dos valores de Abril e da Memória da Epopeia que encerrou as portas da ditadura e da guerra e abriu as portas da liberdade, da paz e da democracia, criando o sonho de uma sociedade mais feliz.
Para terminar, seja-me permitido evocar a memória dos nossos associados que já nos deixaram (dos 27 que subscreveram a escritura, já partiram 10, a que há que juntar 879 sócios efectivos e 394 apoiantes). Que lá, onde estiverem, nos olhem e continuem a considerar que "Valeu a Pena"!
A todos, aos que partiram e aos que continuam connosco, um grande abraço amigo e de Abril.

* Presidente da Direção *da* A25A

2016

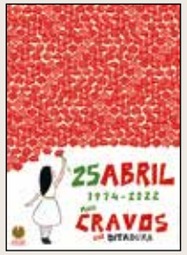
2017

2018

2019

2020

2021



2022

# A REVOLUÇÃO REVELADA

**Como olham os mais novos para a história recente do seu país? Articulando-se com os docentes dos cursos de jornalismo e comunicação, ministrados nas diferentes instituições de ensino superior, *O Referencial* abre as suas páginas aos mais jovens. O início foi de expectativa, o resultado uma verdadeira revelação**
***O país que somos hoje está certamente muito longe do país que desejamos ser amanhã, mas está ainda mais longe do país bloqueado e sem futuro que éramos ontem, em 1974*** **(Jorge Sampaio, 25 de Abril de 2004)**

**MARIA INÁCIA REZOLA***

AS EFEMÉRIDES HISTÓRICAS costumam ser celebradas em Portugal sem grande entusiasmo. Da longínqua restauração da independência no dia 1 de Dezembro de 1640, à implantação da República no dia 5 de Outubro de 1910, as datas históricas têm pouco significado para a maioria da população, sendo percepcionadas como pouco mais que um dia feriado. O 25 de Abril continua a ser uma excepção a esta regra, anualmente assinalado em sessão solene na Assembleia da República, mas também nas ruas, em iniciativas populares mais próximas do espírito da época. Empunhando cravos vermelhos e palavras de ordem que integram o imaginário de Abril, milhares de pessoas, de todas as gerações, saem às ruas celebrando a liberdade.

Ao derrubarem uma ditadura de quase meio século, os capitães mudaram radicalmente os destinos do país e dos portugueses. Como observou José Medeiros Ferreira, o 25 de Abril "marca uma era" e "divide a sociedade em antes e depois", "tantas são as ocasiões em que é tomado como referência: 'antes do 25 de Abril...', 'só com o 25 de Abril', 'depois do 25 de Abril' são expressões coloquiais quotidianas que marcam os últimos vinte anos" (Ferreira, 1993: 11).

Momento central do Portugal contemporâneo, a Revolução de 1974-1975 permanece na memória dos que a viveram, seja na dos que nela participaram activamente, seja na dos que se lhe opuseram ou dos que se remeteram ao papel de observadores de um país em ebulição. Além do mais, a distância de quase cinco décadas confere a estes acontecimentos o inegável estatuto de objecto histórico, passível de análises cada vez mais distanciadas e plurais, como o atesta a profusão de publicações e de estudos sobre a revolução portuguesa.

Mas, como olham os mais novos para a história recente do seu país? Qual a perspectiva sobre a Revolução de Abril e seu impacto dos que, nascidos no novo milénio, se preparam para entrar na vida activa? Articulando-se com os docentes dos cursos de jornalismo e comunicação ministrados nas diferentes instituições de ensino superior, *O Referencial* abre as suas páginas aos mais jovens.

Rodrigo Antunes, Lusa

**Como olham os mais novos para a história recente do seu país? A resposta é dada neste número d'*O Referencial* com textos dos alunos dos cursos de jornalismo e de comunicação**

Os alunos do 1.º ano do curso de jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa foram os primeiros a aceitar o desafio. Sob a orientação da professora Fátima Lopes Cardoso, desenvolveram, no âmbito do Laboratório de Jornalismo II, reportagens e artigos de fundo que os levaram, em alguns casos, numa viagem pelo passado para ouvir as histórias e despertar as memórias de quem viveu num país bem diferente do aquele que conhecem. Alguns destes trabalhos também procuraram compreender as perceções das gerações mais jovens sobre a Revolução de Abril e sobre as possibilidades proporcionadas por este marco histórico. O início foi de expectativa, o resultado uma verdadeira revelação.

* Professora do ensino superior, antigo membro da direção da A25A e presidente da Comissão para as Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril

Quique Garcia

Alunos do 1.º ano da licenciatura em jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, foram conhecer a história de presos políticos e publicam os textos neste número de *O Referencial*

# ENCONTROS COM A MEMÓRIA

**Os mais jovens foram à procura de histórias, ou de relatos, que pensavam serem apenas alcançáveis, como os próprios disseram, nas aulas e nos livros**

**FÁTIMA LOPES CARDOSO***

CONTRARIANDO A IDEIA de que os jovens se interessam pouco pelo passado ou pela memória, os alunos do 1.º ano da licenciatura em jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, aceitaram com agrado ir ao encontro do outro para descobrirem o que é guardado ou percecionado sobre o 25 de Abril de 1974. Numa altura em que o país se prepara para comemorar os 50 anos da Revolução – data que pode coincidir com o aniversário dos pais ou com as bodas de ouro do matrimónio dos avós, só para dizer que é uma distância relativamente curta no ambiente familiar –, os mais jovens foram à procura de histórias ou de relatos que só sabiam serem possíveis, como os próprios disseram, nas aulas e nos livros de história. Os temas foram diversos, ajustáveis à realidade do acontecimento e dão voz aos que sentem Abril sempre. Seguindo os preceitos do jornalismo, e sem nunca abdicarem da liberdade criativa, o desafio serviu, pelas exigências da unidade curricular, para os estudantes aprenderem a pesquisar, a encontrar histórias, e, sobretudo, para tornar a partilha apelativa e com forte sentido humanista, como devem ser os artigos desta natureza.

Depois da concretização deste trabalho, além das competências da redação jornalística, os jovens autores sabem muito mais hoje do que o que conheciam sobre o Portugal pobre dos anos de ditadura, sem direito à liberdade, inclusive nas pequenas coisas do quotidiano, sem acesso à educação e à cultura, mergulhado em conflitos no Ultramar que obrigava muitos jovens da idade deles a partir, a combater e, infelizmente, quantas vezes, a morrer numa guerra que sabiam não ser deles. Graças ao desafio que levaram a bom porto, os autores adquiriram uma outra visão sobre o

DEPOIS DA CONCRETIZAÇÃO DESTE TRABALHO, ALÉM DAS COMPETÊNCIAS DA REDAÇÃO JORNALÍSTICA, OS JOVENS AUTORES SABEM MUITO MAIS HOJE DO QUE O QUE CONHECIAM SOBRE O PORTUGAL POBRE DOS ANOS DE DITADURA

# SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES

Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:
> Valor de venda ao público: 1.200,00€
> Valor para Sócios da A25A: 900,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

## ABRIL E OS JOVENS

Direitos reservados

país e a sua história contemporânea. Alcançaram, também, uma maior consciência do que representou o movimento dos Capitães de Abril, assim como de todo o processo de consolidação da democracia ao longo da segunda metade da década de 70 do século XX.

Dos artigos escolhidos para publicação neste número d'*O Referencial*, começamos com a história do mestre Eduardo Gageiro - o que viveu naquele momento e o papel que a fotografia e os fotógrafos desempenharam na eternização do acontecimento, conseguindo, com as suas imagens, um legado visual importantíssimo na construção da memória coletiva sobre Abril. Às alunas Carolina Rodrigues e Daniela Matias, o fotógrafo d'*O Século* faz algumas revelações sobre os protagonistas da Revolução e recorda que estava tão emocionado que nunca se lembrou, por um segundo, do que era ter medo: "Assisti a tudo sem sentir uma ponta de medo. Estava tão desejoso que as coisas fossem diferentes que chorei muitas vezes."

Nos 48 anos de ditadura, milhares de pessoas lutaram e foram encarceradas em prisões, vítimas de tortura e privadas de ver, receber ou enviar notícias à família. As jovens Helena Couto e Mariana Louro registaram três testemunhos demonstrativos de que, embora quase meio século depois, nunca os prisioneiros políticos esquecem o pesadelo vivenciado atrás das grades para defender a justiça social, o direito à opinião e a ideias próprias – hoje direitos reconhecidos pela Constituição da República Portuguesa, mas que no período do Estado Novo eram entendidos como verdadeiras ameaças ao Portugal apolítico e aparentemente resignado de Salazar. Existem outras histórias em carteira, relatos e perspetivas inspiradoras sobre este momento único do Portugal contemporâneo. Os dois artigos agora publicados são apenas o começo de um processo criado para aproximar os jovens dos ideais de Abril. Se antes a Revolução era apenas sentida como uma data relativamente remota e alheia, da qual só ouviram falar ou estudaram, hoje sabem que muitas das pessoas que os rodeiam abdicaram de quase tudo para lhes dar tudo e devolver a liberdade.

* Professora do ensino superior e investigadora

# REPÓRTERES DE ABRIL

**Eduardo Gageiro infiltrou-se na Revolução dos Cravos e conseguiu captar imagens fotográficas que eternizaram aquele dia histórico. A (a)ventura contada pelo próprio**

CAROLINA RODRIGUES
DANIELA MATIAS*

POR MUITOS CONSIDERADO o mais carismático fotógrafo de Abril, Eduardo Gageiro captou a euforia dos portugueses que assistiam, nas ruas, às movimentações das Forças Armadas empenhadas em derrubar a mais longa ditadura da Europa. A idade é provecta, mas a memória não se apaga. Aos 87 anos, o repórter mantém vivas todas as recordações relativas à Revolução e ao período do Estado Novo. Alvo de repressão e da censura, os riscos que correu para fotografar o Portugal pobre da época custaram-lhe a liberdade, mas nunca o impediram de captar a realidade nua e crua. O seu legado visual único outorgou-lhe distinção entre tantos outros repórteres de imagem.

## NAQUELE DIA...

25 de Abril de 1974. Para o cidadão comum que apanhava o barco na margem Sul para trabalhar em Lisboa, anunciava-se mais um dia triste e cinzento no Portugal dominado pelo medo e pelas imposições do regime do Estado Novo. Nesse dia, porém, a surpresa tomou o lugar da rotina. As pessoas vindas nos cacilheiros, às primeiras horas da manhã, depararam-se no Terreiro do Paço com
uma inusitada concentração militar. O cenário parecia indiciar que aquele dia, recordando o cantautor Sérgio Godinho, haveria de ser o primeiro do resto das suas vidas, em liberdade. O entusiasmo e a euforia foram-se tornando mais contagiantes à medida que aumentava a esperança que aquele movimento de Forças Armadas, onde desfilavam algumas das mais prestigiadas figuras militares lideradas pelo então capitão Salgueiro Maria, seria uma "marcha" para derrubar o regime.

Agência Lusa

Eduardo Gageiro mantém vivas todas as recordações do dia histórico para Portugal

Do Terreiro do Paço até ao quartel do Carmo e em todas as artérias de Lisboa por onde passaram os militares um "rio Tejo" de gente ia-se aglomerando, fortalecendo a expectativa de um futuro diferente para Portugal. A cortina da esperança subiu e viu-se a alegria estampada nos rostos dos portugueses.
Os repórteres fotográficos ao serviço dos principais jornais da época, onde a informação surgiu em primeira mão, ao se aperceberem das movimentações militares, correram de imediato para a linha da frente com um único propósito: divulgar imagens dos acontecimentos sem filtro nem censura. Quase tudo o que nesse dia se viveu e sentiu pelas ruas da capital ficou eternizado pelo olhar dos profissionais da comunicação.
A 48 anos de distância, graças ao testemunho partilhado dos repórteres de imagem, o mundo tem a

Direitos reservados

Eduardo Gageiro tentou infiltrar-se no meio da Revolução dizendo que era amigo do comandante – desconhecendo, na verdade, quem iria encontrar. Era o capitão Salgueiro Maia (ao centro na foto)

Direitos reservados

Graças à coragem dos repórteres de imagem, o mundo tem a possibilidade de visualizar, hoje, a Revolução dos Cravos e de compreender a sua essência

possibilidade de visualizar, hoje, a Revolução dos Cravos e de compreender a sua essência. Tornou-se, por isso, impossível evocar a "Operação Viragem Histórica" sem mencionar tantos fotógrafos, em particular, a obra de Eduardo Gageiro.

Quando se assinala o facto de Portugal contar mais dias em liberdade do que em ditadura, o olhar do mestre ao serviço da revista semanal *O Século Ilustrado* ganha um significado maior. Ainda que tenha passado quase meio século sobre aquele "primeiro dia inteiro e puro", o tempo não o demove. Aos 87 anos, Eduardo Gageiro mantém a câmara em *riste*. Na verdade, nunca sai de casa sem a sua máquina. A paixão pela fotografia completa 74 anos, mas sempre com a intensidade do clarão do primeiro *flash*.

## DECIDIDAMENTE REPÓRTER

Nascido a 16 de fevereiro de 1935, Eduardo Gageiro teve o sonho de frequentar o liceu, mas o pai nunca achou viável a ideia. Aos 11 anos, começou a trabalhar como empregado no escritório da Fábrica da Loiça de Sacavém, no concelho de Loures, localidade onde nasceu e ainda reside. Foi ali que desenvolveu um interesse particular pelas secções de pintura e de escultura. Armando Mesquita, escultor, começou a dar-lhe aulas de fotografia e, para ir treinando, o jovem Eduardo pedia emprestada ao irmão uma máquina de plástico, passando o dia a captar imagens da fábrica.

Por volta dos 20 anos, foi trabalhar para o *Diário Ilustrado*, mas a estreia não correu como ambicionava. Agora que é um dos mais consagrados repórteres fotográficos portugueses, lembra o começo acidentado: "Eu tinha ido com o grande entusiasmo de ser fotógrafo e, afinal, era ali um artesão, ainda por cima, a fazer coisas que odiava. A sorte foi que o *Diário Ilustrado* tinha um suplemento literário onde escreviam intelectuais, professores universitários. Um dia, chamaram-me para fazer umas fotografias - se a minha memória não me falha - ao escritor Ferreira de Castro, do qual conhecia toda a obra. Gostaram e fui chamado ao diretor. Passei a fotografar para o suplemento literário."

Nos dias soltos fora do jornal, a fotografia de rua tornou-se numa tendência do seu olhar, à semelhança do que acontecia com outros autores internacionais, nomeadamente, Cartier-Bresson ou Doisneau, em Franca. "Sempre tive tendência para fotografar pessoas humil-

Direitos reservados

As fotografias de Abril mantêm viva a memória da Revolução

des", confessa. Esta sua propensão chamou à atenção da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) que o prendeu por "manchar a imagem de Portugal no estrangeiro". Quando dois indivíduos da polícia política lhe bateram à porta às seis horas da manhã, ficou aflito porque "tinha uma filha pequena e sabia perfeitamente o que é que tinha acontecido a muitos amigos e conhecidos". Levaram-no para a rua António Maria Cardoso, onde se localizava a sede da PIDE, e, sem ser escutado primeiro, foi enviado para Caxias. "Fiquei com uma inveja fantástica da liberdade dos passarinhos, das borboletas e até das formigas. Não tinha nada para ler, nem para escrever. Fiquei tanto tempo a olhar para uma parede branca que hoje não consigo olhar para uma", conta.

Durante os três meses em que esteve preso, nunca lhe bateram, mas revela que os agentes surgiam pela madrugada e acendiam as luzes para lhe perturbar o sono. "Durante dois anos, não mandei fotografias para lado nenhum para concorrer a prémios", relata. Este período deixou-lhe marcas. Tinha medo do que lhe poderia acontecer. Quando havia manifestações, a carga e a violência policiais eram sempre elevadas. Eduardo Gageiro desenvolveu os seus truques para não ser apanhado: "Tinha sempre dois rolos no bolso, um com duas ou três fotografias e outro completo. Quando me questionavam, eu mostrava sempre o rolo quase vazio e safava-me."

Direitos reservados

Eram seis da manhã, do dia 25 de Abril, quando Eduardo Gageiro recebeu uma chamada de um camarada d'*O Século Ilustrado* a dizer-lhe para ir para o Terreiro do Paço

Depois de recuperar dos traumas da prisão, realizou uma exposição muito provocatória sobre o Portugal real. Recebeu um telefonema do presidente da União Nacional (partido do governo) - que era também diretor da televisão - e teve medo do que poderia vir dali. Ficou surpreendido quando, afinal, tinha sido chamado para o elogiarem pela qualidade do trabalho e para o convidarem a assumir o cargo de fotógrafo oficial da televisão. Apesar de lhe terem oferecido o triplo do que ganhava n'*O Século Ilustrado*, não aceitou a proposta por sentir que estavam a aproveitar-se dele.

## NO PALCO PRIVILEGIADO

Eram seis da manhã, do dia 25 de Abril, quando recebeu uma chamada de um camarada d'*O Século Ilustrado* a dizer-lhe para ir para o Terreiro do Paço, pois já corria a informação de que iria haver um golpe de Estado. Uma hora depois, as entradas estavam todas bloqueadas. Eduardo Gageiro tentou infiltrar-se dizendo que era amigo do comandante – desconhecendo, na verdade, quem iria encontrar. Era o capitão Salgueiro Maia que, ao ser abordado por Gageiro, disse que o conhecia, que comprava *O Século ilustrado* todas as semanas e que admirava muito o trabalho dele. O comandante do Movimento das Forças Armadas no local convidou o repórter fotográfico a acompanhá-lo, proporcionando-lhe o privilégio de estar em exclusividade no Terreiro do Paço. "Era o único fotógrafo. As outras histórias que contam por aí são falsas, garante."

Eduardo Gageiro teve a oportunidade de descobrir informações sobre as negociações de paz: "Tinha ouvido sempre que, quando há negociações, vai-se ao meio desarmado, mas cheguei à conclusão de que isso é falso. Salgueiro Maia foi para as negociações com uma granada no bolso, e Brito e Cunha levava um revólver." Os protagonistas negociaram até que Pato Anselmo se rendesse. Eduardo Gageiro captou,

precisamente, esse momento e foi ameaçado de morte pelo major. Já pediram desculpa um ao outro – Eduardo por ter fotografado um momento tão sensível e Pato Anselmo por ter feito a ameaça. Atualmente, dão-se bem. A partir deste dia, o nome Eduardo Gageiro começou a soar com mais frequência na boca dos portugueses.

### SEGREDOS DA REVOLUÇÃO

No ano de 2020, a Câmara Municipal de Barcelos convidou várias personalidades conhecidas na sociedade portuguesa para celebrar o 25 de Abril, inclusivamente Eduardo Gageiro. O objetivo era inaugurar uma grande exposição sobre a Revolução dos Cravos. O evento contou com a presença de Manuel de Almeida, homem que estava do lado de Salgueiro Maia na primeira fila das chaimites, e o Cabo Costa, que se encontrava no lado oposto, na Cavalaria 7. Cabo Costa revelou que o coronel o mandou disparar contra a oposição, mas, ao ver o seu amigo Manuel na mira, a mão tremeu-lhe e não teve coragem de disparar. "Nunca contei esta história publicamente." O poder desta amizade evitou que o golpe de Estado se transformasse num banho de sangue. "Não se sabe o que é que poderia ter acontecido se estes dois não fossem amigos", diz. Certamente, este episódio não seria recordado como uma revolução de afetos.

Eduardo Gageiro estava tão eufórico que nem conseguia sentir receio: "Naquele dia, veio-me à memória todo o meu passado triste e enfadonho por ter visto os meus amigos serem presos. Tantos que estiveram presos... Pensei que aquele era o grande dia. Assisti a isto tudo sem sentir uma ponta de medo. Estava tão desejoso que as coisas fossem diferentes que chorei muitas vezes." De facto, o fotógrafo tem em si o espírito de Abril: "Dizem que tenho mau feitio, mas isso é porque eu não me calo."

Quando olha as fotografias de Abril, destaca a de Salgueiro Maia com Maia de Loureiro, no Terreiro do Paço, no momento em que perceberam o poder do movimento que iniciaram: "Esta fotografia mostra o capitão Salgueiro Maia a morder o lábio para não se comover" – a típica imagem que dispensa palavras. Também guarda um especial carinho pelas fotografias da sede da PIDE e a dos soldados com cravos, sendo esta última a única imagem portuguesa em exposição permanente na Casa da História Europeia, em Bruxelas, desde 2014.

Outro episódio que marcou a vida profissional de Eduardo Gageiro foi o funeral de Salazar, no dia 30 de julho de 1970. Na véspera, o fotojornalista ligou para a funerária, questionando sobre a hora do fecho do caixão. Deram-lhe a indicação de que seria por volta da 1:00 hora da manhã. A presença dos agentes da PIDE e a de elementos da Legião Portuguesa dificultaram-lhe o processo de captação dos melhores ângulos e situações do momento. Gageiro era o único fotógrafo presente no velório: "Maria levantou-se, dirigiu-se ao caixão, tirou um lencinho do bolso e beijou Salazar. Consegui captar essa sequência, mas fui logo expulso do local. Tive a sorte de não me terem roubado o rolo." O fotógrafo d'*O Século* tentou divulgar as fotografias, mas foram logo censuradas – tornaram-se públicas uns anos mais tarde, no livro *Olhares*.

O mestre da fotografia sente-se orgulhoso do seu trabalho no estrangeiro, contando com quase 300 prémios internacionais. Mas, sente-se desvalorizado no seu próprio país: "Cá, meia dúzia de pessoas manobram isto tudo. Quem tem um *marketing* bem montado é que é valorizado." Eduardo Gageiro diz desprezar comentários alheios a respeito da sua qualidade como profissional. "Outros fotógrafos alegam que as minhas fotografias são encenadas. Considero isto um desrespeito porque levo o meu trabalho muito a sério. Enquanto estou a fotografar, não falo com ninguém, tenho de estar concentrado ao máximo. Sinto o que estou a fazer. Eu não enceno".

* Alunas do curso de jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

### IMAGENS AINDA POR DESCOBRIR

José Soudo, fotógrafo, curador, professor do ArCo-Centro de Arte e Comunicação Visual e investigador em história da fotografia, partilha a sua perspetiva tanto profissional como pessoal sobre a fotografia de Abril e a sua importância. Nascido em 1950, testemunhou em primeira mão a repressão do Estado Novo. "Quando andava no Instituto Superior Técnico (IST), ia estudar com os colegas para um café de referência junto à Praça do Areeiro, onde estava permanentemente um agente da PIDE, muitas vezes, a ler o jornal ao contrário, à caça de uma conversa menos adequada às orientações do regime", recorda. Ainda no IST, o investigador fugia da polícia com receio de ser preso por o seu cacifo estar cheio de panfletos relacionados com a condenação da Guerra Colonial.

A fotografia mudou drasticamente com a Revolução. Durante o Estado Novo, muitos fotógrafos não arriscavam com medo de serem apanhados pela PIDE. "Havia um comportamento de autocensura permanente", comenta José Soudo. Depois do 25 de Abril, continua, "a qualidade dos fotógrafos portugueses, que já era boa, passa a ser muito mais notória na medida em que se torna mais livre".

Ao fazer uma retrospetiva das fotografias captadas no dia da Revolução, José Soudo destaca o momento mágico em que Pato Anselmo se rende perante o capitão Salgueiro Maia. Eduardo Gageiro, e o ainda estagiário Alfredo Cunha, ambos ao serviço do jornal *O Século*, e Carlos Gil, a fotografar para revista *Flama*, estiveram na primeira fila e são os autores das fotografias que Soudo considera mais icónicas. A fotografia de Abril não é, no entanto, um assunto encerrado: "Ainda há fotografias a serem publicadas hoje em dia e, certamente, que ainda haverá muitas por descobrir."

Adelino Gomes, redactor, (lado esquerdo) e Alfredo Cunha, fotógrafo, duas referências do jornalismo de Abril

## OLHAR DE ALFREDO CUNHA

Quando se evoca a Revolução dos Cravos e as suas imagens, um dos protagonistas da fotografia de Abril é Alfredo Cunha, com vários livros publicados que reúnem as mais icónicas fotografias da Revolução. Na altura, tinha apenas 20 anos e era estagiário do jornal *O Século*. Eduardo Gageiro era o seu mestre. Uma das obras mais citadas é *Os Rapazes dos Tanques*, com textos do jornalista Adelino Gomes. "Recordo esse dia como o mais feliz da minha vida", afirma o fotógrafo, acrescentando que se o pudesse reviver "teria fotografado mais o povo e menos os protagonistas".

Fernando Corrêa dos Santos, 88 anos, o mais antigo fotógrafo ainda em atividade no país, também estava nas ruas para captar a emoção que se vivia a 25 de Abril de 1974. O seu trabalho integrou a publicação *Portugal Livre*, que reúne imagens da revolução da autoria de 20 fotógrafos, editado em 1980, pela Casa da Imprensa. "É um orgulho poder dizer que presenciei de perto um evento tão único e importante para o país, correndo riscos para que o público pudesse ver o que se passou. Seja a bem ou a mal, nós, repórteres fotográficos, concretizamos o objetivo de registar os acontecimentos e transmiti-los ao leitor."

A investigação de doutoramento da professora Fátima Lopes Cardoso - *A Fotografia Documental na Imprensa Nacional: o real e o verosímil* -, desenvolvida em 2014, na Universidade Nova, identifica ainda outros fotógrafos que perpetuaram a Revolução de 25 de Abril. Entre os nomes associados à imprensa surgem Alberto Peixoto, António Xavier, Armando Vidal, Abel Fonseca, Eduardo Baião, Fernando Baião, Francisco Ferreira, Inácio Ludgero, Luiz Carvalho, José Antunes, José Tavares e Álvaro Tavares (irmãos), João Ribeiro, Lobo Pimentel Jr., Marcos da Costa, Miranda Castela, Novo Ribeiro, Rui Pacheco, Rui Ochoa, Teresa Monserrat e outros não ligados aos jornais, como Carlos Granja, José Luís Madeira, Victor Valente, António Mil-Homens, Armando Cardoso, Mário Varela Gomes, Jorge da Silva Horta e Félix do Nascimento.



# PRESOS DE ESPÍRITO LIVRE

**Álvaro Ribeiro Monteiro, Diana Andringa e Manuel Candeias, três antigos presos políticos, partilham as memórias da resistência contra a ditadura do Estado Novo**

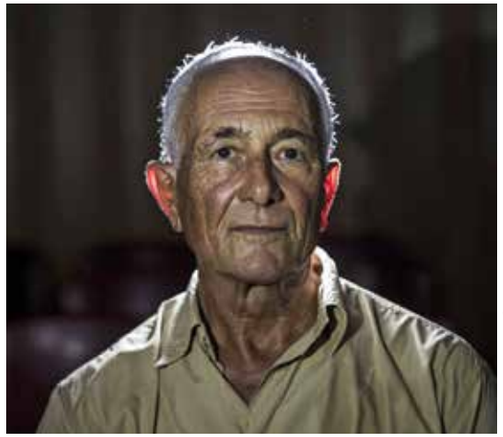
HELENA COUTO
MARIANA LOURO*

"EU SÓ VOU ALI À GNR", disse Álvaro Ribeiro Monteiro à mãe, que se preparava para pôr o almoço na mesa. Era época de exames e ele decidira sair de Lisboa para uma temporada de estudo na casa onde tinha crescido, no Barreiro. Contava regressar rapidamente. À chegada, notou que recebera uma contrafé (intimação judicial) para se apresentar no posto mais próximo. Estava convencido de que iria resolver uma questão simples acerca do pagamento de um imposto associado à afixação de um cartaz do cineclube. Porém, o regresso a casa só aconteceria 41 dias depois. Esta foi a primeira das três detenções de Ribeiro Monteiro na resistência contra a ditadura do Estado Novo.

Enquanto presidente do Cineclube do Barreiro, ajudou a organizar um evento com música e poesia onde Zeca Afonso, o conhecido cantautor da *Grândola Vila Morena*, foi um dos artistas convidados. Não era suposto *Vampiros*, uma das suas músicas mais célebres, constar do reportório, mas, cedendo aos pedidos persistentes da multidão presente no local, "eles comem tudo e não deixam nada" fez-se ouvir no final do espetáculo. Álvaro Ribeiro Monteiro foi uma das vítimas do desfecho daquela noite.

Tendo sido responsabilizado pela organização do evento, foi detido durante vários dias no estabelecimento prisional de Setúbal. Depois, transferiram-no para o estabelecimento de Caxias, onde foi interrogado e submetido à tortura do sono. Hoje, com 79 anos, lembra as alucinações e as pancadinhas na parede para falar com o prisioneiro da cela ao lado. Saiu sem culpa formada nem julgamento – daquela vez.

Ribeiro Monteiro era membro do Partido Comunista Português (PCP) há quatro anos, mas recusou-se a dar informações, incluindo



Direitos reservados

NOS DIAS DE CLAUSURA, AO LADO DO MAR PICADO, ÁLVARO RIBEIRO PASSOU A FAZER PARTE DA ORGANIZAÇÃO CLANDESTINA COMUNISTA, AJUDANDO A PASSAR PARA O EXTERIOR INFORMAÇÕES E DECLARAÇÕES DE ALGUNS PRESOS POLÍTICOS

a confirmação da sua filiação clandestina. "Eu era um jovem muito imparável. As minhas convicções eram importantes e fortes. A determinação abafou qualquer espécie de receio", recorda.
Continuou diligentemente a sua atividade política e, em 1969, foi candidato da Comissão Democrática Eleitoral (CDE) pelo distrito de Setúbal, nas eleições para a Assembleia Nacional, as primeiras em que a oposição tinha sido autorizada a participar. No dia 3 de maio de 1970, foi uma das oito pessoas detidas depois de conhecidos os resultados: a oposição tinha conseguido vencer estrondosamente no distrito, com o melhor resultado no país. "Ficaram furiosos", lembra. Ribeiro Monteiro foi acusado de pertencer ao Movimento Democrático Português (MDP), oficialmente ilegal, ao contrário da CDE.

### ORGULHOSAMENTE TORTURADO

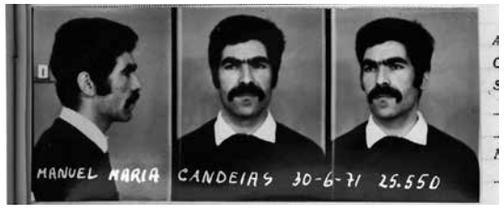
Entretanto, foi transferido para uma prisão no Porto, numa tentativa de lhe coartarem o ânimo motivado por hipotéticas visitas familiares. A estadia estendeu-se por um mês, mas ao quarto dia da chegada ao norte, nasceu a filha.

Direitos reservados

AO CONTRÁRIO DE OUTRAS PRISIONEIRAS, DIANA ANDRINGA FOI PRESA NO LOCAL DE TRABALHO COM UM MANDATO DE CAPTURA LEGAL E COM TEMPO DE AVISAR A FAMÍLIA, COM QUEM MANTEVE CONTACTO NA PRISÃO

Ribeiro Monteiro soube da notícia por telegrama que lhe foi entregue na cela por um chefe de brigada da PIDE. Regressado a Caxias, recebeu a visita da mulher e da filha bebé. Os guardas "tentaram aproveitar a ocasião", contando com a vicissitude de um homem mais fragilizado. No final, foi novamente conduzido a uma das salas de interrogatórios. Seria, depois, ilibado e libertado a 21 de dezembro de 1970. Em todos os interrogatórios foi espancado e submetido às torturas do sono e da estátua, Porém, mesmo sob duros suplícios, negou sempre todas as suspeitas e acusações. "Nunca levaram nada", garante. "É um orgulho muito grande meu, mas não é fácil. É preciso ter uma grande revolta interior."
A terceira detenção de Ribeiro Monteiro foi feita no dia 30 de junho de 1971, por denúncia de um dirigente do PCP. "Uma traição vil e uma razia total no partido", diz, num tom amargo. Foi condenado a 20 meses de prisão. Passou por Caxias e acabou no Forte de Peniche. Nos dias de clausura, ao lado do mar picado, passou a fazer parte da organização clandestina comunista, ajudando a passar para o exterior informações e declarações de alguns presos

Direitos reservados




**ESTANDO INFORMADA SOBRE A IDEOLOGIA POLÍTICA PROFESSADA E SOBRE A SUA ATIVIDADE NO MOVIMENTO SINDICAL, A PIDE DETEVE MANUEL CANDEIAS, CONDUZINDO-O AO ESTABELECIMENTO PRISIONAL DE CAXIAS, ONDE PERMANECEU ATÉ AO JULGAMENTO, EM 1972**

políticos. Foi selecionado para escrever por cifra, com a letra muito pequena, em mortalhas de tabaco que eram passadas na roupa para ser lavada em casa. "Aquilo levava muita informação. Eu passava noites a escrever, mas fazia aquilo com muito gosto", explica, antes de folhear as páginas do caderninho amarelado onde estão registados os resumos e as críticas aos livros lidos durantes os encarceramentos.
Depois do 25 de Abril, Álvaro Ribeiro Monteiro continuou, durante duas décadas, a participar ativamente na vida política. Manteve sempre o espírito sindicalista e associativista de quem cresceu entre operários e coletividades barreirenses, e com a mesma convicção de quem fez parte do explosivo movimento estudantil dos anos 60.

### PRISIONEIROS TAMBÉM CANTAM

Diana Andringa, 74 anos, foi detida em janeiro de 1970, indiciada por apoiar a luta pela libertação de Angola. A PIDE conduziu-a ao estabelecimento prisional de Caxias, onde iria cumprir 20 meses de reclusão. De regresso à liberdade, pôde exercer de novo a sua profissão: a de jornalista. A experiência motivou-a a estudar o impacto da tortura nos presos políticos - portugueses e os que eram oriundos das antigas colónias ultramarinas.
A estadia em Caxias foi menos pesada, apesar da rispidez do regime: nunca foi espancada nem soube o que era a privação de sono ou a tortura de estátua. Apenas ficou isolada durante algum tempo, mas não o considerou um tratamento de tortura: "Quando as pessoas me perguntam, eu digo sempre 'eu não fui torturada', porque há pessoas que foram barbaramente torturadas." Para além desse fator, reconhece que teve um tratamento privilegiado. "A PIDE respeitava as classes", lembra. "Era completamente diferente ser um camponês, um operário ou um doutor."
Sobre o isolamento, Diana Andringa diz que foram momentos terríveis: "Estávamos sempre à espera do momento em que nos vão chamar para interrogatórios. Mas, apesar de tudo, estávamos fisicamente bem". Durante o tempo em que estava incontactável, exceto com as guardas prisionais, passava horas a recitar textos em voz alta. "Estava sempre defendida por um muro de palavras", conta, "e as palavras ajudam muito a ter coragem".
O tempo na prisão foi sempre encarado com humor e a celebrar as pequenas vitórias. "Finalmente, tinha invertido a situação. Era eu que estava a torturar as guardas", ri, quando recorda o dia em que cantava tão mal na cela que as guardas lhe pediram que se calasse porque diziam estar sob uma "uma autêntica tortura". Durante os 20 meses que esteve presa, fez os possíveis para tentar "ridicularizar" a situação e ser ela a assumir o controlo de si própria. "Digam o que disserem, não me podem humilhar. Eu sou superior a eles por uma causa justa".
Ao contrário de outras prisioneiras, Diana Andringa foi presa no local de trabalho com um mandato de captura legal e com tempo de avisar a família, com quem manteve contacto na prisão. Filha de um pai ligado ao regime, da Legião Portuguesa e colega do diretor da PIDE, a jornalista sempre teve a consciência de que usufruía de mais privilégios do que as demais reclusas. Quando soube da detenção, o pai de Diana Andringa enviou à cadeia, por uma das filhas, a mensagem: "Diz à tua irmã que nós temos opiniões diferentes, mas há uma coisa em que ambos estamos de acordo: nunca se trai um camarada!".
Após a saída da prisão, Diana Andringa notou que havia perdido alguns hábitos básicos de rotina, como acender e apagar a luz, fechar a porta e reagir a sons, como aquele que as prisioneiras de Caxias ouviam de manhã. "Esses gestos intuitivos, esses perdi-os todos", relata. Mas, continuou a ser ativa na política e na defesa dos direitos humanos.
O trauma também afetou a jornalista. A antiga documentarista da RTP lembra um episódio passado em 1974, a propósito do golpe fascista no Chile. Estava grávida e deslocava-se em transportes públicos, em Lisboa. Recorda-se de o motorista do autocarro ligar a rádio e de ouvir uma entrevista a uma presa chilena, cuja filha tinha sido capturada com ela e ameaçada de tortura. "De repente, tive uma crise de choro de tal ordem que o pobre do motorista teve de parar o

autocarro e deixar-me sair porque eu não conseguia estar ali fechada", conta. Naquele momento, a preocupação com a possibilidade de algo acontecer ao filho, ainda no ventre, era inimaginável. "Nós tínhamos de pensar também na nossa responsabilidade perante os outros", frisa.

### VIVER DEPOIS DA TORTURA

Manuel Candeias, 79 anos, começou a entusiasmar-se com política desde a infância. Aos dois meses de vida, a família mudou-se para Grândola, no Alentejo. Aí, contactou desde cedo com a pobreza. "Quando estava na escola primária, já assistia à exploração que havia". Recorda-se de ir buscar água à fonte e de ver os "papelinhos da clandestinidade". Nessa altura, começou a tomar consciência do que se estava a passar ao redor e de que a realidade teria de mudar.

Pouco tempo depois, juntou-se ao Partido Comunista Português. Veio para Lisboa e voluntariou-se na Força Aérea, ao mesmo tempo que trabalhava para aquela organização partidária. Sabia que era arriscado, mas a sua posição militar manteve-o camuflado durante algum tempo. Antes do dia 20 de junho de 1971, conseguiu emprego na TAP. Estando informada sobre a ideologia política professada e sobre a sua atividade no movimento sindical, a PIDE deteve Manuel Candeias, conduzindo-o ao estabelecimento prisional de Caxias, onde permaneceu até ao julgamento, em 1972. Depois da sentença, transferiram-no para o Forte de Peniche para cumprir o resto da pena de 20 meses a que foi condenado.

Durante o cumprimento da pena, além de espancado, foi submetido a sevícias, nomeadamente a privação de sono e a tortura da estátua. Ficou 15 dias sempre em pé e sem dormir. "Só fui espancado a partir da quarta ou da quinta noites, porque, até lá, foi só sono, estar em pé e táticas psicológicas", lembra Manuel Candeias. Depois de desmaiar, na décima primeira noite, confessou, finalmente, pertencer ao Partido Comunista Português. Manteve, no entanto, o contacto com a família que, nos primeiros tempos, não sabia para onde o tinham levado. Mas, logo foi localizado graças ao esforço da esposa. Manuel Candeias, no Natal e em dia de aniversário, recebia a visita da mulher e do filho de três anos, se a nenhum castigo estivesse submetido. "Os familiares sofreram tanto ou mais do que os presos políticos", comenta, referindo-se ao trauma que a todos afetou.

O regresso à normalidade foi atribulado. Estava proibido de frequentar os sítios relacionados com os motivos da reclusão. Com a ajuda da organização do Partido Comunista Português, foi trabalhar para uma fábrica, primeiro como estagiário e, mais tarde, como responsável por uma secção. Na noite de 24 para 25 de abril, estava a trabalhar, ao mesmo tempo que ouvia a rádio. No dia seguinte, saiu para as ruas e não mais voltou à fábrica.

Manuel Candeias saiu traumatizado da prisão. "Tive pesadelos, traumas, dores de cabeça, insónias, problemas que vieram ao de cima e que ainda hoje sinto. Tenho algumas mazelas, até no corpo", afirma, recordando a tortura da estátua. Os cinco sentidos não falham quando o ex-prisioneiro político relembra os 20 meses divididos entre Caxias e Peniche. De sons a cheiros, passando por imagens nítidas, tudo pode avivar memórias dolorosas. Ainda assim, Manuel Candeias tenta pôr para trás o passado sombrio e viver a vida da melhor e mais leve forma possível.

Mais de 30 mil portugueses estiveram na prisão por motivos políticos durante os 48 anos da ditadura. Expostos a condições miseráveis e a diferentes técnicas de tortura, muitos dos que sofreram a repressão do Estado Novo carregam ainda traumas profundos. Embora as memórias sejam dolorosas, não escondem o orgulho de ter pertencido ao grupo dos resistentes que souberam dizer não. Na foto, memorial aos presos políticos no Forte de Peniche

**NA MULTIDÃO QUE OUSOU RESISTIR, HÁ MILHARES DE HISTÓRIAS COMO AS DE ÁLVARO, DIANA E MANUEL**

### LIBERDADE PRATICA-SE

A Revolução mudou de forma radical e permanente o País onde, hoje, somos livres. A luta pela democracia tomou forma e força no esforço coletivo das gentes, mas o valor dos sacrifícios individuais de milhares de portugueses tem de ser realçado. "A liberdade exerce-se praticando", lembra Manuel Candeias, dirigindo-se aos mais jovens. Na multidão que ousou resistir, há milhares de histórias como as de Álvaro, Diana e Manuel. As suas memórias revelam apenas algumas das muitas marcas deixadas pela violência de um regime que traumatizou gerações.

Alunas do curso de jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa

# A PRÁTICA QUE SE DEMOCRATIZOU

**A mudança do desporto em Portugal depois do 25 de Abril é um tema que trazemos às páginas d' *O Referencial* com a colaboração de quem viveu esse período de transição. Viver a prática desportiva passou do privilégio de alguns para o domínio de todos**

**JOSÉ ARMANDO MARTINS MORIM LOPES***

O DESPORTO ASSUME, hoje, um papel de destaque cada vez maior nas sociedades modernas. Desde a viragem do século que se transformou mesmo em entretenimento por excelência, tendo o futebol alcançado o expoente máximo de popularidade, bem como de projecção e força mediáticas. Tornou-se também, por via disso, um grande negócio, actividade comercial com expressão nas economias dos respectivos países, sobretudo na Europa, de forma evidente no PIB da União Europeia (EU).

Como escreve o presidente do Comité Olímpico de Portugal, José Manuel Constantino, "os estudos mostram que o desporto é um sector económico importante e um peso significativo nas respetivas economias nacionais comparável à agricultura, à floresta e à pesca juntas e com perspetiva de crescimento. Mais se conclui que o desporto é uma indústria de trabalho relativamente intensiva com probabilidade de acréscimo de emprego elevado." E, em termos económicos globais, o desporto é um sector em rápido crescimento, responsável por três por cento do comércio mundial e um dos sectores mais susceptíveis de criar empregos. Só o futebol sustenta uma indústria de milhares de milhões de euros por ano.

É esta dimensão do fenómeno desportivo, a sua internacionalização e globalização, que atravessa horizontalmente todas as sociedades, e o facto de poder servir de meio de inculcação de normas culturais e de valores, de processo de expressão de resistência ao controlo e à dominação, de lugar de construção de identidades sociais, de suporte de ideologias e de afirmação de legitimidades políticas que potenciam o desporto como instrumento das relações internacionais, sobretudo à luz do conceito de nova diplomacia.

No caso das escolas portuguesas, como salienta o professor Jorge Olímpio Bento, a internacionalização "traduziu-se em protocolos de cooperação com academias de inúmeros países, de todos os continentes, bem como na mobilidade de docentes e estudantes", merecendo "particular destaque o facto de as escolas portuguesas terem colaborado ativamente na consolidação de entidades afins dos países lusófonos, quer através da formação dos respetivos docentes, quer mediante a lecionação nos seus cursos".

Alberto Frias, Lusa

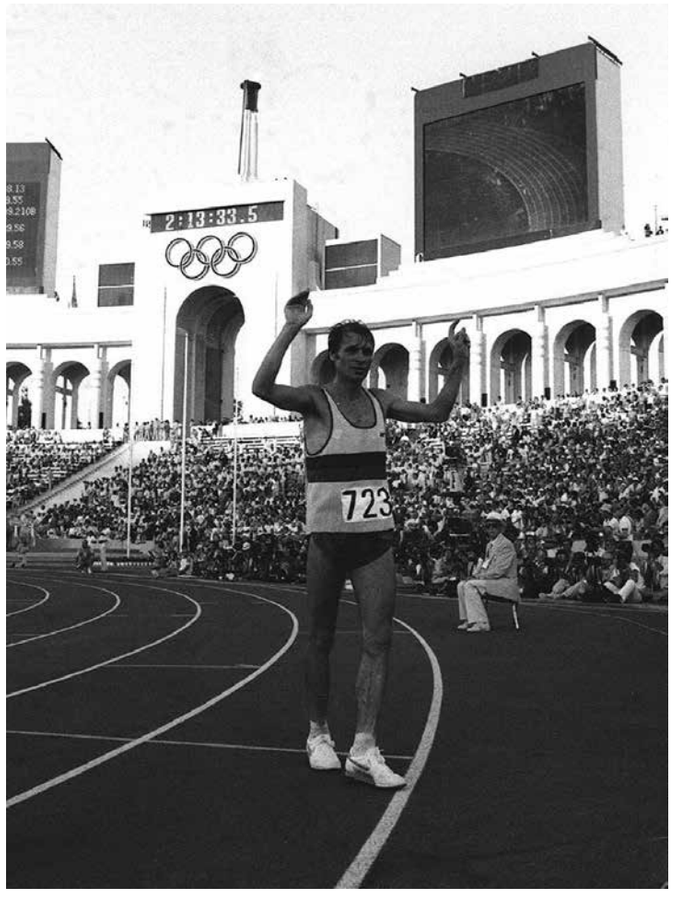
É esta dimensão do fenómeno desportivo, a sua internacionalização e globalização, que atravessa horizontalmente todas as sociedades

Testemunho do "labor desenvolvido", lembra o professor, são as "muitas centenas de indivíduos oriundos do espaço da CPLP (sobretudo do Brasil, Moçambique e Cabo Verde), que obtiveram o grau de mestre e doutor nas faculdades nacionais", uma dimensão que "encerra uma valia inestimável, contribuinte para a remissão da imagem e vocação de Portugal no mundo".

E, em Portugal, com a Revolução de Abril, alterou- se também a forma de encarar e de viver a prática desportiva, que, apesar de contradições e até recuos, passou do privilégio de alguns para o domínio de todos, como bem salienta o médico e antigo praticante de remo, João Oliveira.

*Jornalista, colaborador n' *O Referencial*

# QUASE MEIO SÉCULO DEPOIS!




Direitos reservados

O número de participações em competições internacionais cresceu. A qualidade dos resultados alcançados evoluiu. A 12 de agosto de 1984, Carlos Lopes conquistava a primeira medalha de ouro olímpica portuguesa, nos Jogos de Los Angeles

**É chegado o momento de assumirmos a herança que recebemos das alterações ocorridas com o 25 de Abril e, a cada ensejo, a cada gesto, sabermos preservá-la, promover e transmiti-la rumo a um futuro em que o desporto assuma um estatuto em harmonia com a dimensão do valor que acrescenta à sociedade portuguesa nos mais variados domínios**

**JOSÉ MANUEL CONSTANTINO***

A FLUIDEZ QUE ALIMENTA a memória mediática de curto prazo pode comprometer a memória histórica. O que justifica que se recorde que a conquista da liberdade e da democracia em abril de 1974 é o momento mais relevante da história do Portugal Contemporâneo. Repeti-lo nunca é de mais!

Somos hoje um País diferente e melhor. E o desporto também.

O número de praticantes desportivos aumentou. O parque de instalações desportivas desenvolveu-se. O número de participações em competições internacionais cresceu. A qualidade dos resultados alcançados evoluiu. O País acolheu e organizou eventos ao mais elevado nível. Aumentou o número de dirigentes portugueses em organismos internacionais. Aumentou a realização em Portugal de reuniões de âmbito internacional.

Poderia ter sido melhor? Seguramente que sim. Mas a democracia e a liberdade não resolvem tudo. São uma condição necessária, mas não são suficientes. As políticas construídas - públicas, privadas e associativas - é que podem responder pelos resultados alcançados.

O País recebido da ditadura, a construção do regime democrático e a matriz genética dos partidos com vocação governativa explicam, em parte, que o modelo seguido para o desporto tenha ido buscar a sua inspiração aos países de forte intervencionismo estatal.

O histórico atraso do desenvolvimento de Portugal e as vicissitudes por que passaram muitos setores da economia na fase da transição democrática, não deixaram outra alternativa quanto ao caminho a seguir.

O modelo traduziu-se num forte apoio de financiamento das políticas públicas e num significativo esforço na infraestruturação desportiva do país com particular destaque para a ação das autarquias.

Esta tendência teve efeitos positivos no sistema desportivo português. Com a democracia, o país desportivo abriu-se ao exterior. O que tornou o rendimento desportivo um produto fortemente mediatizado expondo-o à comparação e avaliação permanentes.

E, num contexto de crescente internacionalização dos sistemas desportivos, uma das questões centrais que se colocou às políticas

desportivas foi o de garantirem níveis de competitividade adequados.
Num país com a nossa dimensão geográfica, a nossa economia e os recursos que esta podia disponibilizar, aliados a uma tradição desportiva pouco relevante, criou-se a expectativa de pensar que era possível aspirar a resultados de relevo internacional num alargado número de modalidades, sem critério de seleção ou de definição de prioridades.
No modelo adotado, as organizações desportivas, designadamente as federações desportivas, ficaram muito dependentes do financiamento público. E com as prioridades adotadas provocou-se um desequilíbrio entre o financiamento público e o retorno que esse esforço podia potenciar em termos do desenvolvimento dirigido para a elevação do nível da prática desportiva dos portugueses.
Portugal também não escapou a tendências internacionais que se acentuaram sobretudo nos últimos vinte anos: por um lado, o predomínio do carácter utilitário (fazer bem à saúde) e individualista da atividade física e a sua cultura monolítica que se abrigou à sombra do desporto; por outro, a banalização do rendimento desportivo e a sua politização.
O valor de um vencedor de uma modalidade de uma qualquer disciplina do desporto adaptado, passou a valer o mesmo que o campeão de uma modalidade olímpica; uma competição à escala do bairro ou de um pequeno leque de participantes premeia o vencedor com uma medalha a que chama de ouro, como se de um campeonato do mundo ou de uma competição olímpica se tratasse; pelo país fora reproduzem-se galas de campeões onde a vulgaridade do rendimento desportivo assentou arraiais.
A recente intrusão dos chamados jogos eletrónicos (na versão anglófona e-games ou e-sports) como desporto e, nesse caso, até como modalidade/especialidade a poder integrar o programa dos Jogos Olímpicos aí está a provar a chegada de novos tempos no mundo das práticas desportivas. As organizações desportivas que deveriam ser as guardiãs da identidade do desporto tornaram-se impotentes para travar esta deriva e, em alguns casos, acompanham-na.

## DESPORTO NA UNIVERSIDADE

Mas este período assinala também o reconhecimento da formação de quadros de Educação Física e Desporto no âmbito universitário.
A entrada da Educação Física do Desporto na universidade portuguesa deve a sua origem ao processo de mudança social operado pelo 25 de Abril através do reconhecimento do Instituto Nacional de Educação Física (INEF) que, criado em 1940, no essencial formava professores de Educação Física, que, por vezes, acumulavam essas funções com a de treinadores no sistema desportivo.
A integração desta escola na Universidade envolveu consequências muito para além do seu reconhecimento académico. E deve-o a figuras como Vítor Alves – Capitão de Abril e, ao tempo, ministro da Educação -, António Paulo Brito, José Maria Noronha Feio, Jorge Crespo, Alfredo Melo de Carvalho, Avelãs Nunes, Luís Elias Casanovas, entre outros, que, naquele pe-

Manuel Moura, Lusa

A entrada da Educação Física e do Desporto na universidade portuguesa, com consequências muito para além do seu reconhecimento académico, deve-o a figuras como Vítor Alves (na foto) – Capitão de Abril e, ao tempo, ministro da Educação

ríodo histórico, ajudaram a atingir um objetivo recuperador do ónus de uma escola que no preâmbulo do diploma que a criou, em 1940, previa um "*regime de efectiva cooperação entre o INEF e a Mocidade Portuguesa*".
Uma decisão que, além de colocar a formação de quadros em Educação Física e Desporto no contexto da formação universitária, ajudou à centralidade da educação física e da formação desportiva nas políticas educativas e desportivas do país e da atividade física e do exercício no âmbito das políticas de saúde.
Uma entrada que não foi fácil, nem tem sido uma presença isenta de dificuldades. Mas tem sido, aos poucos, a consagração do corpo desportivo como objeto de estudo, suscitando uma categoria científica própria e requerendo a presença de saberes disciplinares tão distintos como a Antropologia, a Biologia, a Biomecânica, a Psicologia, a Sociologia ou a Filosofia. E é o reconhecimento de que o uso desportivo do corpo tem uma dimensão e uma relevância sociais que justificam o seu tratamento ao mais elevado nível do saber. Justificam o seu reconhecimento como uma matéria sobre a qual deverá incidir o conhecimento científico.
O movimento desportivo nacional beneficiou do labor dos profissionais então formados que, na qualidade de docentes, treinadores, técnicos ou dirigentes, têm sabido, mesmo perante as mais difíceis circunstâncias e carência de meios, colmatar lacunas endémicas que penalizam o desporto português e elevá-lo a patamares de excelência.

**O QUE NOS FALTA É UMA BOA DOSE DE SENTIDO DE RESPONSABILIDADE, BOM SENSO, SE QUEREMOS EXIGIR UM DESPORTO COM VALORES E PRINCÍPIOS**

## MERCANTILIZAÇÃO DESPORTIVA

Muito se mudou. Como em todos os processos sociais de mudança nem tudo correu bem. Diversos indicadores estatísticos colocam o país nos mais baixos patamares europeus nesses domínios, manifestando níveis preocupantes de iliteracia motora e desportiva. O próprio desporto mudou. É hoje outro.
Os caminhos que percorreu, designadamente a excessiva comercialização e a mercantilização do rendimento desportivo, constituem uma das razões mais marcantes de um aumento da progressiva desregulação da moral desportiva, ameaçando voltar o desporto contra si mesmo, ao transgredir uma lógica, um sentido e um modelo a que aprendemos a atribuir significado moral e formativo.
As estas tendências juntaram-se outras mais gerais: a erradicação do discurso público da questão dos ideais; a banalização dos valores; a valorização do individualismo; o abandono da construção de uma sociedade mais justa e fraterna; a absolutização da economia de mercado e do valor imperial do dinheiro; a defesa do pragmatismo como critério de eficiência, independentemente dos valores associados.
Estas tendências têm privado a vida pública de uma dimensão moral e humanista, e têm esvaziado a cidadania da energia capaz de travar o declínio de valores da vida contemporânea.
O desporto não escapou a este tropismo orientado por dimensões eminentemente materiais.
Os resultados estão à vista: o desporto é uma das atividades sociais mais reguladas no plano jurídico, seja por normas de origem pública, seja por normas de génese associativa. Mas, a perceção que todos temos é que se trata de uma atividade que em alguns dos seus segmentos está completamente desregulada, a ponto de pôr em crise a própria autoridade do Estado.
O que nos falta, porventura, é uma boa dose de sentido de responsabilidade, bom senso, se queremos continuar a exigir um desporto com valores e princípios, e útil à sociedade.
Um desporto que em circunstância alguma para os que o praticam, gerem ou comentam se desligue de uma cidadania responsável. Não podemos, por isso, abrir mão de alguns dos valores que civilizacionalmente moldaram o desporto e que o apresentam como uma expressão de cultura com valor formativo.
E neste particular é indispensável recolher para o seio das práticas desportivas valores civilizacionalmente aceites: o do exercício das liberdades, o do respeito pelos outros, o da igualdade dos sexos, o da tolerância nas relações humanas, o do acatamento da regra, o da afirmação do primado do direito sobre o arbítrio.

**ESTUDOS MOSTRAM QUE O DESPORTO É UM SECTOR ECONÓMICO IMPORTANTE COM UM PESO SIGNIFICATIVO NAS RESPETIVAS ECONOMIAS**

## INDÚSTRIA DE TRABALHO

A União Europeia sublinha a importância do desporto na atividade económica dos Estados membros considerando todas as atividades desportivas em sentido estrito e aquelas outras que o desporto desencadeia ou requer.
Nos últimos trabalhos disponibilizados pela União Europeia, os estudos mostram que o desporto é um sector económico importante e um peso significativo nas respetivas economias nacionais comparável à agricultura, floresta e pesca juntas e com perspetiva de crescimento.
Mais se conclui que o desporto é uma indústria de trabalho relativamente intensiva com probabilidade de acréscimo de emprego elevado.
Prevendo-se que a economia do desporto cresça mais rapidamente em países de baixos rendimentos do que em países com rendimentos mais elevados, o que, a acontecer, contribuirá para a convergência económica dos Estados membros e ajudará a reduzir os desequilíbrios económicos.

José Coelho, Lusa

**Quase meio século depois do 25 de Abril, Portugal transformou-se numa "potência" do desporto mundial. Na foto, o antigo guarda-redes internacional Beto, em convívio com jovens desportistas**

Se o desporto tem potencialidades com valor económico para a sociedade, então as políticas desportivas - públicas e associativas - têm de refletir essa preocupação, devendo ser construídas na base de que o valor social do desporto é superior ao respetivo custo económico. Uma estratégia política que invista no desporto como eixo de desenvolvimento, seguramente que contribuirá para uma sociedade mais inclusiva, mais humanizada e mais coesa.

Quase meio século depois, há sinais do enfraquecimento da democracia. Porque cresce o número de pessoas que apoia regimes e soluções autoritárias; porque cresce o número de pessoas que já não encontra na democracia as virtudes que antes lhe reconhecia; porque aumenta os que já não consideram essencial viver num sistema democrático.

Em muitos países, estudos de opinião revelam elevados graus de insatisfação com a democracia, mesmo entre aqueles que não defendem sistemas autoritários. Quem defende a democracia seguramente que divergirá sobre os motivos por que aqui chegámos. E sobre as soluções para evitar a deterioração democrática. Uma coisa parece certa: esquecemos com relativa facilidade que a democracia é uma conquista civilizacional historicamente recente. E que não é um sistema de governação adquirido para sempre. Que precisa de ser permanentemente cuidada e protegida. Longe vai o tempo em que as democracias morriam por um golpe de Estado.

As democracias podem morrer pela degradação das suas instituições e às mãos de líderes democraticamente eleitos. Há evidências históricas de que assim pode ocorrer. Para quem já experimentou dois sistemas - ditadura e democracia -, os tempos que vivemos não deixam de ser preocupantes. Mas mais do que preocupantes, inimagináveis.

Quase meio século depois é chegado o momento de assumirmos a herança que recebemos das alterações ocorridas com o 25 de Abril e, a cada ensejo, a cada gesto, sabermos preservá-la, promover e transmiti-la rumo a um futuro em que o desporto assuma um estatuto em harmonia com a dimensão do valor que acrescenta à sociedade portuguesa nos mais variados domínios. Só em democracia o conseguiremos.

* Presidente do Comité Olímpico de Portugal

# A PORTA QUE ABRIL ABRIU

Mário Cruz, Lusa

O treinador internacional José Mourinho com alunos da Faculdade de Motricidade Humana, sede de formação de licenciados, de mestres e de doutores da área do desporto

**Novas escolas de educação física e desporto passaram a ostentar o estatuto e a orgânica conformes às outras entidades da textura universitária, com a carga simbólica que isto representava no nosso país**

**JORGE OLÍMPIO BENTO***

O DIA 3 DE DEZEMBRO DE 1975 não pode cair no esquecimento. Nessa data foi publicado o Decreto-Lei n.º 675/75, aprovado em Conselho de Ministros, assinado pelo almirante José Pinheiro Azevedo (primeiro-ministro), pelo major Vítor Alves (ministro da Educação e Cultura), pelos ministros Francisco Salgado Zenha e Vasco Leote Almeida Costa, e promulgado pelo general Francisco da Costa Gomes (Presidente da República).

O documento extingue o Instituto Nacional de Educação Física (INEF) e as Escola de Instrutores de Educação Física (EIEF) de Lisboa e do Porto, cria os Institutos Superiores de Educação Física (ISEF) e integra-os na Universidade Técnica de Lisboa (UTL) e na Universidade do Porto. Institui, assim, uma fronteira entre o passado e o futuro, inaugura uma era renovadora da educação física e abre as portas do ensino universitário ao desporto, bem como à inscrição da prática desportiva no elenco dos direitos fundamentais, consignados na Constituição da República. Não há exagero algum nesta conclusão: o referido diploma outorga carta de alforria antropológica, axiológica, cultural e científica às ditas áreas e aos seus agentes.

Obviamente, não foi um começo a partir do nada. O INEF, então reformado, tinha sido alfobre de nomes com elevado escopo intelectual e com obra sobejamente conhecida. Entre os "professores de ginástica" (expressão eivada de menosprezo e preconceito) abundavam pessoas ciosas e alçadoras da promoção do campo profissional, para além de sobressaírem pelo compromisso cívico com a *pólis*. A integração da formação de quadros na universidade aproveita esse fermento e enterra definitivamente os estigmas antigos. As novas escolas passam a ostentar o estatuto e a orgânica conformes às outras entidades da textura universitária, com a carga simbólica que isto representava no nosso país. Elas tornam-se, pouco a pouco, sedes de formação de licenciados, de mes-

**O PAÍS PASSOU A CONTAR, A PARTIR DA DÉCADA DE 90, COM UMA VASTA REDE DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR, CONFERENTES DE FORMAÇÃO E REALIZADORAS DE INVESTIGAÇÃO NO DESPORTO E NA EDUCAÇÃO FÍSICA**

tres e doutores; e os seus docentes são obrigados a respeitar as exigências e prestar as provas da carreira académica geral, para aceder aos títulos inerentes ao leque professoral.
A reconversão não se aquietou no plano meramente formal. O ISEF de Lisboa e do Porto, insuflados pelos ventos e pelo espírito da mudança, alteram a breve trecho a designação e adotam a de "Faculdade", almejando uma imersão total no contexto universitário. As nomenclaturas adotadas (Faculdade de Motricidade Humana e Faculdade de Desporto) decorrem das distintas visões epistemológicas das suas figuras proeminentes; alargam o espectro de olhares e ocupações do horizonte profissional, estendem-se a terrenos antes ignorados e até hostis, assumem a responsabilidade de resposta a necessidades emergentes. No caso da Faculdade de Desporto da Universidade do Porto, é notório um entendimento do desporto como fenómeno polissémico e polimórfico e como realidade plural; a tradicional educação física integra-se nesse universo mais lato e abrangente.
A afirmação das escolas de Lisboa e do Porto originou que outras universidades criassem instituições congéneres. O mesmo sucedeu com os institutos politécnicos. O País passou a contar, a partir da década de 90, com uma vasta rede de instituições de ensino superior, conferentes de formação e realizadoras de investigação no desporto e na educação física.

## LUSOFONIA

O desenvolvimento das novas agremiações foi realmente fulgurante, com repercussões não apenas no plano interno, mas igualmente no cenário internacional, com destaque para o mundo lusófono. A internacionalização traduziu-se em protocolos de cooperação com academias de inúmeros países, de todos os continentes, bem como na mobilidade de docentes e estudantes. Neste capítulo merece particular destaque o facto de as escolas portuguesas terem colaborado ativamente na consolidação de entidades afins dos países lusófonos, quer através da formação dos respetivos docentes, quer mediante a lecionação nos seus cursos. Diga-se, como testemunho do labor desenvolvido, que atinge muitas centenas o número de indivíduos oriundos do espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) - sobretudo do Brasil, Moçambique e Cabo Verde - que obtiveram os graus de mestre e doutor nas faculdades nacionais. Esta dimensão encerra uma valia inestimável, contribuinte para a remissão da imagem e vocação de Portugal no mundo.
Enfim, quando se aprecia e celebra o ponto aonde chegaram as instituições de ensino superior da educação física e desporto, é imprescindível avivar a memória das circunstâncias donde elas vieram; não surgiram espontaneamente, nem foram uma dádiva caída dos céus.

**CONSEQUENTEMENTE, RENDO A MINHA SENTIDA HOMENAGEM AO ESPÍRITO DE ABRIL E RENOVO O JURAMENTO DE LHE SER FIEL E GRATO ATÉ AO FIM**

Tiago Petinga, Lusa

**O movimento desencadeado por Abril restaurou e oxigenou a Universidade, franqueou a entrada desta a jovens e objetos de estudo com origens populares, profanas e aumentadoras da incumbência social**

Abril e a missão de redenção e sublimação, que o inspirou, fecundaram o nascimento, o crescimento e o florescimento daquelas instituições, de outro país e de outra universidade. O movimento desencadeado por Abril restaurou e oxigenou a Universidade, franqueou a entrada desta a jovens e objetos de estudo com origens populares, profanas e aumentadoras da incumbência social. A ementa acrescentou à escassa visão elitista e fechada uma oferta com relevância no presente e no futuro: arquitetura, belas artes, educação e psicologia, alimentação e nutrição, desporto e educação física, medicina dentária.
No tocante à área aqui em apreço, os seus quadros acedem hoje, com naturalidade e sem estranheza, ao desempenho de funções políticas e académicas, outrora inimagináveis; tal como a panóplia de misteres que agora exercem. Os cursos e o âmbito da formação, o nível das instalações e dos laboratórios, os meios e as linhas de investigação, a solidez e diversidade de conhecimentos e saberes, o reconhecimento e o prestígio usufruídos fora dos muros disciplinares, aquém e além fronteiras pelas escolas, pelas pessoas que nelas pontificam e pelos especialistas delas saídos (por exemplo, nos domínios da pesquisa, do pensamento, do treinamento, da organização e gestão), a quantidade e a qualidade das publicações produzidas, o vasto leque das possibilidades de realização pessoal, enfim, tudo isto constitui uma impressionante realidade, impensável quando o Decreto-Lei n.º 675/75 conheceu a luz do dia. Esta é, portanto, uma hora de lembrar, de agradecer, de cantar e exaltar a generosidade dos clarividentes visionários de outrora. Consequentemente, rendo a minha sentida homenagem ao espírito de Abril e renovo o juramento de lhe ser fiel e grato até ao fim.

* Professor catedrático jubilado da Universidade do Porto

# DOS PRIVILÉGIOS AOS DIREITOS

**Com o passar dos anos, o desporto foi "mercantilizado" em todo o mundo e, inevitavelmente, entre nós, mas isso não enfraquece o papel que o movimento desportivo desempenhou na revolução democrática**

**JOÃO OLIVEIRA***

O MEU PAI COSTUMAVA LEVAR-ME quando ia jogar vólei, competir na piscina ou jogar ping-pong, ou mesmo quando ia para a carreira de tiro. Desde criança que vivo intensamente o desporto e, logo que pude, comecei a praticar vários. Lembrei-me, por isso, de exemplificar a passagem revolucionária de um desporto para alguns a um desporto para todos, com o contraste entre duas das minhas vivências. Peço que me desculpem se o exemplo só o for na minha imaginação, se a subjectividade prejudicar a factualidade ou se a evocação grata dos que me ensinaram vos fatigar.

Como nasci e morava a 50 metros do Casal Ventoso (antigo bairro problemático de Lisboa), entrei para o Liceu Pedro Nunes, que, a pé, ficava a um quarto de hora de minha casa. Primeiro, fui para a secção "Texas" (no léxico da malta), na Rua da Bela Vista. Depois, a partir do 3.º ano, para a sede, do outro lado do Jardim da Estrela, na Avenida Álvares Cabral.

Tive sorte. O 25 de Abril ainda tardaria duas décadas, mas o Pedro Nunes, apesar do seu ambiente disciplinar quase seminarístico, albergava muitas experiências pedagógicas e um escol de professores que, alguns deles, já iam procurando romper o espartilho de ideias vigente e a modos que estimulavam iniciativas contestatárias de uma rapaziada que, reconheça-se, ali se equipou para muitas funções e cargos relevantes, antes e depois da Revolução.

Uma das inovações daquele *curriculum* residia nas múltiplas actividades físicas e desportivas. Por semana, cada turma tinha dois tempos da disciplina de educação física e três tempos de ginástica matinal colectiva, voluntariamente substituíveis por treinos de atletismo. Além disso, havia uma "hora livre", ao fim da tarde, também três vezes por semana, para quem quisesse dedicar-se, com enquadramento técnico, à aprendizagem e treino de uma modalidade desportiva, escolhida no início do ano.

Em termos competitivos, estas actividades preparavam-nos para os torneios escolares no âmbito da Mocidade Portuguesa, claro. Ainda aqui, o contraste era grande com outras regiões do país: nas diversas competições escolares, de várias modalidades em que fui estando envolvido, não me recordo de ter tido muitos competidores da província.

Luis Vasconcelos, Lusa

**A atleta Rosa Mota medalha de ouro olímpica, na maratona feminina, é um exemplo de que o desporto, depois do 25 de Abril, deixou de ser privilégio só para alguns**

Éramos, de facto, privilegiados. Ainda hoje me interrogo se o esmero pedagógico seria apenas para brindar os filhos de vários dignitários do regime e de figuras dominantes da economia que frequentavam o Liceu Pedro Nunes, mas a verdade é que a maioria de nós não provinha de camadas sociais particularmente favorecidas. De qualquer modo, a realidade do Pedro Nunes e a sua coexistência com escolas que não tinham nenhum dos seus predicados exemplificava bem as iniquidades sociais, económicas e culturais que feriam o país.
Porém, a confirmar que esses tempos já eram de mudança, foi sem surpresa que, mais tarde, vim a encontrar os mentores directos do pioneirismo desportivo do Liceu Pedro Nunes (Francisco Lemos, António Monge, António Fonseca e Costa, David Monge da Silva, Eduardo Carona, que me lembre) entre os que se empenharam consequentemente na revolução desportiva que se sucedeu ao 25 de Abril.

## JORNALISMO DESPORTIVO

No primeiro trimestre de 1974, um dos meus colegas, que já escrevia sobre ténis, apresentou-me a Luís Alves, nome celebrado do jornalismo, que fez do suplemento desportivo de *O Século* o primeiro (e, durante muitos anos, único) diário desportivo nacional. *O Século Desportivo* caracterizava-se pela escrita pensada, crítica, ideologicamente comprometida, de pessoas como os professores Manuel Sérgio e José Esteves, o próprio Luís Alves e uma notável figura que me parece injustamente esquecida. Refiro-me ao Arnaldo Pereira, que colaborava n' *O Século Desportivo* nas horas livres da tipografia d' *O* Século.
Sem previamente me conhecer, o Arnaldo Pereira, bem mais velho que eu, ensinou-me o que era preciso para começar a escrever no jornal: como redigir o lead, o que tem de ficar e o que é dispensável no corpo do artigo, como escrever simples e inteligível, quais os truques para o chefe não recusar as peças. O Arnaldo falava em tom discreto, natural, mas quase envergonhado. Praticamente clandestino, como clandestina parecia a sua enorme cultura, provavelmente autodidáctica e que nunca alardeava, bem como a sua generosa intervenção social.
Em Setembro de 1974, o Arnaldo Pereira disse-me que o professor Melo de Carvalho, então nomeado director-geral dos desportos, o solicitara para organizar a mobilização dos órgãos de informação para a iniciativa que a Direcção-Geral estava a lançar, o Encontro Nacional do Desporto – ENDO. Desafiou-me para o acompanhar nessa colaboração e, embora a minha disponibilidade para contribuir tenha sido menos que mínima, pude assistir por dentro ao desenvolvimento de um movimento social de grande amplitude, politicamente motivado e que viria a revolucionar as concepções e as práticas desportivas.
Não se pense que é forçadamente ou como lugar-comum que aqui se usa o termo "revolucionar". De facto, em poucos meses, a forma de encarar e de viver o desporto em Portugal passou do privilégio de alguns para o domínio de todos.
Enquadrada pela Secretaria de Estado dos Desportos e Acção Social Escolar, de que era titular o engenheiro Luís Casanovas, a doutrina da Direcção-Geral dos Desportos (DGD) visava "democratizar o desporto" e "democratizar através do desporto". O ENDO teve como principais objectivos imediatos, "promover o debate de ideias em torno de uma nova concepção do desporto ... que não deve estar ao serviço de políticas de fachada ou minorias, mas antes passar a ser um direito pessoal e colectivo ... lançar as bases para uma acção conjugada de todos os organismos que devem interferir no processo de desenvolvimento desportivo ... lutar contra o conceito de que há unicamente um tipo de prática desportiva competitiva e federada ... chamar a atenção de todo o país para um direito inalienável do cidadão".
O ENDO não foi apenas um encontro, ocorrido na Fundação Calouste Gulbenkian, em Março de 1975. Foi, antes, uma enorme mobilização, ao longo de vários meses, das mais diversas organizações, das federações e colectividades desportivas, a movimentos de juventude e de trabalhadores e agentes individuais, que se manifestaram por escrito sobre as respectivas situações face ao desporto, apontando acções dentro dos objectivos de renovação e democratização. Essa mobilização prosseguiu, através do JUVENDO e de muitos processos autónomos, que tinham ganho embalagem com o ENDO. No plano teórico, foi notável a produção da DGD, nomeadamente com a colecção de cadernos *Cultura e Desporto*, em cuja organização e autoria voltou a ter grande participação o Arnaldo Pereira.

## DIREITO À PRÁTICA

Muitas iniciativas foram surgindo em cascata, em todas as regiões do País, assentes no primado do direito à prática e com uma característica que, desde logo entendi como determinante: independência relativamente à disponibilidade de instalações fixas. Na verdade, a situação de pobreza nacional não era compatível com um desenvolvimento desportivo que começasse por exigir a construção de instalações. Como muitas vezes ouvi do professor Melo de Carvalho, tinha de se acabar com a política das pedras mortas – pavilhões desportivos vazios, por falta de resolução dos problemas económicos e sociais que impediam o acesso à prática desportiva. O problema não estava na falta de instalações. O que faltava era conseguir concretizar, social e economicamente, a ideia de que a prática desportiva é para todos e não só para alguns ou apenas para se oferecer como espectáculo alienante.
Olhando para trás, pensando no contraste entre o elitismo do meu privilegiado liceu de Lisboa e a penetração da prática desportiva na vida nacional após o 25 de Abril, não posso deixar de considerar que o ENDO foi um factor revolucionário na democratização portuguesa.
É certo que, com o passar dos anos, o desporto foi "mercadorizado" em todo o mundo e, inevitavelmente, entre nós, mas isso não enfraquece o papel que o movimento desportivo desempenhou na revolução democrática.

*Médico do IPO Lisboa. Praticante de remo.

## QUATRO X QUATRO

ENTREVISTA COM JOANA GORJÃO HENRIQUES

Direitos reservados

# "AS DESIGUALDADES CONSTITUEM UM DOS RISCOS DA LIBERDADE"

**Nesta edição do "Quatro x quatro" (quatro questões para quatro décadas de democracia) as respostas são dadas por Joana Gorjão Henriques, jornalista (*Público*), autora dos livros *Racismo em português - o lado esquecido do colonialismo*, e *Racismo no país dos brancos costumes*. A jornalista tem sido distinguida com inúmeros (e importantes) prémios ao longo da sua carreira. De referir, entre outros, a Gazeta de Imprensa, do Clube de Jornalistas (2017) e os de jornalismo (imprensa) Pela Diversidade Cultural, do Alto Comissariado para as Migrações (em 2015 e 2017), e de Direitos Humanos e Integração, da Comissão Nacional da UNESCO (em 2017 e 2018). Em 2018, a Assembleia da República atribuiu-lhe a medalha de ouro de Direitos Humanos**

ALEXANDRE MANUEL *; CARLOS DE MATOS GOMES**

**– Dos termos mais utilizados no discurso político, a liberdade é uma palavra encantatória, constituindo mesmo objecto apetecido de manipulação e falsificação. Não é, no entanto, um conceito abstracto, de tal modo que os autores do 25 de Abril o pretenderam explicitado no seu Programa. Cinquenta anos quase passados, que conteúdo entende que a liberdade deve ter na sociedade em que vivemos e na sociedade que queremos projectada? Quais os perigos que, na sua opinião, corre essa mesma liberdade e o que podemos (devemos) fazer para a defender?**

– Quase 50 anos depois do 25 de Abril, a palavra liberdade não mudou de significado, mas terá com certeza outros contornos na altura em que vivemos. Seria presunção achar que alguém – neste caso, eu – tem a capacidade, isoladamente, de definir um conceito tão determinante nas nossas vidas. Mutante, sempre a escapar-nos das mãos de cada vez que a queremos agarrar, a liberdade é por definição esse valor inalcançável, mas um farol a guiar os passos de quem a persegue.

De Santo Agostinho a Hegel foram inúmeros os filósofos que refletiram sobre a liberdade e o que significa. Como jornalista, prefiro abordá-la de uma perspectiva pragmática, até porque muito do jornalismo que faço acaba por abordar as consequências da falta de liberdade.

Olhando para a nossa realidade em Portugal, não sei se os 50 anos de pós-ditadura nos permitiram de facto ser um povo livre. Pensando naquilo que ainda hoje nos aprisiona como sociedade, surgem-se inúmeros exemplos, mas o mais óbvio é também aquilo que mais me tem ocupado como jornalista: as desigualdades.

As desigualdades constituem um dos grandes riscos da liberdade. Desequilibram relações sociais, colocam uns sob o domínio de outros, dão poder ao Estado providência sobre a vida de

quem dele precisa para sobreviver, cria dependências que aprisionam.
A liberdade individual pressupõe igualdade: de oportunidades, de circunstâncias, de tratamento, de e de... Ora, estamos muito longe de atingir a igualdade entre homens e mulheres num país em que o diferencial remuneratório entre os dois géneros é alto (de 17 por cento, segundo um estudo coordenado pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade de Lisboa); entre pessoas com condições socioeconómicas diferentes (os mais pobres vivem menos, têm menos chances de chegar a profissões mais bem remuneradas, etc.); entre pessoas de origens diferentes (embora não tenhamos dados sobre a origem étnico-racial da população - conseguimos aproximar-nos com dados sobre a imigração - sabemos que o fosso salarial entre trabalhadores imigrantes e nacionais é de quase 30 por cento, segundo a Organização Internacional do Trabalho).
Qualquer uma destas circunstâncias não permite o desenvolvimento pleno das nossas capacidades como pessoas livres; e não falo apenas das pessoas que estão em desvantagem, falo de todos nós. Se a minha condição socioeconómica me permite viver acima da média, o facto de eu ser um dos pêndulos da balança interfere com a liberdade de quem está no pêndulo oposto.
De um ponto de vista de sistema político, vivemos num país livre e democrático. O facto de a casa que zela por estes valores – o Parlamento – não nos representar a todos como sociedade, porque faltam pessoas das várias origens que compõem a nossa sociedade, mostra uma falha gravíssima na democracia portuguesa.
Como sociedade já fomos forçados a tentar resolver as diferenças de género, de classe social, temos políticas públicas específicas para alguns destes problemas. Mas em relação às desigualdades raciais estamos muito longe de as encarar como assunto estrutural e institucional que necessita de ser atacado por si só. Enquanto não resolvermos estes desequilíbrios a nossa liberdade como sociedade está longe de ser alcançada.
Não há liberdade sem democracia e não há verdadeira liberdade nem democracia sem igualdade, incluindo a racial. Não há liberdade num país em que se tolera que alguém seja vítima de violência policial por ser negro, cigano ou não branco, que alguém não consiga encontrar casa para alugar por ser negro, cigano ou não branco, que alguém não seja chamado para um emprego por ser negro, cigano ou não branco.

**– Não sendo um termo unívoco, nem tendo uma interpretação única, é fundamental que a democracia seja a expressão livre da vontade maioritária de uma sociedade, tanto no modo como pretende ser governada, como ainda em relação à preservação dos seus valores e concretização dos seus desejos. Não terá sido, pois, por acaso que o Programa do MFA proclamou a intenção de implantar uma "Democracia" para substituir uma "Ditadura". A expressão dessa proposta, um dos "D" do programa, é a Constituição da República Portuguesa. Passados todos estes anos, como entende que, hoje, a vontade dos cidadãos pode ser ameaçada (ou não) pelos grandes e cada vez mais poderosos meios de comunicação, frequentemente acusados de se terem transformado em agentes manipuladores, falseando, inclusive, os elementos essenciais para uma livre expressão, para uma séria informação?**

– O que é a vontade dos cidadãos? E quais cidadãos é que são ouvidos na aferição dessas vontades?
Olhando à volta, para as redacções dos vários media, é mais do que evidente que estamos a falhar na missão de representar correcta e justamente a sociedade portuguesa, não apenas nas páginas dos jornais, mas nas equipas que criam e fazem as notícias. Tal como acontece com o Parlamento, como atrás referi, a nossa fotografia de Portugal e do mundo está incompleta, distorcida, adulterada.
O mesmo se pode dizer de todas as instituições, organizações não-governamentais, associações, clubes, empresas. Enquanto ficarmos com parte da sociedade de fora dos centros de decisão e de reflexão, a possibilidade de manipulação e de distorção da realidade é evidente.
Precisamos urgentemente de ter redacções, instituições, um Parlamento, organizações não-governamentais, associações, clubes, empresas que representem mais justa e proporcionalmente a sociedade em que vivemos. Esta luta pela igualdade é, tem de ser, de toda a sociedade portuguesa, mas aqueles que estão em vantagem há séculos têm uma dupla responsabilidade, exactamente pelas posições sociais e políticas que ocupam.

## O ROSTO DA ENTREVISTA

JOANA GORJÃO HENRIQUES é uma jornalista que, depois de terminado o Curso de Ciências da Comunicação, na Universidade Autónoma de Lisboa, em 1999, foi estagiar para a secção de Cultura do Público, onde, como recorda, aí ficou ao longo de dez anos, "cobrindo um pouco de tudo e muito de teatro". Em 2007, participou no lançamento do Ípsilon, suplemento de que foi editora-adjunta até 2009, quando ganhou a bolsa de um ano da Nieman Foundation for Journalism, na Universidade de Harvard (EUA), tendo, de seguida, estudado Sociologia na London Scholl of Economics and Political Sciences, em Londres, com especial destaque para as questões de género e do racismo. Foram dois anos que, no seu dizer, significaram um "quase como aprender tudo de novo". Em Portugal, frequentou ainda, na Universidade Católica, uma pós-graduação para jornalistas em Política e Economia. Integra atualmente a secção Sociedade do Público, dedicando-se de modo especial a questões relacionadas com os Direitos Humanos, designadamente imigração, racismo e discriminação. Colabora sobre estes temas nas páginas de opinião do diário inglês The Guardian. É autora de Racismo em português, o lado esquecido do colonialismo, um livro que, compilação das reportagens realizadas para o Público, em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique

Enquanto não o mudarmos, continuaremos a representar de forma adulterada o mundo em que vivemos, e vamos também ser mais facilmente agentes a participar da manipulação e a não retratar de forma rigorosa nem justa a nossa sociedade.

**– O Estado de direito constitui uma conquista civilizacional que pretende equilibrar o poder soberano do Estado – tendencialmente totalitário – e o poder do indivíduo – tendencialmente restrito e centrado em interesses particulares. Foi, de facto, uma conquista, no sentido da construção de uma sociedade mais justa, capaz de equilibrar o interesse da coletividade com o direito dos cidadãos. Uma das graves questões do nosso tempo centra-se exactamente na relação do Estado com os cidadãos, de um Estado prestador de serviços, através da administração pública a esses mesmos cidadãos, seus "clientes", e ainda de um Estado, entidade de defesa de direitos individuais contra as oligarquias e as corporações. Como, na sua opinião, pode (deve) o Estado melhorar a sua relação com os cidadãos.**

– Não consigo imaginar um Estado a funcionar sem uma proximidade com os cidadãos e sem mecanismos eficazes de permanente escuta da sociedade e de escrutínio das suas instituições e políticas, das suas acções e falhas.
Há países, como os Estados Unidos e o Reino Unido, em que os deputados têm linhas abertas para ouvir e receber os cidadãos que individualmente ou em grupo queiram partilhar ideias, sugestões, reivindicações. Trata-se de um exercício de troca de informações e de ideias absolutamente fundamental, pois obriga os deputados a inteirarem-se dos temas e a estudarem alternativas, a dialogarem, a responderem pelas políticas e leis em que votam, a tomarem posição perante pessoas em concreto e não perante uma massa anónima de eleitores.
Não nos enganemos, isto não garante que os cidadãos sejam de facto ouvidos, que as políticas sejam alteradas, que os políticos mudem de opinião em favor do todo. Mas, pelo menos, abre um espaço de diálogo e de exposição de valores e ideias que de outro modo se ficaria por um email, por meras palavras escritas sem rosto ou por tomadas de posição coletivas.
Este exercício de escuta deveria ser aplicado às instituições do Estado – é verdade que algumas até podem ter linhas de apoio, provedorias, mas é algo que raramente funciona de forma eficaz.
Fóruns, debates, assembleias, decisões partilhadas: não são poucos os teóricos e práticos em todo o mundo que se debruçaram sobre as melhores formas de chegar aos cidadãos e de melhorar a participação democrática de todos.
Essencial seria implementar, numa lógica horizontal, estes mecanismos com a consciência de que não basta dizer que se ouve, é preciso escutar efectivamente.

**– As sociedades e os seres humanos não conseguem manter a sua coesão sem uma visão de futuro, sem uma esperança, aquela esperança que, podendo ser embora um projecto individual ou familiar, é sempre, no entanto e também, um projecto político. O que, quanto a si, deve ser entendido como elemento mobilizador, como farol de esperança para Portugal? Serão, no caso, a cultura, o ambiente, a organização do trabalho, a educação, as relações interculturais, as novas famílias, as novas "aldeias"?**

– Nenhuma mudança se fará sem os cidadãos, e em particular sem os cidadãos que são alvo de discriminações: é preciso que sejam ouvidos e que estejam na liderança dos processos.
Assistimos, hoje, a uma maior visibilidade dos movimentos sociais que lutam pela igualdade e pela liberdade e autodeterminação de grupos minoritários e discriminados ao longo de séculos.
Foi um marco a mobilização em torno do movimento *Black Lives Matter* que, em plena pandemia, levou milhares de pessoas, muitos jovens, às ruas de todo o mundo, e às ruas de Lisboa.
As lutas que são travadas diariamente por muitos nas suas vidas, e que agora começam a ser escutadas por quem durante anos não quis ouvir, devem ser as de todos nós. O dinamismo, a força, a acutilância e o espírito crítico destes movimentos são um motivo de esperança de que um outro projecto para a sociedade portuguesa é possível.

* Jornalista, professor universitário

** Coronel na reforma, escritor e sócio fundador da A25A

e São Tomé e Príncipe, entre Novembro de 2015 e Março de 2016 (40 anos depois da descolonização), pretendeu ser uma reflexão sobre "o papel dos portugueses enquanto colonizadores e, especificamente, sobre a sua responsabilidade no desequilíbrio das relações raciais sobre brancos e negros, bem como sobre a sua responsabilidade na criação e na persistência do racismo". Em 2018, publicou Racismo no país dos brancos costumes, uma compilação de textos de uma investigação jornalística sobre racismo contra afrodescendentes e desigualdades sociais. É frequentemente convidada por universidades (portuguesas e estrangeiras), institutos e organismos culturais para proferir conferências e participar em debates.
De referir, entre os inúmeros prémios com que tem sido distinguida ao longo da carreira, o Prémio de Comunicação (imprensa) "Pela Diversidade Cultural", do Alto Comissariado para as Migrações (2015 e 2017); o Prémio AMI – Jornalismo contra a Indiferença (2017); o Prémio Gazeta de Imprensa, do Clube de Jornalistas (2017); o Prémio de Jornalismo de Direitos Humanos e Integração (imprensa), da Comissão Nacional da UNESCO (2017 e 2018) e o Prémio "Coração com Coroa" (2018), destinado a jornalistas que promovem o conhecimento, informação, sensibilização e proteção dos Direitos Humanos. Pelo conjunto das suas reportagens e pela obra Racismo em português, onde se debruça aprofundadamente sobre o modo "como se manifestam as desigualdades em Portugal, em diversas áreas (da habitação ao emprego ou à educação)", a Assembleia da República atribuiu-lhe, em 2018, a medalha de ouro de Direitos Humanos.

# UNIÃO EUROPEIA NUMA ENCRUZILHADA

Tony da Silva, Lusa

Os dirigentes europeus parecem não entender a encruzilhada histórica com que se depara a União Europeia. Na foto, a presidente da Comissão Europeia, Ursula Gertrud von der Leyen

**Veremos se a guerra na Ucrânia não será o prego no caixão das relações da União Europeia com a China. Apesar das incertezas quanto ao futuro cenário que vier a prevalecer, os europeus parecem ser perdedores nesta contenda**

**CARLOS BRANCO***

NO MOMENTO EM QUE a guerra regressa ao velho continente, impõe-se uma reflexão sobre o futuro da União Europeia (UE). Ainda a recuperar das feridas causadas pela doença da Covid-19, a Europa viu-se envolvida numa confrontação geoestratégica entre as grandes potências do planeta, com o intuito de reverem entre elas a atual distribuição de forças. Embora os dirigentes europeus repitam o desejo de tornar a UE num ator global dotado de autonomia estratégica, a Covid e a recente convulsão causada pelo conflito na Ucrânia trouxeram à tona de água uma série de dependências em setores estratégicos importantes, como o dos metais e minerais críticos e o energético, ao que se soma a quebra nas cadeias de abastecimento, podendo assim comprometer a concretização daqueles dois objetivos. Autonomia não joga com dependência. A forma como a UE lidar com estes desafios determinará o seu futuro papel no mundo.

Abordaremos sumariamente, neste texto, algumas das dependências europeias naqueles domínios, que, a não serem convenientemente atendidas, poderão inviabilizar a ambição de a UE se tornar, não só num ator geoestratégico de primeira dimensão, como conduzir ao seu definhamento e irrelevância internacional, tornando-a num anão geopolítico. Falamos sobretudo das matérias-primas críticas, necessárias à transição energética e tecnológica que nos está a bater à porta. As guerras entre grandes potências têm sempre como consequência novos arranjos de forças. Umas ganham, outras perdem. Importa, pois, perceber antecipadamente quais poderão ser os resultados deste conflito para a Europa.

## OPÇÕES GEOESTRATÉGICAS DIFÍCEIS

O tema é da maior pertinência no contexto geopolítico em que vivemos, com os EUA a procurarem manter o *status quo* e a alargar o seu poder e influência à escala mundial, e as potências revisionistas, procurando alterar a presente correlação de forças, tornando-a menos assimétrica. Onde se pretende situar a UE nesta luta de titãs? Pretende ser um polo de poder com atuação planetária e objetivos geoestratégicos muito concretos e precisos, em que atuação global e autonomia estratégica andam de mãos dadas, com capacidade para participar na construção de uma ordem securitária, apoiada numa grande estratégia, em particular uma estratégia militar? Por outras palavras, pretende a UE ser um *inter pares* dos restantes atores maiores da cena internacional, ou apenas desempenhar um papel secundário e subordinado, funcionando como apêndice de um outro projeto hegemónico de alcance mundial?

A ambição da UE se tornar num ator global dotado de autonomia estratégica foi anunciada e tem vindo a ser reiterada em inúmeras ocasiões e documentos. Essa intenção foi novamente anunciada no chamado "Compasso Estratégico", em março de 2022. Embora fossem estabelecidos nesse documento os princípios, as prioridades e os objetivos da ação externa da UE, ele era omisso nas questões que nos parecem cruciais para se obter a tão propalada autonomia. O mais longe a que se chegou, foi admitir que a tão pretendida autonomia não se devia limitar ao setor da segurança e defesa, mas alargar-se a outros domínios.

A essa ambição autonómica europeia contrapõe-se, de certo modo, o projeto hegemónico norte-americano que procura impedir a emergência de um polo de poder geoestratégico rival e concorrente, mesmo na Europa.

Como afirmava Zbigniew Brzezinski, "o modo como a América lida com as complexas relações de poder eurasiáticas – particularmente impedir o surgimento de uma potência eurasiática dominante e antagónica – permanece

central no esforço dos EUA para obter a primazia global. É fundamental para os EUA impedir a emergência de um desafiador eurasiático, capaz de dominar toda a região eurasiática e assim também de desafiar a América. O nosso [norte-americano] primeiro objetivo é impedir o ressurgimento de um novo rival, seja no território da ex-União Soviética ou noutro lugar, que possa representar uma ameaça da natureza semelhante à da antiga União Soviética."

Na mesma linha, Paul Wolfowitz afirmava que "o departamento de Defesa garantia que a missão política e militar dos EUA na era pós-guerra fria será a de assegurar que nenhuma superpotência rival possa emergir na Europa Ocidental, Ásia ou território da antiga União Soviética." Se as opções geoestratégicas da UE já não eram fáceis, tornaram-se muito mais complicadas com a guerra na Ucrânia.

## QUANDO O CERTO SE TORNA INCERTO

O tema da(s) dependência(s) europeia(s) tem sido objeto de estudo, a nosso ver insuficiente dada a sua capital importância para o futuro da UE, não só para a sua sobrevivência mas também para a sua afirmação como ator internacional relevante. Neste texto debruçar-nos-emos primordialmente sobre as dependências europeias da Rússia e da China, as potências desafiadoras da ordem, mas também sobre os efeitos que esta guerra poderá provocar no comércio internacional e nas cadeias de abastecimento que lhe estão subjacentes, assim como reavaliar o mérito até aqui inquestionável da interdependência económica global.

Parece que as redes produtivas criadas pela globalização acentuaram a conflitualidade e a luta pelo poder, em vez de promoverem a cooperação. O modelo económico assente na especialização do trabalho entre países criou eficiências, mas também grandes vulnerabilidades, que se encontram à vista de todos. A Covid-19 e a guerra na Ucrânia poderão terminar com a globalização, tal como a conhecemos hoje.

O debate torna-se mais premente quando falamos de transição energética e tecnológica. Falamos das novas tecnologias altamente exigentes na utilização de dados (comunicações móveis de quinta geração, inteligência artificial, *quantum computing*, robotização, biotecnologia, veículos sem condutor, aparelhos médicos de alta performance, a designada "internet das coisas" e as indústrias de defesa) que vão definir os termos do futuro paradigma tecnológico e industrial.

Um relatório efetuado no âmbito da Comissão Europeia identificava 137 dependências da União. Dessas, 52% tinham origem na China, e apenas 3% na Rússia. Por si só, a contabilização é um instrumento de análise insuficiente, se não estabelecermos uma relação com a natureza do impacto de cada uma delas. Preocupar-nos-emos fundamentalmente com as de maior impacto na transição energética e tecnológica.

Um dos aspetos que os sete meses de guerra parecem tornar evidente é o facto de o modelo de desenvolvimento económico europeu assente em matérias-primas baratas, que lhe permitiam obter vantagens competitivas no mercado global e no setor de serviços, em detrimento do setor industrial e das *commodities,* parece estar esgotado. O setor de serviços representa cerca de 77% da economia nos EUA, e 70% na economia da União, enquanto na Rússia e na China essa cifra é consideravelmente menor em benefício da indústria. A crise provocada pela Covid e pela guerra na Ucrânia está a evidenciar que o que costumávamos dar como certo - a indústria e as *commodities* -, o lado antiquado da economia comparado com os novos e brilhantes "serviços", afinal pode não ser assim tão certo. A Covid foi bastante eficaz nessa lembrança.

## AS INDÚSTRIAS DO FUTURO

Como atrás ficou sublinhado, o futuro da Europa dependerá do modo como se conseguir posicionar relativamente às indústrias do futuro. As relações tensas entre a China e os EUA, a crise do Covid-19 e a guerra na Ucrânia trouxeram à tona de água uma série de dependências europeias em matéria de comércio, investimento e cadeias de abastecimentos.

Sem a possibilidade de aceder às matérias-primas baratas que o colonialismo permitia e ao gás russo barato (e outros produtos), está a ser difícil à Europa implementar um sistema industrial vencedor e competir com vantagens nos mercados globais. A guerra veio demonstrar que afinal a economia russa é mais importante do que se pensava.

A Europa tem pela frente dois problemas incontornáveis: a transição energética e industrial. Em matéria de energias renováveis, eletrónica e digital e indústrias intensivas em energia, a UE está fortemente dependente de matérias-primas de que não dispõe. A mesma dificuldade surge noutros setores, como na saúde, onde os ingredientes para a produção de medicamentos são provenientes de outras latitudes que não a europeia. Quando falamos, por exemplo, em energia solar, os 10 maiores fabricantes mundiais encontram-se quase todos na Ásia. A China domina na fabricação de painéis solares (96% em *wafers*; 77% nas células, Europa 0%; e 70% em módulos, Europa 2%).

**EM MATÉRIA DE ENERGIAS RENOVÁVEIS, ELETRÓNICA E DIGITAL E INDÚSTRIAS INTENSIVAS EM ENERGIA, A UE ESTÁ FORTEMENTE DEPENDENTE DE MATÉRIAS-PRIMAS DE QUE NÃO DISPÕE**

Noutras matérias igualmente cruciais, o atraso europeu é evidente: o maior fornecedor europeu de serviços de *Cloud* atinge menos de 1% do mercado europeu; a esmagadora maioria das grandes empresas tecnológicas são americanas (Apple, Microsoft, Google/Alphabet, Amazon, Tesla, Intel, Meta/Facebook), não existindo empresas europeias com capacidade para rivalizar; em matéria de cibersegurança, os EUA têm a liderança. Das 500 empresas globais de cibersegurança, as norte-americanas ocupam cerca de 74,5% do mercado, enquanto a Europa apenas 13,8%.

Os produtos associados às tecnologias em ascensão - smartphones, tablets, TVs digitais, infraestruturas de comunicações sem fio, *hardware* de

rede e todos os outros bens que usam computadores – necessitam de semicondutores. A nível mundial, não existem fabricantes europeus deste crucial mercado nos 10 primeiros lugares (dados de 2017). A UE está a tentar entrar na primeira liga global de fabricação de semicondutores, tendo estabelecido o ambicioso objetivo de duplicar a sua participação no mercado global até 2030, o que requer investimentos colossais.

Embora a Europa disponha de pontos fortes nalguns elos da cadeia de valor dos semicondutores, está muito atrás da Ásia, sobretudo quando se trata de *chips* mais sofisticados. Existem poucas fábricas na Europa com capacidade para fabricar *chips* com menos de 22 nm (nanómetros), excetuando o caso da Intel, na Irlanda, onde existe capacidade para fabricar 14 nm, e a empresa procura tecnologia para 7 nm.

A UE está a fazer um esforço considerável para reduzir o atraso, tendo a Comissão Europeia avançado com a chamada "aliança de semicondutores", uma iniciativa público-privada destinada a comercializar novas tecnologias. A grande diferença faz-se na tecnologia dos 2nm, fundamental para sustentar as indústrias do futuro, acima referidas. E aí a UE encontra-se consideravelmente atrás.

## MATÉRIAS-PRIMAS E A ENERGIA

Mas, para se processar a transição energética e industrial, e aquelas indústrias terem existência, a União vai precisar de certas matérias-primas e energia de que não dispõe. No primeiro caso, releva-se a importância da China; no segundo, o da Rússia.

Os países europeus não surgem no topo dos países produtores de algumas das matérias-primas essenciais. Falamos, por exemplo, do tântalo, cobre, terras raras, cobalto, lítio e grafite. Apenas o Reino Unido, que não pertence à UE, aparece na lista dos maiores fornecedores de seis produtos críticos (iodo, óxido de lítio, dióxido de molibdénio, flúor, tungstatos e fósforo), mas apenas em dois deles (flúor e tungstatos, 14% e 5%, respetivamente, da produção mundial). A China domina a cadeia de valor das terras raras (extração e processamento). A contribuição mundial da UE é de 1%.

O magnésio é outra matéria-prima crítica devido às suas aplicações estratégicas. Também neste caso, os países da EU encontram-se fortemente dependentes de fontes exteriores ao espaço europeu. A sua extração está fortemente concentrada na China, com 89% da produção mundial. Em 2018, 93% das 184 mil toneladas consumidas na UE tiveram origem na China. Mas, a lista de dependências não se esgota aqui.

É nos hidrocarbonetos, em particular no gás natural, que o impacto da guerra na Ucrânia é mais imediato e onde as dependências europeias são mais evidentes. O efeito da guerra fez-se sentir nos aumentos dos preços, mas é na indústria que as consequências económicas serão mais dramáticas, uma vez que afetarão a sua competitividade, agravada pela desvalorização do Euro.

Se é verdade que a Rússia pode causar danos significativos à Europa, esta foi hábil em os ampliar. Não bastava a recusa alemã, num ato de autoflagelação, de colocar o *Nord Stream 2* em funcionamento, por pressão de Washington, empenhado em vender o seu próprio gás à Europa, bastante mais caro do que o russo, tem de se defrontar agora com a redução do fluxo do *Nord Stream 1*. Devido às sanções impostas à Rússia, as turbinas necessárias ao bom funcionamento do gasoduto, cuja manutenção tem de ser feita com regularidade no Canadá, encontram-se há semanas em território alemão, sem serem transportadas para a Rússia, onde são necessárias.

Para contrariar a dependência do gás russo barato, em que assentava o modelo de desenvolvimento económico europeu, e particularmente o alemão, a Europa terá de procurar outras dependências, naturalmente mais caras e mais voláteis. Como se isso não bastasse, cabe aos EUA, à Rússia e às China dispor de maior capacidade de refinação, sendo os EUA e a Rússia os dois maiores exportadores de diesel, responsáveis por cerca de 22% do comércio mundial. No fim, a Europa acaba por comprar gás russo através da China.

## À GUISA DE CONCLUSÃO

A Europa terá de reagir rapidamente às consequências da dissociação económica com a Rússia e ao agravamento das suas relações políticas e económicas com a China. O caminho da transição energética e tecnológica que pretende trilhar não só não vai diminuir as suas dependências como vai agravá-las, uma vez que ficará mais dependente, mas agora da China, em vez da Rússia. A Europa terá de aprender a viver com essas dependências permanentes. Terá de se preparar para isso.

Os dirigentes europeus parecem não entender a encruzilhada histórica com que se depara a UE. Encontra-se mais próxima de se tornar um apêndice do projeto hegemónico norte-americano do que de se transformar num ator organizador da ordem mundial, afastando-se irreversivelmente da Rússia e da China.

**PARA CONTRARIAR A DEPENDÊNCIA DO GÁS RUSSO BARATO, A EUROPA TERÁ DE PROCURAR OUTRAS DEPENDÊNCIAS, NATURALMENTE MAIS CARAS E MAIS VOLÁTEIS**

A assinatura do acordo sobre investimentos com a China, em 30 de dezembro de 2020, era benéfico para a Europa e fazia sentido do ponto de vista geopolítico. Não só era uma expressão da sua autonomia estratégica, como lhe permitia comportar-se como um *inter pares* nas relações com os EUA e a China, sem que isso representasse equidistância política dos EUA e da China.

Mas a ratificação do acordo pelo lado europeu não prevaleceu, comprometendo decisivamente o aprofundamento das relações do bloco com a China. Veremos se a guerra na Ucrânia não será o prego no caixão das relações da UE com a China. Apesar das incertezas quanto ao futuro cenário que vier a prevalecer, os europeus parecem ser perdedores nesta contenda. A energia cara e acesso limitado às matérias-primas das novas indústrias não prognosticam um futuro risonho. A ausência da cultura de pragmatismo pode sair-lhe cara.

* Major-general na reserva, membro da Direção da A25A

Direitos reservados

City de Londres (na imagem) tal como Wall Street, em Nova Iorque, são centros financeiros por onde passa muito dinheiro sem o controlo das autoridades fiscais

# PARAÍSOS FISCAIS

**O que têm em comum os Panamá Papers, o BES, a Wall Street, a City de Londres, o tráfico de armas, o narcotráfico, a Apple, o Facebook, a Google, os vistos Gold? Todos têm, ou tiveram, ligações privilegiadas com os chamados paraísos fiscais**

ARMANDO J. GARCIA PIRES*

A ORIGEM DO NOME paraíso fiscal é intrigante. Em inglês são denominados por *Tax Havens* (refúgios fiscais). Há quem diga que houve uma confusão de *heaven* (paraíso) com *haven* (refúgio). Talvez a ideia venha antes de que no paraíso não se paga impostos. Realmente ninguém gosta de pagar impostos. Já diz a velha máxima: na vida só duas coisas são certas, a morte e os impostos. Os paraísos fiscais, no entanto, apostam tudo para que os impostos não sejam uma inevitabilidade. Mas este luxo está reservado à minoria dos ricos e poderosos. Estes, aliás, parecem preferir morrer a ter que pagar impostos. Segundo algumas estimativas, gastam mais em advogados e contabilistas para planeamento fiscal do que gastariam se simplesmente pagassem os impostos que devem.

Percebe-se que os impostos não sejam amados, embora haja uma diferença entre países (ver o inquérito *European Social Survey*). No norte da Europa (principalmente Escandinávia), as pessoas parecem dispostas a pagar mais impostos a troco de mais e melhores serviços públicos. No sul da Europa tal não acontece. Talvez se pense que os serviços públicos se auto-financiam, ou, então, que os seus impostos não são bem usados. No entanto, todos parecem concordar que os serviços públicos são essenciais para o bem-estar social e funcionamento da economia. Quem gosta de ler nas notícias que faltam médicos, que as maternidades estão fechadas, que as escolas não têm professores suficientes?

Mesmo assim, à parte algumas organizações não governamentais (*International Tax Justice* e *Transparency International*), a questão dos paraísos fiscais não parece inquietar muito a opinião pública. Que se saiba, nunca se fez uma grande manifestação contra os paraísos fiscais. É certo que, de vez em quando, aparecem notícias nos jornais sobre os paraísos fiscais, mas segundo as estatísticas existentes sobre o tráfego de notícias na *net*, estas notícias nunca se encontram entre as mais visitadas. Liberdade de imprensa por si só não faz uma sociedade mais justa, se a sociedade não lutar ela também por mais justiça.

Compreende-se que muita gente boceje de aborrecimento com as contas dos paraísos fiscais. Mas porquê então o interesse pela família real britânica, ou as *Kardashian* ou outras ninharias das redes sociais? A fuga de capitais para os paraísos fiscais retira fundos que poderiam financiar os serviços públicos e iria permitir baixar a carga fiscal para todos. Por exemplo, num país como a Noruega, a quantidade de dinheiro anualmente enviado para paraísos fiscais seria o suficiente para pagar todo o orçamento anual da saúde. Nem o interesse próprio parece, portanto, fazer mover as pessoas no que respeita aos paraísos fiscais.

## CIÊNCIA SINISTRA

Adiciona-se a isto, a visão que a economia – na calha da influente ciência conhecida em inglês como a (ciência sinistra) - tem acerca dos impostos sobre o capital. Este termo, *dismal science*, é atribuído a Thomas Carlyle (filósofo escocês), que não morria de amores pela economia. Talvez por boas razões. Se não, veja-se: uma das conhecidas teorias da economia é que para maximizar o óptimo social (isto é, atingir a melhor situação económica possível), deve-se praticar uma taxa zero de impostos sobre o capital. A ideia é muito simples, tal como todas as ideias da economia ortodoxa. Os impostos desincentivam o investimento. Logo, não se deve taxar o capital - se queremos investimento numa economia, e, assim, crescimento e menos desemprego.

Quem advoga esta posição, com base nesta teoria,

esquece-se, no entanto, de duas coisas. Primeiro, quem tem vocação de empreendedor "sofre" de uma condição conhecida por *animal spirits* (Joseph Schumpeter, economista austríaco do início do século XX). Como o nome indica, um empreendedor tem uma espécie de instinto animal para os negócios, e não consegue viver sem investir para vencer a concorrência. Isto é bem exemplificado pelo dito de Steve Jobs: "Ser o homem mais rico do cemitério não é o que mais importa; ir para a cama à noite pensando que fizemos algo maravilhoso é o que realmente me preocupa". Mas será que, apesar dos empreendedores serem assim, reduzir os impostos ao capital promove de qualquer forma o investimento? Como argumenta o nobel da economia Paul Krugman, em *Talking with Zombies*, quase todos os exemplos de cortes nos impostos ao capital não conduziram a mais investimento. Além disso, os países com impostos mais altos, têm mais investimento. Porquê? Porque estes são países mais desenvolvidos e outros factores, além dos impostos, pesam no investimento privado, como direitos de propriedade intelectual, capital humano, legislação, estabilidade e infraestruturas.

Em segundo lugar, o resultado da taxa zero de impostos sobre o capital é derivado de um modelo bastante estilizado da economia: todos os agentes são racionais e neutros em relação ao risco (isto é, gostam de arriscar no investimento); todos os agentes têm informação perfeita (completa) sobre o estado da economia e investimentos; não há outro tipo de distorções na economia (por exemplo corrupção); o mercado de trabalho funciona perfeitamente (só não trabalha quem não quer); e

**NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, TEM DECRESCIDO OS IMPOSTOS SOBRE O CAPITAL DEVIDO À CONCORRÊNCIA FISCAL INTERNACIONAL PARA ATRAIR INVESTIMENTO ESTRANGEIRO**

todas as empresas operam em concorrência perfeita (as empresas têm a mesma produtividade e, admirem-se, não têm lucros). Uma economia onde tudo isto se verificasse seria sem dúvida um paraíso. Como tal, não seria de admirar que não se precisasse de pagar impostos.

O leitor atento facilmente terá concluído: "mas, se estas coisas não acontecem na economia real, então também não podemos dar valor à conclusão da taxa zero de impostos sobre o capital!". Devemos, no entanto, ler nas entrelinhas do que o *soundbyte* da taxa zero de impostos sobre o capital quer propagandear: os impostos devem ser mantidos ao mínimo para fomentar o investimento (não interessa pensar em quem vai pagar os hospitais e as escolas, ou melhor interessa, ou seja, os impostos sobre o trabalho).

De facto, nas últimas décadas, os impostos sobre o capital têm decrescido, devido à concorrência fiscal internacional para atrair investimento estrangeiro. No entanto, como todos os países baixaram os impostos sobre o capital (anulando-se uns aos outros), poucos países conseguiram ganhar com isso. Esta política, feita com o objectivo de *Beggar-Thy-Neighbor* (empobrecer o vizinho), empobreceu na realidade quase todos. Já sabemos quem ficou a ganhar: o capital, (mas este fica sempre), e os países que baixaram os impostos do capital para zero ou perto de zero. Aqui entram então os chamados paraísos fiscais, que entre outras coisas, praticam taxas de imposto ao capital nulas ou quase nulas.

## CAIXAS DE CORREIO

O modelo de negócio dos paraísos fiscais assenta nos seguintes pilares. Primeiro, a existência de dois regimes fiscais, um para os nacionais, com uma tributação normal, e um outro para os estrangeiros, com tributação baixa ou nula (chamado *ring-fencing*). Segundo, o segredo fiscal, no qual se incluem leis de segredo bancário. É a possibilidade de registar empresas sem se conhecerem os seus donos, com baixa supervisão financeira e bancária. A maior parte das empresas registadas em paraísos fiscais são, na realidade empresas fantasmas, ou seja, não têm qualquer actividade física ou económica nos paraísos fiscais. A título de exemplo, uma única caixa de correio num paraíso fiscal pode ser a morada fiscal de centenas (por vezes milhares) de empresas. Sim, estou a falar das caixas de correio normais que cada um de nós tem na sua casa. Alguém já viu uma empresa do tamanho de uma caixa de correio? Não? Imaginem, mil!

Tendo em conta esta definição, pode considerar-se várias jurisdições como paraísos fiscais. A título de exemplo (para uma perspectiva mais completa ver a lista mantida pelo economista James R. Hines Jr.): o Panamá, as ilhas Jersey, as Bermudas, a ilha de Man, as ilhas Virgens Britânicas, as ilhas Cayman (estas duas últimas conhecidas como o segundo império Britânico), o Porto Rico, a Suíça, a Irlanda, o Luxemburgo, o Liechtenstein, a Holanda, e o estado de Delaware - nos EUA. Os países ricos podem criticar os paraísos fiscais, mas, como se vê, alguns deles são também paraísos fiscais.

Para perceber a dimensão destes paraísos, tome-se o exemplo do Panamá. Este país tem registadas cerca de 370 mil empresas internacionais, o terceiro maior número do mundo depois das Ilhas Virgens Britânicas e Hong Kong. O sistema bancário do Panamá é o maior da América Central, com activos consolidados três vezes superiores ao PIB do Panamá, e um sector financeiro que representa cerca de 8% do seu PIB. Isso faz com que o sector financeiro do Panamá, em termos de peso no PIB, supere o de países desenvolvidos como os EUA, a Itália e o Japão. Além disso, a zona franca do Panamá tornou-se um ponto de lavagem de dinheiro para terroristas e traficantes de drogas colombianos. O exemplo do Panamá mostra que os paraísos fiscais são como o fígado de um pato para patê: têm um sistema financeiro mais que sobredimensionado para a dimensão da economia real do país. São também um refúgio para actividades ilegais.

A existência destes paraísos fiscais só é possível porque existe um *lobby* forte das multinacionais, do sector financeiro e bancário, dos poderosos, dos políticos, das sociedades de advogados, agentes imobiliários, e dos ricos. Tal é facilitado por uma legislação internacional com falhas, que

podem ser exploradas legal ou ilegalmente pelos interessados. É de todos sabido que multinacionais como a Google, a Apple, a Disney, a Pepsi, a Coca Cola, a IKEA, pagam (ou pagaram no passado), nalguns países, uma taxa efectiva de imposto abaixo de um por cento, e isto sem cometerem aparentemente nenhuma ilegalidade.

É também conhecida a forma como as multinacionais conseguem pagar impostos tão baixos. Primeiro, as multinacionais são em termos legais várias empresas divididas por países (por exemplo, Apple USA, Apple Reino Unido, Apple Irlanda, Apple Bermudas, e por aí fora). Segundo, como cada destas *empresas* é uma unidade legalmente independente, basta à multinacional *transferir* os lucros (*profit shifting*) dos países com impostos altos para países com impostos baixos, os paraísos fiscais, para desta forma não pagar impostos nos primeiros (os impostos são determinados com base nos lucros: não há lucros, não há lugar a imposto). A transferência de lucros para paraísos fiscais pode ser feita, por exemplo, registando a propriedade intelectual (como marcas e patentes) em paraísos fiscais aos quais as outras filiais da multinacional têm que pagar *royalties*. Por exemplo, a multinacional X Portugal paga à multinacional X Panamá pelo uso da marca Multinacional X e, como resultado deste pagamento, a Multinacional X Portugal não tem lucros e não paga impostos em Portugal. Estima-se que o valor anual destas transferências de lucros para paraísos fiscais seja cerca de 1380 mil milhões de dólares, o que equivale a uma perda anual de impostos de 250 mil milhões de dólares.

Se, no caso das multinacionais, as formas de pagar menos impostos são mais ou menos legais, já no caso dos privados tal não é normalmente o caso. Nestes, os mecanismos usados para não pagarem impostos envolve muitas vezes o registo anónimo de capital em paraísos fiscais, para que o país de origem nunca possa encontrar o rasto deste dinheiro. Isto permite, entre outras coisas, que os paraísos fiscais sejam usados, como já se referiu, para a fuga aos impostos, lavagem de dinheiro de terrorismo, de venda de armas, de tráfico de droga, de crime organizado e de corrupção.

## INJUSTIÇAS

Os paraísos fiscais levantam várias questões. Primeiro, a injustiça: a maioria das pessoas paga taxas de impostos muito mais elevadas do que as pagas pelas multinacionais e pelos privados ricos. Segundo, a ética-moral: alguns enriquecem sem contribuírem o que deviam para a sociedade, principalmente numa altura em que as finanças dos países passam tantas dificuldades. Terceiro, a concorrência desleal: as empresas de menor dimensão não têm possibilidade de fugir, de forma legal, aos impostos. Quarto, a legalidade: os paraísos fiscais permitem o florescimento de actividades criminosas. Quinto, a liberdade: estas jurisdições suportam muitos déspotas de regimes autoritários.

Apesar de ser um problema espinhoso, todos sabem quais as medidas a implementar no combate aos paraísos fiscais. Primeiro, maior cooperação internacional na troca de informação tributária. Isto tornará possível encontrar provas da fuga aos impostos, da lavagem de dinheiro e de outros crimes económicos. Segundo, abolir o *ring-fencing*, sem o qual os paraísos fiscais terão menos hipóteses de praticar impostos baixos. Terceiro, exigir que todos os países tenham um registo público de todos os accionistas, membros de empresas e fundações. Com esta transparência será mais difícil escudar-se no anonimato para cometer crimes fiscais. Quarto, requerer que as empresas multinacionais apresentem contas por país (chamado *country-by-country reporting*). Deste modo, passa a ser do conhecimento público as taxas efectivas de imposto pagas pelas grandes multinacionais em relação ao que facturam em cada país. Quinto, para apuramento de impostos das empresas multinacionais deve-se ter em consideração não só os lucros declarados, uma vez que estes podem ser transferidos para paraísos fiscais, mas também as vendas e o emprego. Com esta medida procura-se que as multinacionais paguem impostos onde a actividade económica tem lugar, e não onde tem a caixa de correio. Sexto, deve ser proibida a existência de empresas que não são mais que uma caixa de correio. Só assim se pode evitar a existência de empresas sem qualquer actividade real. Sétimo, deve-se financiar adequadamente as agências encarregadas de perseguir o crime económico. Por exemplo, o orçamento das agências incumbidas de combater o crime económico, na Inglaterra, é equivalente a menos de 1% do que é lavado anualmente no país (cerca de 100 mil milhões de libras). Por último, a responsabilização dos demais facilitadores da fuga aos impostos, como os advogados e agentes imobiliários. Muitos destes facilitadores chegam a usar tácticas de intimidação e ameaças sobre aqueles que denunciam crimes fiscais.

Em prol da verdade, nos últimos anos várias iniciativas têm sido levadas a cabo para dificultar as operações dos paraísos fiscais. Por exemplo, nos EUA a "Lei de Conformidade Tributária de Contas Estrangeiras" (FATCA), na UE a "Common Consolidated Corporate Tax Base", e, na OCDE, o "Modelo para troca de informações tributárias" (CRS). No entanto, algumas destas iniciativas, apesar das boas intenções, tem tido um impacto reduzido. Como, aliás, se percebeu recentemente aquando da guerra na Ucrânia: os oligarcas russos existem também devido ao sistema financeiro ocidental, daí se chamar *Londongrad* a Londres.

Infelizmente os paraísos fiscais não vão acabar de um dia para o outro. Primeiro, a concorrência fiscal internacional entre países é demasiado apetecível, dificultando a cooperação internacional. Segundo, haverá sempre forma de encontrar buracos na lei para fugir aos impostos. Terceiro, o lóbi pró-paraísos fiscais é demasiado forte, o que exige uma vontade política gigantesca para enfrentar interesses instalados. Quarto, com a pandemia, e agora com a guerra na Ucrânia, é de esperar que o combate ao crime fiscal perca alguma urgência, pois outras prioridades se levantam. Mesmo assim, revela-se indispensável procurar minimizar o impacto dos paraísos fiscais, porque estes não só esvaziam os cofres dos estados (e como tal dos sistemas sociais de saúde e educação), mas também financiam as actividades de criminosos, de terroristas, a guerra, e suportam regimes não democráticos em todo o mundo.

* Professor na Norwegian School of Economics (NHH), em Bergen, sócio da A25A.

# O FUTURO DA CIÊNCIA

José Sena Goulão, Lusa

Mariano Gago foi o primeiro titular de um cargo ministerial vocacionado exclusivamente para a área da ciência e da tecnologia

**Os problemas globais são encarados de uma forma cada vez mais "egoísta" pelas nações, sendo notório o caminho para a autossustentabilidade dos recursos, porque a "aldeia global" já não funciona. Tudo depende dos regimes políticos. Escrever e dissertar sobre o futuro da ciência em setembro de 2022 é (incrivelmente? assustadoramente?) diferente do que seria se esta reflexão tivesse sido feita em fevereiro do mesmo ano**

**ANA AMOROSO DAS NEVES***

JOSÉ MARIANO GAGO, em 1995, foi nomeado Ministro da Ciência e da Tecnologia do XIII Governo Constitucional da República Portuguesa. Foi o primeiro titular de um cargo ministerial vocacionado exclusivamente para a área da ciência e da tecnologia, tendo assumido a responsabilidade de coordenação da política científica e tecnológica, bem como da política para a sociedade da informação. Como sua assessora para as relações internacionais, acompanhei-o na sua missão de abrir Portugal ao mundo, com a adesão sistemática às principais organizações internacionais de ciência e tecnologia[1], e à assinatura de inúmeros acordos bilaterais que associavam sempre a sociedade da informação. Era colocar Portugal no mundo e o mundo em Portugal, na área da ciência. Estava a caminhar-se freneticamente para a sociedade do conhecimento, onde a investigação, a tecnologia e o acesso a enormes quantidades de informação que as tecnologias de informação e comunicação propiciavam, a par da massificação da internet, faziam parte de um novo paradigma. Estávamos a entrar num novo patamar civilizacional.

Em 23-24 de março de 2000, no n.º 5 das conclusões do Conselho Europeu de Lisboa, durante a presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, escreveu-se:

"A União atribuiu-se hoje ***um novo objectivo estratégico*** para a próxima década: *tornar-se na economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva do mundo, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social*. A consecução deste objectivo pressupõe uma ***estratégia global*** que vise:

– preparar a transição para uma economia e uma sociedade baseadas no conhecimento, através da aplicação de melhores políticas no domínio da sociedade da informação e da I&D (Investigação e Desenvolvimento), bem como da aceleração do processo de reforma estrutural para fomentar a competitividade e a inovação e da conclusão do mercado interno (...)."

1 Portugal tinha, até então, apenas aderido ao CERN ("European Organization for Nuclear Research"), em 1 de janeiro de 1986.

Setembro de 2022... quão longe estamos desse objetivo estratégico que, no início do século, preconizava a democratização da ciência, através da promoção de políticas públicas que proclamavam serem políticas para a paz! E onde o acesso à ciência e a aposta no desenvolvimento de competências para transformar informação em saber, foram sendo incrementalmente reconhecidas na tomada de decisão, enquanto se tornavam os pilares de sociedades e economias baseadas no conhecimento, na Europa e no mundo.

**QUÃO LONGE ESTAMOS DESSE OBJETIVO ESTRATÉGICO QUE, NO INÍCIO DO SÉCULO, PRECONIZAVA A DEMOCRATIZAÇÃO DA CIÊNCIA**

### A ALDEIA GLOBAL[2]

No final do séc. XX, a ideia da "aldeia global" entrava, frequentemente, nos discursos políticos, e novos estudos académicos foram sendo publicados para se perceber o conceito, na época em que a internet começou a ser massificada. A ideia primordial assentava no facto de as sociedades se depararem com problemas globais, como e.g., a poluição no mar e em terra, crises económicas, drogas e terrorismo, e na perceção de que nenhuma nação, por mais poderosa que fosse, podia resolver esses problemas sozinha. Era comumente aceite que esses problemas deveriam ser abordados multilateralmente, e compreendidos pelas pessoas em todos os lugares do mundo.

Ora, em setembro de 2022, vivemos num contexto de escassez energética porque um dos parceiros mundiais demonstrou que essa "aldeia global" já tinha deixado de existir e que o conhecimento deixou de funcionar para a paz e compreensão mútua. Em setembro de 2022, os problemas globais são encarados de uma forma cada vez mais "egoísta" pelas nações, sendo notório o caminho para a autossustentabilidade dos recursos, porque a "aldeia global" já não funciona - tudo depende dos regimes políticos. E isso influi, de forma estrutural, no futuro da ciência que tem de responder às crises pandémica, geopolítica e climática. No mundo atual, a IDTI (Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) tem de estar preparada para responder, no curtíssimo prazo, ao impensável, tentando garantir a resiliência contra fenómenos que não se anteveem nem se percecionam facilmente, os chamados "eventos raros".

Assim sendo, quando refletimos no futuro da ciência, percebemos que nunca poderemos desinvestir na investigação fundamental, na capacitação e no avanço do conhecimento intra-disciplinar e interdisciplinar, que permitam melhorar a capacidade de perceber o mundo, nas suas ínfimas componentes. Só assim saberemos que estaremos um pouco mais bem preparados para acompanhar os desafios que nos são colocados diariamente.

Na frente interdisciplinar, durante a pandemia da Covid-19, as ciências sociais tornaram-se fundamentais nos processos de compreensão do mundo. Mas as próprias ciências sociais foram alteradas pelo envolvimento com a Covid-19. Os investigadores tiveram de compreender novos problemas e como eles se desenvolvem em diferentes contextos à volta do mundo. Assistimos ao impacto das ciências sociais na pandemia e ao impacto da pandemia nas ciências sociais, abrangendo a economia, a psicologia, a sociologia, a ciência política e antropologia.

**À MEDIDA QUE A GEOPOLÍTICA SE RELACIONA CADA VEZ MAIS COM A CIÊNCIA, AS ANTIGAS REGRAS DA DIPLOMACIA CIENTÍFICA FORAM POSTAS DE LADO**

### UNIÃO EUROPEIA VS MUNDO

O Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFUE)[3] prevê que o Parlamento Europeu e o Conselho adotem um programa-quadro (PQ) plurianual de investigação, de desenvolvimento tecnológico e de demonstração (atualmente de sete anos; o atual PQ, denominado de Horizonte Europa, vigora entre 2021-2027), do qual constam todas as ações da União, na área da ciência. O financiamento da UE é complementar aos programas nacionais e visa um nível mais elevado de cooperação internacional do que pode ser alcançado através de programas bilaterais geridos pelos Estados-Membros.

A pandemia da Covid-19 apanhou a UE de surpresa, bem como o resto do mundo. Teve de lutar na cadeia de abastecimento por suplementos médicos básicos, como máscaras cirúr-

2 "Conceito desenvolvido pelo teórico canadiano , Herbert Marshall McLuhan (1911-1980), que estudou a comunicação de massas, particularmente as consequências das alterações das tecnologias da comunicação na cultura e na sociedade humanas (da escrita à imprensa e da imprensa aos media eletrónicos), para explicar a tendência de evolução do sistema mediático como elo de ligação entre os indivíduos num mundo cada vez mais pequeno perante o efeito das novas tecnologias da comunicação. McLuhan considerava que, com os novos media, o mundo se tornaria uma pequena aldeia, onde todos poderiam falar com todos e o mais insignificante dos rumores poderia ganhar uma dimensão global" *in* https://apdsi.pt/glossario/a/aldeia-global/. Com a propagação de novos média com recurso à Internet nos anos 90, o conceito de "aldeia global" das teses de McLuhan foram alvo de renovada atenção.

3 *A União tem por objetivo reforçar as suas bases científicas e tecnológicas, através da realização de um espaço europeu de investigação no qual os investigadores, os conhecimentos científicos e as tecnologias circulem livremente, fomentar o desenvolvimento da sua competitividade, incluindo a da sua indústria, bem como promover as ações de investigação consideradas necessárias ao abrigo de outros capítulos dos Tratados*; n.º 1, art.º 179.º TFUE.

Direitos reservados

BioNTech, empresa de biotecnologia alemã que codesenvolveu, com a norte-americana Pfizer, a primeira vacina aprovada contra o SARS-CoV-2. Essa vacina é agora mundialmente conhecida como a vacina Pfizer (BioNTech), sendo facilmente associada a um feito dos EUA e não de um país da UE

gicas e ventiladores, bem como por tecnologias críticas, como sejam os microchips. A guerra na Ucrânia compromete os objetivos estabelecidos na UE para 2030 em matéria de ambiente, de energia e de clima, como sejam a redução das emissões de gases com efeito de estufa e o aumento da quota das energias renováveis e da eficiência energética. Neste contexto, alguns setores da indústria estão a pedir para que o carvão seja substituído pelo gás na produção de eletricidade, a energia nuclear tenta regressar à agenda da UE, e aumenta a corrida pela energia renovável.

Não obstante, crise após crise, a UE continua a produzir alguma da melhor ciência no mundo, mas continua a não saber impor-se a nível mundial. Um exemplo muito interessante que ilustra esta constatação é o caso da BioNTech, empresa de biotecnologia alemã que codesenvolveu a primeira vacina de mRNA aprovada contra o SARS-CoV-2 (e que foi administrada pela primeira vez no Reino Unido), menos de um ano após o início da pandemia, em parceria com a empresa farmacêutica norte-americana Pfizer. Essa vacina é agora mundialmente conhecida como a vacina Pfizer (BioNTech), sendo facilmente associada a um feito dos EUA e não de um país da UE. No entanto, a ciência por detrás da vacina é 100% europeia (parcialmente financiada pelos PQs plurianuais), assim como a implantação e produção industrial para a Europa é 100% europeia. A UE irá continuar assim a procurar a soberania tecnológica, principalmente nas atuais crises pandémica, geopolítica e climática. Este é um dos elementos que continuará a fazer parte do futuro da ciência e que envolve, atualmente, algum protecionismo à investigação que é feita e apoiada pela UE. Esta é uma nova característica da cooperação internacional científica na UE, muito pouco provável de colher qualquer apoio político há cinco anos.

## CIÊNCIA E DEFESA

Quando em 2016, o Reino Unido votou a favor do Brexit e Donald Trump se tornou Presidente dos EUA, a UE lançou a ideia de um Fundo Europeu de Defesa (FED) dedicado à investigação e/ou desenvolvimento, e o Plano de Ação para as Sinergias entre as Indústrias Civil, de Defesa e Espacial, enquanto a NATO criou o *DIANA - €1B fund for high tech start-ups in dual use technologies*[4], para promover a inovação no setor, no Atlântico Norte.

**QUANDO REFLETIMOS NO FUTURO DA CIÊNCIA, PERCEBEMOS QUE NUNCA PODEREMOS DESINVESTIR NA INVESTIGAÇÃO FUNDAMENTAL**

O FED para o período 2021-2027, é hoje considerado um marco significativo para os programas de I&D militares colaborativos entre os Estados-Membros. Esta visão está articulada no Plano de Ação sobre Sinergias entre as Indústrias Civil, de Defesa e Espacial, que abriu caminho para as tecnologias de utilização dupla civil-militar para "aproveitar" todas as iniciativas e instrumentos relevantes da UE que englobam, para além do FED, os programas como Horizonte Europa, Europa Digital e Espaço, bem como o Centro de Inovação da Agência Europeia de Defesa que deverá operar de forma coerente com as iniciativas de inovação da NATO, tais como o *DIANA*. Acordado oficialmente pelos membros da NATO no início de 2022, o *DIANA* visa desenvolver tecnologias de utilização dupla, como sistemas autónomos de inteligência artificial, fabricação avançada, biotecnologias e tecnologias quânticas. As iniciativas da NATO e da UE têm semelhanças, pois ambas se concentram na inova-

4 https://www.nato.int/cps/en/natohq/news_194587.htm

ção e no apoio a empreendedores, principalmente start-ups e PMEs, e visam tecnologias emergentes e disruptivas de utilização dupla. Assim, existe um sério risco de duplicação, especialmente para os Estados-Membros da UE que também fazem parte da NATO e têm uma dupla filiação. Embora o DIANA ainda esteja a ser desenvolvido, através de projetos-piloto com início previsto para 2023, os programas direcionados para tecnologias de utilização dupla constituem uma área em que a UE tem mais experiência do que a NATO, tendo em conta a gestão dos programas Horizonte Europa (e os PQs anteriores) e o Europa Digital, bem como as sinergias militares-civis aos mesmos associados. Urge assim que as iniciativas sejam desenvolvidas em complementaridade com vista a melhores e maiores resultados nos médio e longo prazos.

## COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Algumas questões fundamentais que condicionam o futuro da ciência são:

• Sem o fim do conflito na Ucrânia à vista, como devem as instituições de Investigação e Inovação (I&I) planear o futuro?

• Existem alguns princípios básicos claros para sanções científicas que o mundo da investigação pode adotar – neste e em todos os futuros casos de tensão geopolítica?

• Como irá a crise ucraniana afetar a agenda de capacitação da UE para a Europa Central e Oriental, e como irá gerir o seu objetivo de preencher a lacuna histórica de inovação entre o Leste e o Oeste?

**NO MUNDO ATUAL EM QUE PAÍSES DEIXAM DE SER PARCEIROS CONFIÁVEIS, OS GOVERNOS ESTÃO A SUSPENDER OU A TERMINAR COM A COOPERAÇÃO**

À medida que a geopolítica se relaciona cada vez mais com a ciência, as antigas regras da diplomacia científica foram postas de lado, e Bruxelas estabeleceu uma nova regra geral para a cooperação internacional em I&I: *as open as possible, as closed as necessary*, tão aberta quanto possível, tão fechada quanto necessário, o que descreve a atual complexidade da cooperação científica ao nível internacional, encontrando-se, assim, muito mais politizada do que no início deste século.

A questão de quem pode constituir um parceiro de cooperação científica adequado baseia-se, atualmente, em termos políticos, nos valores europeus que a UE está a tentar exportar, como sejam o respeito pela dignidade humana, liberdade, democracia, igualdade, Estado de direito e direitos humanos, conforme estabelecido no Tratado de Lisboa. Mas, para a comunidade académica, os valores pela qual se pauta na colaboração científica a nível mundial são a ética, a integridade, a inclusão e a autonomia. Aqui, os valores da UE cruzam-se com os valores académicos.

A ciência é importante para criar conhecimento e compreensão cultural entre os povos

No mundo atual em que países deixam de ser parceiros confiáveis, os governos estão a suspender ou a terminar com a cooperação. As instituições de ensino superior e os centros de investigação mantêm a autonomia, mas quando o que estiver em causa forem tecnologias e projetos de investigação em áreas estratégicas, assistimos aos governos a determinar com quem podem os seus investigadores colaborar. Quando a Rússia atacou a Ucrânia, mobilizaram-se muitos governos nacionais europeus para que as suas instituições cortassem os vínculos científicos com a Rússia.

Em suma, a agenda do futuro da Ciência, neste século, contará inevitavelmente com:

– Uma influência cada vez maior da geopolítica;
– Um investimento forte em investigação fundamental (pelos setores público e privado) para que a resiliência do conhecimento permita reagir atempadamente aos "eventos raros" que cada vez mais assolam a nossa realidade;
– A crescente "utilização dupla" das tecnologias, bem como a sua regulação. O investimento em I&I em defesa deverá ser cada vez mais aceite, enquanto resposta à insegurança e ansiedade das sociedades atuais, e através de respostas regionais, como são os casos da UE e da NATO.

## CIÊNCIA E O ANTROPOCENO

Tal como é afirmado no *Human development report 2021-22*"[5] lançado em 8 de setembro, ***We live in a world of worry.***

A ciência é importante para criar conhecimento e compreensão cultural entre os povos. A abordagem antropocêntrica é premente. Pelo que, no futuro, talvez possamos voltar a falar da ciência como uma política de paz.

Setembro 2022
* Diretora do Departamento
para a Sociedade de Informação, FCT

5 UNDP (United Nations Development Programme). 2022. Human Development Report 2021-22: Uncertain Times, Unsettled Lives: Shaping our Future in a Transforming World. New York.

Paulo Cunha, Lusa

# PRIORIDADE AOS SERES VIVOS

**Os grandes desafios científicos e tecnológicos do futuro vão situar-se nas áreas da saúde e do ambiente, ou seja, na vontade de salvar os seres vivos e o planeta**

**LUÍS TODO BOM***

OS PAÍSES QUE APOSTAREM, duma forma robusta e consistente, no aprofundamento do conhecimento nas áreas da saúde e do ambiente, serão os vencedores do futuro

Serão, também, nestas áreas que se encontrarão as empresas capazes de atraírem os melhores jovens engenheiros, cientistas e tecnólogos, para actividades profissionais mais desafiantes e mais bem remuneradas.

Os desenvolvimentos tecnológicos na área da digitalização e das diferentes tecnologias de informação e comunicação, em particular, as relacionadas com a ciência dos dados e a inteligência artificial, serão instrumentais, mas essenciais para o desenvolvimento daquelas duas áreas de investigação.

Portugal tem, já, um embrião de desenvolvimento tecnológico em ambos os sectores atrás referidos, com actividades de investigação, inovação e produção industrial.

No âmbito da saúde, temos boas escolas de medicina, de farmácia, de biologia, assim como centros de investigação, hospitais e empresas farmacêuticas, de nível europeu, portuguesas e estrangeiras, a operarem a nível global.

No domínio do ambiente, temos, igualmente, boas escolas de engenharia, centros de investigação e empresas de energia, equipamentos mecânicos, eléctricos e electrónicos, que integram unidades de energia renovável.

Possuímos, também, reservas consideráveis de lítio, que nos permitirão o desenvolvimento de toda esta cadeia de valor, integrando a exploração mineira, a refinação do lítio e a produção de baterias, e estamos a acompanhar o processo de desenvolvimento das tecnologias associadas à produção de hidrogénio verde, por electrólise da água.

O desenvolvimento destas fileiras tecnológicas permitir-nos-á manter, ou mesmo incrementar, o nosso posicionamento internacional na indústria automóvel.

Temos, assim, condições ímpares para atrair empresas internacionais, com presença global nestas áreas tecnológicas, que se possam associar a empresas nacionais e utilizar os nossos engenheiros, biólogos, farmacêuticos, médicos... quebrando o actual fluxo de emigração dos nossos melhores alunos para os países do Norte da Europa.

**TEMOS CONDIÇÕES ÍMPARES PARA ATRAIR EMPRESAS INTERNACIONAIS, COM PRESENÇA GLOBAL NESTAS ÁREAS TECNOLÓGICAS**

## QUESTÃO POLÍTICA

Estando reunidas as condições técnicas e científicas, resta-nos analisar a questão política.

Este movimento, que dará um novo alento à economia do nosso país e ao desenvolvimento intelectual, profissional e individual dos nossos melhores jovens, só é possível ser implementado com um governo que promova o aumento do número de empresas, nacionais e estrangeiras, com dimensão e qualidade europeias - promotoras de empregos tecnologicamente mais sofisticados e mais bem remunerados.

Teremos, assim, mais uma oportunidade para a afirmação do nosso país na arena científica e tecnológica internacional.

*Gestor de empresas

# ESTRANHO VERÃO

Direitos reservados

**Queda de rendimentos reais, espoliação das poupanças pela inflação, ao mesmo tempo que os lucros sobem fortemente devido ao crescimento económico – a história mostra-o - são o melhor fertilizante para o crescimento de movimentos de extrema-direita**

**JOÃO FERREIRA DO AMARAL***

ESTRANHO VERÃO, este que agora acaba. Não pela meteorologia, apesar das vagas de calor que, em alguns casos, bateram recordes. Afinal, sabemos que esses fenómenos mais ou menos extremos serão cada vez mais frequentes. E embora tenha havido recordes em algumas zonas do país, a verdade é que Portugal convive, desde sempre, com verões tórridos e secos.

A estranheza do verão tem mais a ver com uma evolução económica difícil de enquadrar nos padrões habituais.

Comecemos pelo princípio. Depois de a pandemia ter sido controlada, a economia mundial e, em particular a europeia, acelerou a recuperação que já se vislumbrava no início de 2021. O resultado foi que iniciámos este ano de 2022 com boas perspectivas de crescimento económico, traduzido, em particular, na recuperação dos níveis de produção anteriores à pandemia. Inevitavelmente, dada a intensidade da recuperação, registou-se um crescimento de preços de certas matérias-primas, principalmente petróleo e gás, com alguma repercussão nos bens alimentares. Nada de anormal. Era o expectável face à rapidez da recuperação.

Surgiu então a guerra da Ucrânia e as más notícias para a economia que, como tínhamos previsto quando comentámos o inverno, surgiriam se a situação político-militar na Ucrânia se agravasse. As previsões efectivaram-se. A primavera veio mostrar que a guerra não seria nem curta nem fácil. Mas veio também anunciar que as sanções impostas pelo Ocidente e o uso da economia como arma pela Rússia iriam ter um grande impacte negativo no abastecimento de petróleo e de gás, e também de produtos alimentares, em particular cereais. Tombando sobre um já generalizado crescimento dos preços, estes efeitos da guerra vieram sustentar um forte processo inflacionista. Forte em relação ao crescimento de preços neste século, sendo certo que, apesar de tudo, níveis de crescimento de preços de oito ou nove por cento, como os que, actualmente, se registam na zona euro, não são, em geral, dramáticos. Mas podem tornar-se dramáticos em termos sociais se a capacidade de controlo da inflação for insuficiente, como iremos ver de seguida.

## COMPORTAMENTO DA ECONOMIA

Tudo isto convergiu para criar a estranheza do verão. O que tivemos (e ainda temos) no comportamento da nossa economia? Temos a continuação de um crescimento económico muito forte, acompanhado da redução da taxa

de desemprego, acompanhado também por um ritmo de crescimento de preços como não víamos há muito tempo. Temos os salários reais (isto é, o valor dos salários descontado os efeitos do crescimento dos preços) a diminuir fortemente e a taxa de juro que remunera (?) os depósitos bancários, próxima de zero, o que leva a que a taxa de juro real (isto é, descontado o crescimento dos preços) seja muito negativa. O que significa, por sua vez, que muita gente que mantém as suas poupanças em depósitos bancários está a perder, em cada dia que passa, uma parte do valor dessas poupanças. E claro, temos também um ambiente mediático em que toda a gente fala de uma crise económica.
Mas podemos verdadeiramente falar de uma crise económica quando o crescimento económico - mesmo tendo em conta que existe a recuperação de uma situação anormal devida à pandemia - é o maior deste século, e quando o desemprego diminui e se situa num nível baixo?
Do meu pondo de vista, não faz sentido, nestas condições, qualificar a situação económica actual como sendo uma crise económica. Poderemos dizer que há factores que fazem prever que, a prazo não muito longo, possa surgir uma crise económica, trazendo consigo uma recessão e com ela, o crescimento do desemprego. E podemos, sim, falar, desde já, de uma crise social.

### VAMOS VER PORQUÊ

Quanto a uma futura crise económica, a surgir – se surgir - no ano que vem ou ainda no final deste, ela pode ser causada por dificuldades de abastecimento de energia e de outros produtos, e também pelas medidas de controlo da inflação que forem sendo tomadas. Basta dar um exemplo. O combate à inflação exige que uma taxa de juro, como por exemplo a Euribor, seja, em termos reais, positiva ou, quando muito, nula. Isso significa que a taxa teria de aumentar no mínimo seis pontos percentuais para ser um factor importante na desaceleração da inflação da zona euro. Irá ser assim? Não sabemos. Mas, se o aumento da taxa de juro vier a ser tão rápido, teremos certamente um efeito muito negativo na actividade económica. Por isso, podemos dizer que, não estando nós em crise económica no final deste verão, ela espreita e podemos, em breve, sofrer uma recessão. Mas não é certo.
O que temos, por ora, é uma crise social. Mesmo com as medidas de apoio avançadas pelo governo no início de Setembro, haverá uma forte queda dos salários reais com impacte nas pensões - com queda dos salários reais, as receitas da segurança social não permitirão o aumento das pensões. Por outro lado, como se disse, tem havido e continua a haver uma perda do valor das poupanças, em especial dos pequenos aforradores, que, em grande parte, têm as suas poupanças depositadas nos bancos.
Queda de rendimentos reais, espoliação das poupanças pela inflação, ao mesmo tempo que os lucros sobem fortemente devido ao crescimento económico – a História mostra-o - são o caldo de cultura ideal para o crescimento de movimentos de extrema-direita.
Estranho verão, este.

* Professor Catedrático do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa

# AMEAÇA DA ULTRADIREITA

**Vivemos tempos de "obscuridade escura", de cortina negra que não nos deixa ver alguma luz de esperança, de utopia, de "fantasia concreta", aquela que – recorde-se Gramsci – faz um povo, o levanta e faz um movimento nacional-popular**

**JOÃO VASCONCELOS COSTA***

A ULTRADIREITA NA EUROPA é hoje uma ameaça real e as recentes eleições na Suécia e na Itália são apenas os últimos dos exemplos. Ela está instalada e fortemente em ascensão no sistema político, do norte europeu até aos países mediterrânicos e já tem força considerável em países de memória mais recente de fascismos, com o Vox, em Espanha, e o Chega, em Portugal. Em formas ainda larvares de autoritarismo reacionário, já domina a vida política da Hungria e da Polónia, e a guerra está a favorecer as mesmas tendências nos países bálticos.
Não se trata de fascismo à maneira clássica do século passado e não é intelectual nem politicamente acertado banalizar o termo fascismo. O autoritarismo, o conservadorismo, o nacionalismo, a xenofobia, a hostilidade aos não-nativos, repetem a história, mas faltam ainda dois elementos essenciais: o movimento de massas a dar força ao líder carismático e o apoio do capital.
Mas, nas raízes, há muito em comum com o fascismo. Uma crise estrutural que se agrava, mau grado o sistema ser ainda capaz de resolver crises conjunturais esporádicas; uma classe trabalhadora muito mais ampla, vítima da evolução "financeirista" e globalizante do capitalismo, com desemprego, deslocalização de empresas, mudanças tecnológicas que a marginalizam no trabalho e, por outro lado, fragilizada por perda de consciência de classe e diluição numa ainda não construída classe "para si", com consciência; estratos intermédios com perda de *status* social e em choque com a disrupção dos seus modos tradicionais de vida, com a mega "metropolização" e abandono das periferias, com a perda de qualidade de vida, com a degradação dos serviços públicos, com a ideia da política como um viveiro de corrupção e atentatório dos seus valores morais tradicionais.
A guerra da Ucrânia pode trazer graves consequências, nesta matéria. Crescem todas as condições de crise económica, com já visível aumento da inflação e com perspetivas de disrupção do mercado essencial da energia, tanto a aumentar

os preços como a causar limitações ao conforto do cidadão de baixo ou médio nível de recursos. As sanções económicas estão a ter um efeito de ricochete, penalizando fortemente os países europeus, mesmo os mais distantes do conflito.

A guerra está a arrastar-se e não se vislumbra uma solução do tipo a que estávamos habituados: rendição incondicional ou armistício. As relações de poder a nível mundial vão alterar-se e não sabemos em que sentido, mas tudo indica que se agravará a polarização, com a Rússia mais distante de uma aproximação europeia, agravando-se a subalternização da União Europeia. Por outro lado, é de imaginar um reforço da aglutinação dos *BRICS*, que poderão atrair outros países como a Argentina, o México ou a Indonésia, como polo económico e político alternativo, podendo ir até à criação de um espaço monetário e de comércio preferencial, com consequências imprevisíveis para a Europa

A prosperidade económica da Europa assenta na produtividade, na exportação e na energia barata. Qualquer destes fatores está em risco com a situação atual de guerra. A produtividade é em boa parte garantida pela tecnologia, mas poderá vir a exigir, como já se passa, "medidas estruturais" que não são mais do que o enfraquecimento das condições laborais dos trabalhadores. Capacidade de exportação depende em boa parte de mercados gigantescos como o russo e o chinês, agora postos em dúvida por cenários mais pessimistas da situação internacional. E, quanto à energia, já se está a ver.

Disse atrás que a degradação do Estado social de bem-estar favorece, e de que maneira, a atração de largas camadas populares pela ultradireita. O que escrevi no parágrafo anterior tem isso como consequência provável, a acentuação de uma crise de segurança social que já é constitutiva do neoliberalismo e que a tendência geopolítica agravará.

**A PROSPERIDADE ECONÓMICA DA EUROPA ASSENTA NA PRODUTIVIDADE, NA EXPORTAÇÃO E NA ENERGIA BARATA. QUALQUER DESTES FATORES ESTÁ EM RISCO COM A SITUAÇÃO ATUAL DE GUERRA**

O combate ao fascismo, no século passado, não foi linear, como por vezes se pensa. Até à política tardia das frentes populares, houve confusões e sectarismos que impediram uma luta eficaz, que afinal só aconteceu em ambiente de guerra. Vivemos hoje uma situação análoga, em relação à ultradireita. No entanto, a unidade antifascista em absoluto não é realista.

Sendo tão diversas as caracterizações do complexo fascismo-ultradireita, é inevitável que sejam também diversas as propostas de combate a esse perigo. A convergência é prejudicada por diferenças consideráveis de interpretações e atitudes, que levam a problemas de difícil resolução. Desde logo, o abismo separador na visão da ultradireita em articulação com a crise larvar do capitalismo, que muitos setores antifascistas mas não anticapitalistas recusam ver. O que, obviamente, circunscreve as perspetivas de ação.

### COMBATE À ULTRADIREITA

Como deve a esquerda combater eficazmente a ultradireita? Comecemos por lembrar as palavras bem conhecidas de Max Horkheimer: "quem não quer falar acerca do capitalismo devia calar-se também em relação ao fascismo". Elas sintetizam tudo o que disse quanto à ligação genética da ultradireita ao neoliberalismo e à globalização, como resposta irracional e desesperada aos problemas sociais e económicos que o estado atual do capitalismo trouxe a largas camadas de trabalhadores e das classes médias empobrecidas.

Por isto, há uma falácia na defesa frentista da democracia, a da confusão entre causas e consequências. Combate-se a ultradireita como causa de potenciais riscos para a democracia quando, de facto, ela é a consequência da degradação da democracia pela "economização tecnoburocrática" da política, com o seu expoente no arrasamento das políticas nacionais e da possibilidade de políticas de bem-estar social que tem sido consequência do consenso nas instituições europeias.

A esquerda não se pode limitar a um novo frentismo situado principalmente no terreno da simples democracia liberal, sob pena de acentuar em largas camadas populares o seu sentimento de abandono. A verdadeira luta contra a ultradireita é a luta contra o neoliberalismo e a globalização, na perspetiva condutora da superação do capitalismo.

Costuma lembrar-se que Walter Benjamin considerava que "por detrás da ascensão de cada fascismo está uma revolução falhada". Parafraseando, podemos substituir "revolução falhada" por "esquerda falhada". A luta contra a ultradireita fracassará se a esquerda falhar na oferta alternativa de formas de protesto contra a degradação da democracia, contra a falta de democracia real, contra o empobrecimento e a mercantilização do que é humano, e se a esquerda não conseguir mobilizar as massas populares para lutas consequentes que vão para lá de movimentações pontuais, desgarradas e geralmente inconsequentes.

A esquerda tem de saber ouvir aquele povo que julga que é a ultradireita que o ouve. A única luta verdadeira contra o fascismo é a luta pelo presente e futuro das classes trabalhadoras e de largas camadas populares de não possidentes. E, no caso da Europa, também o reconhecimento de que tem de terminar o tempo do idealismo utópico de "mais Europa" e passar para um tempo de defesa da soberania popular e da independência nacional.

* Professor catedrático em Medicina, sócio da A25A

# MEMÓRIA E AS MEMÓRIAS

Luis Forra, Lusa

Sophia de Melo Breyner Andressen deixou-nos a Cantata da Paz

**Pareceu-me interessante e útil trazer para aqui algumas memórias tristes, duras, e outras mais burlescas e delirantes, histórias que eu vivi ou que me contaram e que falam de como a vida das pessoas corria nesse tempo negro a que alguém chamou o *tempo da outra senhora***

**JOSÉ FANHA***

COM A PASSAGEM DO TEMPO é frequente irmos encontrando quem não tenha memória do que foi a miséria, a repressão, a tristeza que o país atravessou durante 48 anos e a que o 25 Abril pôs fim.

Pior do que isso, há quem aproveite para contar histórias em que se pretende confundir o Capuchinho Vermelho com o Lobo Mau.

Dantes é que era bom, dizem. E há quem acredite.

Não se fez a necessária pedagogia e muitos jovens ou ignoram ou deixam-se cair na conversa de quem lhes quer fazer passar gato por lebre, mentira por verdade, tentando fazer equivaler fascismo e democracia.

Vivemos num tempo em que a mentira faz ninho em múltiplos canais de divulgação e há tanta gente que nem sequer interroga a falta de consistência de tanta mentira.

Por tudo isto é muito importante e necessário ouvir e ler as memórias das pequenas e grandes dores que nos magoavam e nos faziam ter que ranger os dentes, sentir um enorme apelo da luta que muitas vezes trazia consigo pouco mais que a necessidade de viver de pé, nos braços de uma esperança teimosa e só mitigada em Abril de 1974.

Muitas dessas dores chegaram-nos pela literatura de homens como Ferreira de Castro, Manuel da Fonseca, pela poesia de Carlos de Oliveira, pelas canções do Zeca, do Cília ou do Adriano. Pela pintura de Vespeira, José Dias Coelho, Júlio Pomar, João Abel Manta, e tantos, tantos mais.

O meu muito querido amigo e Capitão de Abril, Aniceto Afonso, desafiou-me para abrir uma página n' *O Referencial*. Pareceu-me interessante e útil trazer para aqui algumas memórias tristes, duras, e outras mais burlescas e delirantes, histórias que eu vivi ou que me contaram e que falam de como a vida das pessoas corria nesse tempo negro a que alguém chamou *o tempo da outra senhora*.

A primeira destas histórias contou-ma o meu querido amigo Francisco Fanhais. Achei por bem juntar o poema *Cantata da paz* da Sophia de Mello Breyner Andresen de que ele fez uma maravilhosa canção. E acrescentei ainda a serigrafia do arquitecto João Nasi Pereira sobre o poema *25 de Abril*, também de Sophia, publicada pelo Centro Português de Serigrafia.

* Poeta, sócio da A25A

Carmo Correia, Lusa

Francisco Fanhais, um músico que falou de Abril com as canções e as histórias que viveu antes e depois da Revolução

# HISTÓRIAS DO TEMPO DA OUTRA SENHORA

1971 – FRANCISCO FANHAIS, coadjutor da Igreja do Barreiro, tinha deixado há pouco as funções eclesiásticas numa crise relativa à forma como a Igreja vinha apoiando um regime autoritário, repressivo, promotor da miséria e do analfabetismo.

Em breve abandonaria o País a caminho de França onde veio a juntar-se a vários outros companheiros e se tornou conhecido como cantor de protesto, acompanhando o Zeca e muitos dos que faziam da voz e da música uma arma de esclarecimento e luta contra o regime e contra a guerra colonial.

Antes disso, apoiou a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, fazendo visitas às famílias desses mesmos presos, levando-lhes apoio económico e solidário, procurando ajudar as suas duas famílias a sobreviver em situações de extrema carência económica e humana.

Um dia, na Costa da Caparica, foi visitar a barraca onde vivia a mulher e dois filhos pequenos de um recluso enviado para o Forte de Peniche.

A família vivia pouco mais que na absoluta miséria. A senhora ia todos os dias a uma fábrica de camisas próxima da barraca e todos os dias trazia peças para coser, finalizando essas mesmas camisas. Por esse trabalho recebia pouco. Muito pouco. O suficiente para comer e dar de comer aos filhos e, quando possível, ir visitar o marido à prisão, em Peniche.

Enquanto fala com a senhora os meninos brincam em cima da cama. O menino tem quatro ou cinco anos. A menina tem nove e está a acabar a Escola Primária.

UM DIA, NA COSTA DA CAPARICA, FOI VISITAR A BARRACA ONDE VIVIA A MULHER E DOIS FILHOS PEQUENOS DE UM RECLUSO ENVIADO PARA O FORTE DE PENICHE

"E depois?" pergunta Francisco Fanhais. "A menina vai continuar a estudar, não vai?"

"Não é possível!" responde-lhe a senhora numa voz triste, mas determinada. "Tem de ficar a trabalhar comigo! Não posso continuar assim. É preciso que entrem mais alguns tostões. Se não, como é que lhes dou de comer e vou visitar o meu homem a Peniche?" E remata: "Não. Ela não pode continuar a estudar."

Subitamente, a menina que parecia alheia à conversa e mergulhada na brincadeira com o irmão, solta um grito que atravessa a barraca e deixa o Xico Fanhais paralisado: "MAS EU SOU INTELIGENTE!"

Já ouvi o meu querido amigo Francisco Fanhais contar várias vezes esta história. E sempre que a conta os olhos ficam-lhe marejados de lágrimas. E os meus também.

# 25 DE ABRIL

JOÃO NASI PEREIRA*

Uma luz radiosa, o sol emblema de vida, totalidade e energia presidem ao trabalho dedicado ao 25 de Abril invadindo uma Lisboa que parece submersa em "noite e silêncio" (primeira imagem), incendiando-a com as chamas de uma liberdade reencontrada. Devolvendo-a ao tempo e à história. Por sua vez em "Espero" (segunda imagem), um trabalho que evoca o rigor e o lirismo da estética de Paul Klee, é também essa liberdade que se afirma sob o império da luz, reforçada pela imagem do pássaro. Enquanto "Inscrição" (terceira imagem), cria o equivalente plástico de um dos poemas mais icónicos de Sophia de Mello Breyner.

(Imagens publicadas pelo Centro Português de Serigrafia)

* Arquitecto, professor universitário e artista plástico

## 25 DE ABRIL

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo

Sophia de Mello Breyner Andresen,
in *O Nome das Coisas*

## ESPERO

Sophia de Mello Breyner Andresen
*Poesia, 1944*

Espero sempre por ti o dia inteiro,
Quando na praia sobe, de cinza e oiro,
O nevoeiro
E há em todas as coisas o agoiro
De uma fantástica vinda

PUBLICIDADE

# VINHO DO PORTO COMEMORATIVO

Produziu o Barão de Vilar um Porto Reserva Tawny com estágio durante 7 anos em cascos de madeira adquirindo uma textura suave com um intenso e complexo aroma. Daqui se extraiu uma série de garrafas especialmente para a A25A assinalar os 40 anos do 25 de Abril. Pronto a beber o Porto Tawny ganha outra vida com a idade. Como Abril é necessário saborear e conservar os seus valores. Os interessados poderão adquirir as garrafas ainda disponíveis através de correio electrónico para a25a.sec@25abril.org ou pelo telefone 21 324 14 20.

## ABRIL ARTE E POESIA

## INSCRIÇÃO

Quando eu morrer voltarei para buscar
Os instantes que não vivi junto do mar

Sophia de Mello Breyner Andresen
*"Livro Sexto", 1962*

# OLHARES DIPLOMÁTICOS
## SOBRE A REVOLUÇÃO EM PORTUGAL

**Os relatórios da embaixada Suíça, em Lisboa (1974-1975)**
**– continuação do texto publicado no número anterior d' *O Referencial***

**RETO MONICO***

### II. A LENTA E INEXORÁVEL QUEDA DE SPÍNOLA (JULHO-OUTUBRO DE 1974)

**a) A crise política de julho**

No relatório de 18 de julho, Jean-Louis Pahud faz um balanço lúcido da formação do II Governo Constitucional: "A crise ministerial que acaba de terminar com a formação do segundo governo do novo regime [...] caracteriza-se como uma clara vitória do MFA, vitória obtida em detrimento dos elementos mais moderados do anterior Governo, da Junta, do Conselho de Estado e, sobretudo, do próprio General Spínola".

A escolha do novo chefe do Governo, continua o diplomata, foi imposta à Spínola pela "Comissão política do MFA"; os jovens oficiais que organizaram o MFA "decidiram agora assumir o poder".

O diplomata comenta também a formação do COPCON e a graduação de Otelo no posto de brigadeiro, vendo-a como mais uma prova das prerrogativas a que se atribuíram os oficiais do MFA; na sua opinião, estes conselhos de soldados "incontestavelmente cheiram fortemente a soviete".

Pahud interroga-se sobre a tendência destes militares; irão ficar fiéis a um programa social-democrata à ocidental, ou, mais tarde ou mais cedo, irão apostar numa orientação filo-comunista? Afirma que, visto que alguns oficiais têm uma formação ideológica marxista, não se pode excluir esta hipótese. Com Vasco Gonçalves e Vítor Alves, o programa do MFA será "estritamente aplicado" por este governo de coligação, mais homogéneo, mais à esquerda e com mais poder do que o anterior. Bem precisará destas características para enfrentar os "consideráveis problemas que se põem a Portugal", realça Pahud que volta a citar a história do Egipto: "Não é só a similitude das patentes militares que impõe de novo uma reminiscência Neguib/Nasser: o General Spínola já está bastante avançado no caminho da eliminação política, enquanto aparece a figura do Coronel Gonçalves".

Manuel Moura, Lusa

**O diplomata suíço, que considerava Spínola (do lado direito da foto) definitivamente morto no plano político, debruçou-se sobre Costa Gomes (do lado esquerdo da foto)**

**b) As lutas vãs de Spínola**

A 30 de agosto, indica os quatro "órgãos de soberania" (MFA, JSN, o Governo e o Conselho de Estado) nenhum dos quais, no seu entender, "possui uma verdadeira legalidade". Enumera a seguir as três derrotas de Spínola (a recusa do Conselho de Estado da eleição antecipada do Presidente da República; a da Comissão Coordenadora não aceitar o coronel Firmino Miguel como primeiro-ministro; a proclamação sobre a autodeterminação das colónias imposta a Spínola a 27 de julho), para explicar o título do relatório ("O vão combate de Spínola"): "Penso [...] poder afirmar que o General Spínola está a travar unicamente um combate em retirada perante a Comissão Coordenadora do MFA, apoiada pelo seu poderoso aliado, o Partido Comunista".

Na conclusão do seu texto, o diplomata suíço prevê um papel relevante para o "enigmático"

Costa Gomes: "Alguns observadores têm a tendência de ver nele o árbitro da evolução política do país. Na minha opinião, Costa Gomes será provavelmente um fator determinante dos próximos desenvolvimentos políticos em Portugal".

**c) A sua queda**

"A crise política interna para a qual alertava desde final de agosto acabou de rebentar. Resultou numa vitória da Comissão Coordenadora do MFA, o que equivale a dizer do PCP e dos movimentos situados à sua esquerda". É assim que começa o relatório de 3 de outubro, intitulado "Vitória definitiva dos capitães". Isto não é surpreendente, realça o embaixador: "os oficiais comunistas não são numerosos", mas foram eles que "tomaram conta das operações na noite de 24 para 25 de abril e nunca mais saíram dos corredores do poder. A 28 e 29 de setembro, assenhorearam-se do poder".

O diplomata, que considera Spínola definitivamente morto no plano político, debruça-se sobre Costa Gomes - que define como mais inteligente e com um sentido político superior ao seu antecessor, "mais dúctil" e "manipulador", "mais intrigante e mais ambicioso do que Spínola". O novo presidente tem dois caminhos: ou luta para instaurar uma "verdadeira democracia em Portugal" - e neste caso será eliminado pelo MFA - ou favorece o MFA com o "estabelecimento de uma democracia popular". Para Pahud, a segunda hipótese parece mais provável.

No fim deste relatório, onde denuncia a caça às bruxas que começou em Portugal, reitera que o MFA e o PCP "têm agora um caminho livre de obstáculos na política interna". A oposição moderada e de direita está desmoralizada, a "*reação* não vai levantar a cabeça" e o Partido Socialista está numa posição delicada.

**O DIPLOMATA REALÇA O FACTO DE OS MOVIMENTOS NA GUINÉ E EM MOÇAMBIQUE TEREM OBTIDO A AUTODETERMINAÇÃO SEM UMA CONSULTA POPULAR**

Porém, ficam problemas para resolver: "No entanto, se já não há obstáculos políticos, o caminho está cheio de todos os tipos de armadilhas: inflação galopante, desemprego, greves que comprometem uma produção já deficiente, ineficácia da administração pública e privada, agravada pelas purgas políticas que as abalam. Para não falar dos problemas que vai pôr a chegada dos retornados [...]".

"Portugal. Quem tem o poder depois do 28 de setembro?" é o título do relatório político de 11 de outubro. Para o diplomata helvético, que não esconde o seu descontentamento, não há margem para dúvidas: esta segunda "confrontação", tal como a primeira em julho, prova "inequivocamente" que é o "Movimento dos Capitães". Estranha e lamenta que os que manobram "as alavancas de comando" pertencem aos 10 a 15 % de "marxistas" desse movimento. Na sua opinião, isso é devido ao facto de a Comissão Coordenadora "ter sido, desde o início, dominada por oficiais progressistas".

Quando um General eclipsa o outro ..., 24 Heures, 1 de outubro

O outro detentor do poder é o coronel Vasco Gonçalves, "provavelmente mais radical" do que Álvaro Cunhal. Desde o 28 de Setembro nota o embaixador, "tem a situação debaixo de controle: as suas intervenções tornaram-se mais seguras e mais certas". Porém, sublinha Pahud, "terá de tomar partido, mais vezes do que lhe apetece".

"Aos que querem uma autêntica democracia, fica só a esperança de eleições livres [...] para poder

PORTUGAL: LA GUERRE
CIVILE TOUT JUSTE ÉVITÉE

Portugal: a guerra civil evitada à justa, Tribune-Le Matin, 29 de setembro

recuperar as posições perdidas", nota Jean-Louis Pahud no fim do documento. Todavia, a possibilidade de as eleições poderem ser realizadas "num verdadeiro clima de liberdade", parece-lhe cada vez mais difícil de imaginar.
Em outubro de 1974, em plena Guerra Fria, o medo de uma sovietização de Portugal está presente, conscientemente ou não, em quase todas as análises diplomáticas e, também, numa parte significativa da imprensa.

**d) A descolonização**

Como já vimos no número anterior d'*O Referencial*, o futuro dos territórios africanos é algo de incontornável. No período tratado neste estudo, temos três textos dedicados a esta temática. Os dois primeiros são meramente informativos: a 8 de agosto, Pahud faz a análise da situação da Guiné, de Moçambique e de Angola, indicando o ponto de vista do governo de Lisboa; no relatório n.º 20 de 16 de agosto explicita o "Programa da descolonização de Angola da JSN".
Pelo contrário, a 11 de setembro, quatro dias depois da assinatura dos acordos de Lusaca, Jean-Louis Pahud condena com veemência este ato da descolonização. O MFA, escreve, "largou intencionalmente todos os trunfos que tinha para [organizar] uma descolonização ordenada das suas Províncias africanas". Dessa forma, as populações moçambicanas e guineenses são abandonadas "à ditadura dos 'movimentos de libertação', que, de facto, só são grupos minoritários [...]."
O diplomata realça o facto de os movimentos na Guiné e em Moçambique terem obtido a autodeterminação sem uma consulta popular, que lhes seria, assevera Pahud, desfavorável. Sabem também que os soldados lusos "já não querem combater" e que, por conseguinte, o ex-colonizador "não pode impor os plebiscitos que tinham sido previstos".
A seguir, ataca violentamente o MFA: "É assim que foi assinado o Acordo de Lusaca que consagra o abandono de Moçambique à Frelimo, apesar de existirem outros grupos políticos no território. Esta conceção da 'democracia' do MFA não surpreende, visto que o grupo que o dirige, a Comissão Coordenadora, é formado exclusivamente por oficiais marxistas que não se preocupam de modo algum com o pluralismo político".
Quanto a Angola, vai ser a mesma coisa, mas o processo será "mais longo e mais doloroso", lamenta desiludido o embaixador. Este destaca dois aspetos: "a importância da presença branca (660 mil)" e "as riquezas naturais do território", que alimentam a cobiça dos "países vizinhos" e das "Potências mais afastadas".

**III - O INÍCIO DE 1975 (JANEIRO-FEVEREIRO)**

**O último relatório de Jean-Louis Pahud**
(24 de janeiro)

Depois de 51 meses, Jean-Louis Pahud deixa o posto em Lisboa e envia um "relatório de fim de missão", cujo tema central são as consequências do projeto de lei da unicidade sindical.
"Trata-se de uma nova e importante vitória do PC", sublinha o diplomata: "A lei que acaba de ser ratificada dá a este partido um controle absoluto dos sindicatos através de uma Central única (a Intersindical) que já está às suas ordens, enquanto este partido exerce, por outro lado, uma influência preponderante em quase todos os meios de informação escritos, falados e televisivos, sem mencionar dos meios financeiros em profusão de que dispõe".
Dessa forma, sublinha o diplomata, os comunistas portugueses podem neutralizar "a ação dos outros partidos", que estão agora "numa manifesta situação de inferioridade", embora tanto o PS como o PPD estejam a lutar "com determinação". Estes dois partidos vão, todavia, ficar no executivo e "caminhar com o PC até às eleições", mas começam a organizar a resistência, realça o embaixador que assinala também a tomada de posição da Igreja, "o que não é sem importância no católico Portugal".
Neste contexto, o embaixador saúda o aparecimento de uma figura marcante: "Esta última crise revelou um homem: o ministro da Justiça Salgado Zenha, dirigente do PS que, tornando-se o brilhante advogado da liberdade sindical, demonstrou muito caráter, coragem e habilidade. A emergência desta personalidade merece ser assinalada na mediocridade da atual classe política portuguesa, com a exceção do Major Melo Antunes, ministro sem pasta [...]".
Pahud aborda também a descolonização de Angola, para afirmar que esta terá pouca influência na evolução da política interna portuguesa. Observa que, de qualquer forma, este processo já não está nas mãos de Lisboa, mas nas das "Potências vizinhas ou afastadas, interessadas neste imenso território tão rico em recursos

**O OUTRO DETENTOR DO PODER É O CORONEL VASCO GONÇALVES, "PROVAVELMENTE MAIS RADICAL" DO QUE ÁLVARO CUNHAL**

África. Portugal abandona Angola, 24 Heures, 14 de janeiro

naturais." Levanta mesmo a possibilidade de uma partilha da antiga colónia entre o Sul para Savimbi e o Norte para Roberto ou Agostinho Neto.
Já a 17 do mesmo mês, o diplomata resumiu e comentou o Acordo de Alvor que, para Portugal, significa "a abertura diplomática para África". Fala das "grandes divergências entre os movimentos de libertação" e da "recíproca desconfiança", patente na leitura do texto. Acentua o facto dos oficiais em Lisboa não terem podido "*vender* Angola ao MPLA" e que [...] "o *Almirante vermelho* Rosa Coutinho não regressa a Lisboa como Alto Comissário, mas só para retomar o seu lugar na Junta."
Acusa também o MFA de ter "entregado/deitado fora Angola" e de ter apoiado "ativamente" o MPLA, como o prova o facto da delegação portuguesa ter sido chefiada pelo "ministro progressista Melo Antunes". O embaixador helvético debruça-se também sobre o futuro da população branca da ex-colónia. Esta, que se sentirá provavelmente atraiçoada, está perante "uma escolha difícil", porque não poderá ficar com a dupla nacionalidade. Além disso, para votar, terá de aderir a um movimento de libertação. "Talvez se tenha optado por esta regra para reduzir a população branca em Angola."
Mas regressemos ao relatório de 24 de janeiro. Na última parte do documento, o diplomata constata que continua a existir em Portugal "o medo subconsciente do grande e único vizinho espanhol", que, a seu ver, vai desaparecer com a morte do Caudilho. Pahud comenta com ironia a hipótese de uma invasão espanhola no caso de Portugal adotar um caminho demasiado à esquerda: "Este raciocínio - repito-o, sem fundamento, porque a Espanha não pensa ocupar um Portugal à beira do colapso financeiro, e isso qualquer que seja a evolução política - está constantemente presente no espírito dos homens do MFA que exercem o poder em Lisboa."
Na conclusão, admitindo implicitamente o seu excessivo pessimismo, Jean-Louis Pahud exprime o desejo de que o seu sucessor possa "partilhar uma visão menos inquietante para o futuro" de Portugal.

**PAHUD COMENTA COM IRONIA A HIPÓTESE DE UMA INVASÃO ESPANHOLA NO CASO DE PORTUGAL ADOTAR UM CAMINHO DEMASIADO À ESQUERDA**

**O relatório do encarregado de negócios Lang** (7 de fevereiro)
Erik-Roger Lang, que já tinha trabalhado para a embaixada suíça em Portugal de 1964 a 1967 e um mês em 1972, fica em Lisboa como encarregado de negócios interino durante um breve período antes da chegada de Giovanni Bucher do Japão[1]. Depois de ter falado com pessoas de todos os níveis sociais, mas não com os "*nostálgicos* do antigo regime", redige um longo relatório, intitulado *Situação em Portugal*.
Tendo em conta as notícias "excessivamente alarmistas" e "sem menosprezar certos aspectos alarmantes da vida política portuguesa", nota que se assiste agora "ao nascimento de uma tomada de consciência por parte da população

1 Erik-Roger Lang (n.1930) virá a ser embaixador em Lisboa de junho de 1989 até abril de 1995.

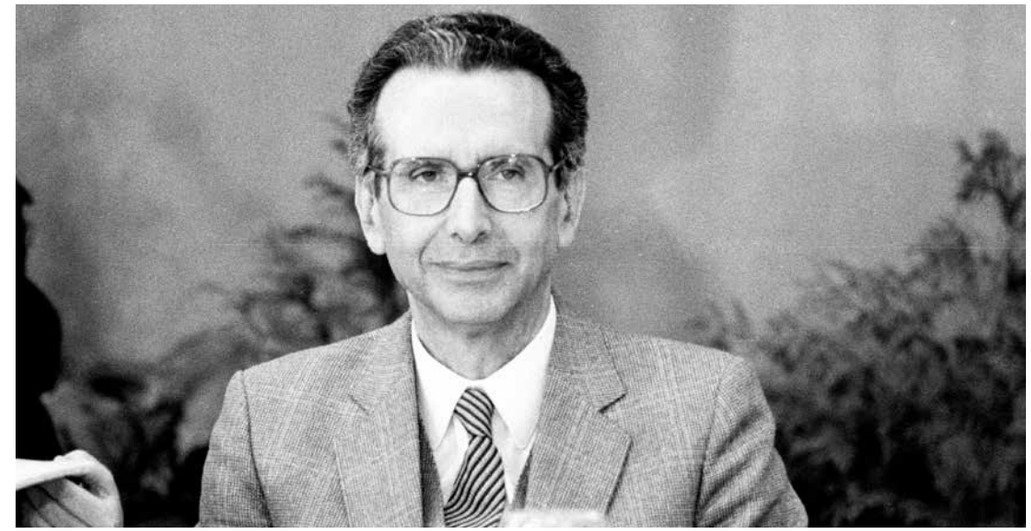
Portugal: débat ou crise politique?

Portugal: debate ou crise política?, *La Liberté*, 24 de janeiro

Portugal: violents affrontements à l'occasion du 1er congrès du PDS

Portugal: violentos confrontos aquando do 1.º Congresso do CDS, *La Liberté*, 27 de janeiro

ligada à democracia e motivada politicamente - a maioria continua pouco politizada em Portugal, depois de 48 anos de ditadura obscurantista".
Isto, segundo Lang, é devido a dois factores: a violenta intervenção da extrema-esquerda que impediu a realização do congresso do CDS no Porto, a 22 de janeiro, e "a decisão de criar um sindicato único". As reações na Europa "a estes dois incidentes" deram força e coragem aos democratas em Portugal na luta contra "a crescente influência do PC nos sectores chaves".
A seguir, o diplomata faz a lista dos *aspectos preocupantes*: *a infiltração e o controle do PC* na comunicação social e em certos ministérios; a tática do PC que "até agora, pôde neutralizar a propaganda do PS"; *a estagnação da situação económica* e *a subida do desemprego*; *a arbitrariedade nos conflitos sociais* e "nos processos de saneamentos económicos"; *a fraqueza estrutural do PS*; *a polícia já não é uma força na qual se pode confiar*; a anarquia no Exército; *os saneamentos (limpeza) na administração e no Exército*, utilizados, às vezes, para acertar contas e que incutem temor a várias pessoas *que têm medo de falar de política* no posto de trabalho; *o colapso/queda da Igreja Católica*; *o gosto do poder do MFA*; *a flagrante desigualdade dos apoios externos aos partidos*, com o PC que recebe muito dinheiro do Bloco soviético, o "que acordou os P.S. da Europa ocidental; *o encerramento das universidades e das escolas superiores*.
Para o encarregado de negócios, os aspetos positivos são: *a tomada de consciência* política do povo; este é orgulhoso das suas liberdades, o que exclui o regresso "ao fascismo"; *o patriotismo e o gosto pela independência* podem provocar a saída da NATO, mas também vão pôr limites à influência da URSS; *o aumento do desemprego e a recessão* tiveram um *efeito calmante* nos patrões e nos empregados que perceberam a necessidade de um diálogo e de "moderar provisoriamente certas pretensões"; *o esforço constante e considerável* feito pelo *PS* e pelo *PPD* para se reorganizarem; a *ocupação das terras* e a decisão de uma *reforma agrária* nos latifúndios do sul para reparar "uma escandalosa injustiça para com os trabalhadores agrícolas destas regiões"[2].


Salgado Zenha é referido como um brilhante advogado da liberdade sindical

Lang está convencido que "o único governo possível para Portugal" é um formado pelo PS ou pelo PPD, excluindo categoricamente todos os outros partidos mais à direita: "O interesse a longo prazo de cada português defensor da ordem democrática, seria de votar PS ou PPD, mesmo se isto o afetar ou vier a afetar no seu nível de vida se pertencer à classe média ou abastada. Terá esta sabedoria?".
O diplomata suíço está plenamente consciente das dificuldades que este executivo terá de enfrentar: o desemprego, o salário mínimo insuficiente, a inflação, a necessidade de restabelecer "um clima de confiança para o investidor estrangeiro", tendo em conta que "o PC e a extrema-esquerda denunciam sistematicamente" estes investimentos.
No fim do relatório, Lang exprime um desejo que ele próprio qualifica de "invulgar e impróprio". A Suíça deveria estar mais presente em Portugal com visitas de políticos, com uma cooperação por parte de sindicatos e de partidos suíços no plano da formação, da cultura, para contrabalançar a forte propaganda "marxista e maoísta". E cita dois exemplos: "a coleta pública" dos socialistas neerlandeses e o papel oferecido ao PS pelos sindicalistas suecos.

* Professor e Historiador

2 Nestes dois parágrafos, as citações em itático correspondem ao sublinahdo no original.

JOÃO DE ALMEIDA BRUNO (1935 - 2022)

# UM BRAÇO DA REVOLUÇÃO

Direitos reservados

**Um democrata e um militar que pôs os interesses coletivos acima dos interesses pessoais. O 25 de Abril é também obra sua**

CARLOS DE MATOS GOMES*

O 25 de Abril de 1974 não tem donos, mas tem autores, e os seus autores foram militares unidos pelo sentimento do dever, o que implicou derrubar um regime esgotado numa ditadura anacrónica e colonial, que ameaçava a coesão da sociedade portuguesa e excluía Portugal do seu universo civilizacional.

A democracia política e a questão colonial que eternizara uma guerra foram os traços de união dos militares autores do 25 de Abril. Almeida Bruno pertenceu desde o primeiro momento a este grupo. Ele esteve na contestação ao Congresso dos Combatentes – a fação dos que preconizavam a eternização da guerra e o isolamento internacional -, teve um papel importante, tal como Manuel Monge, na alteração da posição inicial do general Spínola de apoio. Almeida Bruno foi um dos autores da ideia do envio de um telegrama em nome dos oficiais dos três ramos da Forças Armadas a contestar

o congresso dos ultras do regime que recusavam qualquer solução negociada para o conflito colonial.
Quanto à participação de Almeida Bruno no 25 de Abril, em Outubro de 1973 ele já conspirava em sua casa, no Estoril, contra o regime e já estava ciente da necessidade de um golpe militar para o derrubar. Ainda quanto ao 25 de Abril, cabe recordar que se existia um denominador comum entre todos os participantes, não havia uma solução unânime para a questão do futuro regime, nem para o futuro das colónias, nem sequer para o modo de terminar a guerra. O 25 de Abril foi desencadeado com base no que os seus autores estavam de acordo, mas o pós-25 de Abril ficou em aberto para ser decidido. Almeida Bruno esteve profundamente envolvido no processo de definição da democracia e do fim da guerra e soube perceber o que, quanto ao conflito armado que durava há catorze anos, havia um dado incontornável: o reconhecimento do direito à independência dos povos coloniais e o reconhecimento dos movimentos independentistas que haviam combatido como únicos interlocutores do novo regime português.
Almeida Bruno reconheceu essas duas realidades muito cedo, logo em Maio de 1974. Quando foi acompanhar Carlos Fabião a Bissau, Guiné, para este assumir o cargo de Encarregado do Governo, apoiou o programa deste para o período de transição, tendo como interlocutor o PAIGC. Almeida Bruno e Carlos Fabião serão dos primeiros militares do grupo liderado pelo general Spínola a entenderem a situação de facto que se vivia na Guiné, que tinha levado os

**ALMEIDA BRUNO MERECE O RESPEITO DE TODOS OS DEMOCRATAS E DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL**

oficiais do MFA local a ignorarem as ordens da Junta de Salvação Nacional, a estabelecer um cessar-fogo informal com o PAIGC e a assumir que, na nova situação, se tratava de Portugal reconhecer a independência da Guiné-Bissau, como grande parte da comunidade internacional já fizera. Esta atitude dos militares do MFA da Guiné-Bissau, que Almeida Bruno sufragou, seria determinante para o processo de descolonização das outras colónias.
O chamado "golpe das Caldas da Rainha" (16 de Março de 1974) é ainda hoje um acontecimento com muitas nebulosas, em particular das intenções, ou da intervenção do general Spínola, mas foi claramente uma ação contra o regime de ditadura e a guerra. Almeida Bruno esteve nesse movimento, sendo perseguido e preso.

## MILITAR BRILHANTE

No período decisivo de definição do processo de descolonização Almeida Bruno participou nas conversações com o PAIGC em Londres e Argel e, mais marcante, como membro do Conselho de Estado votou a alteração à Constituição de 1933 que permitiu o reconhecimento da independência das colónias. Um ato que lhe foi pessoalmente doloroso, mas que revelava o seu entendimento do que considerava ser a sua responsabilidade como português e como militar.
Filho de um abastado proprietário em Angola, sendo um apaixonado de África, tendo-se batido com reconhecida coragem física em algumas das mais duras operações em Angola e na Guiné, formado e comandado uma das mais extraordinárias tropas constituídas nos Teatros de Operações de África, o Batalhão de Comandos Africanos, da Guiné, João de Almeida Bruno teve a coragem histórica de se colocar do lado dos interesses mais profundos e duradouros de Portugal, de entender, mesmo com dores pessoais, a importância de um Portugal democrático e anticolonial. Ele colocou o futuro coletivo do seu país acima dos seus afetos e até dos seus benefícios. Era um militar brilhante, um grande comandante de homens em situação de combate, mas também um homem afável, alegre, generoso, um amigo leal, um camarada solidário e um genuíno democrata. Era um homem de consensos, o que podia ser confundido com conservadorismo, mas situou-se sempre na trincheira da Liberdade e dos valores essenciais do 25 de Abril. Merece o respeito de todos os democratas e da Associação 25 de Abril.

Lisboa 11 de Agosto de 2022
*Coronel na reforma, escritor e sócio fundador da A25A

## REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócio Efectivo – Fernando Celso Martins Cardoso do Amaral
Sócio Apoiante - Joaquim Pinheiro Martins Coelho
Sócio Apoiante – Ricardo Fernandez Monteiro

Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

FERNANDO CELSO CARDOSO DO AMARAL (1935-2022)

# AO SERVIÇO DA INTEGRAÇÃO

Direitos reservados

**Foi director do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), sendo-lhe reconhecida a enorme tarefa de apoio à integração das centenas de milhares de portugueses regressados das colónias. A 23 de Março de 2022 o Presidente da República condecorou-o com a insígnia da Ordem da Liberdade**

ANICETO AFONSO

O coronel Fernando Celso Cardoso do Amaral, que recentemente nos deixou, era um grande capitão de Abril. Empenhado no Movimento dos Capitães desde o seu início, em especial em Moçambique, onde estivemos juntos desde setembro de 1973, demonstrou sempre a sua disponibilidade e nunca regateou esforços para consolidar o Movimento.

O Fernando Amaral teve participação ativa nas reuniões dos capitães e, sendo major já nessa altura, nunca deixou de nos acompanhar e incentivar a todos no sentido do alargamento e mobilização de mais oficiais. Numa das primeiras reuniões, quando todos éramos ainda muito cautelosos em relação às nossas palavras, o Amaral disse mais ou menos o seguinte: "Ou o governo tem instrumentos para nos calar ou a breve prazo estamos no poder". Ficámos todos em silêncio, mas bem cientes da sua previsão.

Foi com este empenho durante a conspiração que nos levaria ao 25 de Abril, que o major Fernando Amaral, integrando o núcleo principal do Movimento dos Capitães em Moçambique, ganhou o direito de ser um dos que, merecidamente, foram condecorados com a Ordem da Liberdade (ainda em vida, no dia 23 de Março, o que, lamentável e infelizmente, já não aconteceu com outros dos Capitães de Abril que tiveram papel relevante no processo que libertou Portugal da ditadura e abriu as portas à liberdade, à paz e à democracia).

Logo a seguir ao 25 de Abril, que todos vivemos com extrema emoção, e quando se constatou a necessidade de dividir a comissão coordenadora do movimento dos capitães em duas partes, uma para continuar em Nampula junto do comandante-chefe e outra para seguir para Lourenço Marques para junto do governador-geral, Fernando Cardoso do Amaral foi integrado na Comissão Coordenadora do Movimento dos Capitães junto do Governo Geral, onde assumiu, durante algum tempo, juntamente com outros capitães de Abril, um importante papel de conselho e ação.

## DESCOLONIZAÇÃO EM S. TOMÉ

Passado algum tempo, tendo o governo de Lisboa nomeado o então tenente-coronel Pires Veloso governador-geral de S. Tomé e Príncipe, este achou por bem convidar o major Cardoso do Amaral para integrar a sua equipa, que iria liderar o processo de descolonização e independência de S. Tomé e Príncipe. Também aqui, numa missão e época difíceis, Cardoso do Amaral assumiu o comando das forças armadas portuguesas presentes na colónia e demonstrou, mais uma vez, as suas qualidades de chefia e liderança, conseguindo conduzir um processo pacífico até ao dia da independência, a 5 de junho de 1974, celebrado por todos.

**PORTUGAL FICA MAIS POBRE, TODOS FICAMOS MAIS POBRES**

Após o seu regresso, as qualidades demonstradas levariam o MFA a nomeá-lo para executar a enorme tarefa do apoio ao regresso e integração das centenas de milhares de portugueses que das colónias regressaram a Portugal, como um dos responsáveis do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), a cuja ação ficaria para sempre ligado. E se esse processo - certamente dos mais complicados que então se viveram - teve o sucesso que teve, permitindo a integração de centenas de milhares de portugueses numa sociedade em grande convulsão política e social, a Fernando Celso do Amaral se deve em grande parte.

Portugal fica mais pobre, a Associação 25 de Abril fica mais pobre, todos ficamos mais pobres, os seus familiares ficam mais pobres.

A estes, nomeadamente ao seu filho Paulo e aos seus netos Vasco, Afonso e Rita, as nossas profundas e sentidas condolências e a nossa total solidariedade.

# DA CASA DA DEMOCRACIA À CASA DA LIBERDADE

Carlos Pereira Martins

**Associação 25 de Abril recebeu o presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, para os Animados Almoços**

"O dirigente máximo daquela que é, por excelência, a casa da democracia, deslocou-se àquela que é, por excelência, a casa liberdade". Foi com estas palavras que o presidente da Associação 25 de Abril, coronel Vasco Lourenço, recebeu, em "casa", o presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva. O encontro aconteceu a 27 de Setembro no âmbito dos *Animados Almoços*, no restaurante da associação, uma iniciativa da A25A organizada em parceria com o antigo responsável pela comunicação do grupo parlamentar do Partido Socialista, António Colaço, que, por razões pessoais, esteve impossibilitado de estar presente.

No discurso de boas-vindas, Vasco Lourenço salientou que, enquanto "casa da liberdade", a A25A, ao longo de 40 anos, celebrados este ano, sempre se empenhou em promover o debate de ideias para consolidação da democracia. Nesse sentido, explicou que, embora fundada por militares, a A25A registou-se como associação cultural e cívica para manter, sempre, a linha de diálogo "entre militares e civis, entre civis e militares". Neste contexto, agradeceu a presença de Augusto Santos Silva, entregando-lhe a medalha comemorativa dos 48 anos do 25 Abril.

No final do almoço, o convidado dirigiu-se aos presentes que enchiam por completo o restaurante da A25A, focando a sua intervenção em cinco pontos. Começou por referir a "situação difícil em que o país se encontra", tendo defendido que, ao invés de serem escondidas, as dificuldades devem ser "enfrentadas, mas sem discursos catastrofistas". Depois, enalteceu a estabilidade política, assente numa maioria parlamentar do PS, e também por existir uma oposição estável, explicando que hoje é possível desenhar políticas estratégicas, a médio e longo prazo, com negociações entre um partido de centro esquerda, o PS, e um partido de centro direita, o PSD, sem forças políticas radicais. Em seguida, defendeu a necessidade de uma concertação social forte, para tornar possível a superação das dificuldades, com diálogo e coesão social.

**AUGUSTO SANTOS SILVA ALUDIU À NECESSIDADE DE PORTUGAL SER CAPAZ DE APLICAR "POLÍTICAS ANTI - CÍCLICAS", COM PRUDÊNCIA E DETERMINAÇÃO**

Numa quarta ideia, Augusto Santos Silva aludiu à necessidade de Portugal ser capaz de aplicar "políticas anti - cíclicas", com "prudência e determinação", para responder a desafios inesperados, como os agora visíveis, nomeadamente a crise energética, a inflação alta, a baixa dos rendimentos dos portugueses, e outros.

Por fim, referiu a aposta numa agenda política transformadora, porque, disse, "nenhuma política pode ser reduzida à gestão do dia-a-dia". Nessa agenda transformadora, Santos Silva colocou três pontos: a acção climática; a necessária "re-industrialização" de Portugal e da União Europeia, para fazer diminuir a dependência de alguns países asiáticos em vários sectores da produção; e uma atenção especial às jovens famílias para as ajudar a fixar no seu próprio país, aproveitando as altas qualificações obtidas nas escolas portuguesas.

Seguiu-se um pequeno debate de ideias, num *Animado Almoço* com o presidente da Assembleia da República, na Associação 25 de Abril, a casa da liberdade por excelência, há 40 anos.

PUBLICIDADE

# SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A.
Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para secretaria@a25abril.pt ou pelo telefone 21 324 14 20.



## O CAPITÃO DE ABRIL E A PSICÓLOGA

**Romance vais ser apresentado na Associação 25 de Abril a 3 de Novembro**

O ROMANCE *São Flores de Amor, os Cravos de Abril,* da escritora Lídia Praça, vai ser apresentado a 3 de Novembro na Associação 25 de Abril, com uma análise do coronel Vasco Lourenço, leitira e um momento musical. O livro faz um percurso geopolítico e social pelo Portugal do pós-revolução, com memórias da guerra do ultramar, das antigas colónias e dos últimos anos do Estado Novo, envolvendo a conturbada e inquietante história de Paulo, um Capitão de Abril, e de Clara, psicóloga. Tudo acontece entre os anos de 1972 e 2017.
Esta é também uma estória de fé e de esperança, onde emerge a ética e a humanidade dos personagens, divididos entre o determinismo da vida e o livre arbítrio das decisões, mesmo nos momentos mais tumultuosos e sombrios.
Lídia Praça é natural de Bragança. Licenciou-se em Direito, pela Universidade Católica e, mais tarde, obteve uma pós-graduação em Estudos Europeus, pela Universidade Clássica de Lisboa. Advogada, jurista e quadro superior da Administração Pública foi, também, presidente do Instituto Português do Desporto e da Juventude.
É uma excelente oportunidade para os associados das A25A, muitos deles capitães de Abri, e, porventura, com estórias também envolventes, trocarem "dois dedos" de conversa com a autora. Estão convidados.

## OFERTAS À A25A

*Pequena Monografia da Freguesia da Vila da Marmeleira*, de Joaquim António Lopes do Rosário – oferta Junta de Freguesia de Alcáçovas; Azulejo pintado Coreto de Alcáçovas de Bela Mestre – oferta da Junta de Freguesia a de Alcáçovas; Primaveras Estudantis - da crise de 1962 ao 25 de abri – Oferta Inácia Rezola; *O Gémeo de Ompanda,* de Carlos Vale Ferraz – oferta do autor; Aljezur - O coração da Costa Vicentina – oferta do Presidente da Camara Municipal de Aljezur; *Boletim Informativo das Forças Armadas* do n.º 3 ao n.º 24 e *Boletim Informativo Ass. de Familiares dos Militares Revolucionários Presos* – oferta de Odília Soares Albergaria.

## O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração . 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes | Conselho Editorial: Alexandre Manuel, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Luís Augusto Sequeira, Maria Inácia Rezola, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | https://guerracolonial.pt | delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edifício 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA | delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350 - 177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT



Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'*O Referencial*

PUB

# Desconto sobre desconto em combustível

## O cartão que lhe permite poupar a dobrar ou a triplicar

Com o Cartão Associação Mutualista Montepio Repsol é certo que vai poupar mais. Porque além do habitual desconto de 6 cêntimos, este cartão permite acumular outras vantagens em vigor nas estações de serviço aderentes.

São descontos sobre descontos, no caminho de vantagens que é ser nosso Associado.

Informe-se já em
**montepio.org**

Associação Mutualista
Montepio
Juntos por todos

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS. DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-062 Lisboa